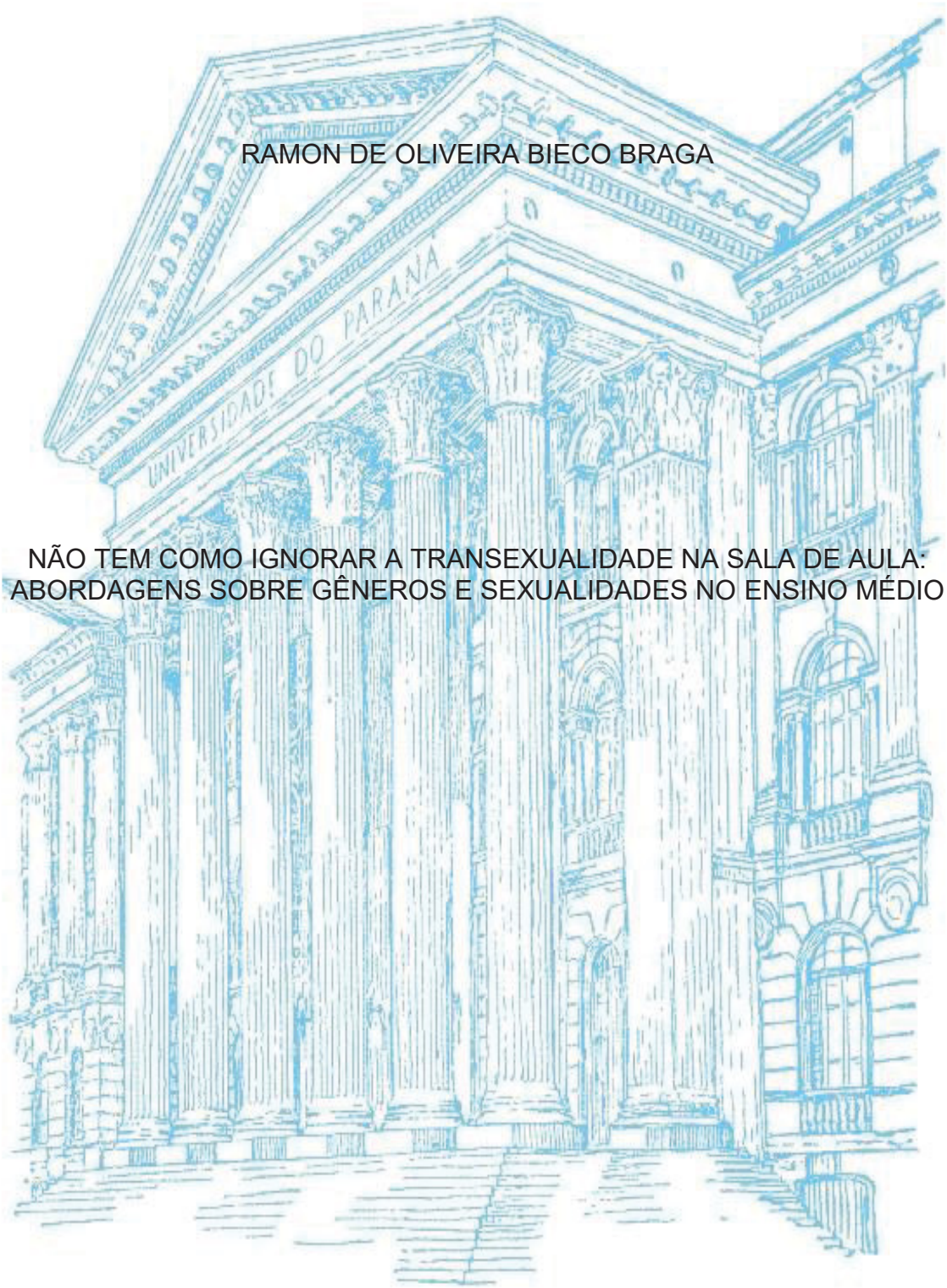
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RAMON DE OLIVEIRA BIECO BRAGA



NÃO TEM COMO IGNORAR A TRANSEXUALIDADE NA SALA DE AULA: ABORDAGENS SOBRE GÊNEROS E SEXUALIDADES NO ENSINO MÉDIO

CURITIBA
2024

RAMON DE OLIVEIRA BIECO BRAGA

NÃO TEM COMO IGNORAR A TRANSEXUALIDADE NA SALA DE AULA: ABORDAGENS SOBRE GÊNEROS E SEXUALIDADES NO ENSINO MÉDIO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Teoria e Prática, Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Professora Orientadora: Dra. Araci Asinelli-Luz.

CURITIBA
2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Braga, Ramon de Oliveira Bieco.
Não tem como ignorar a transexualidade na sala de aula : abordagens sobre gêneros e sexualidades no Ensino Médio / Ramon de Oliveira Bieco Braga – Curitiba, 2024.
1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.
Orientadorª: Profª Drª Araci Asinelli-Luz

1. Educação – Estudo e ensino. 2. Transexualidade. 3. Identidade de gênero na educação. 4. Discriminação na educação. 5. Jovens – Ensino médio. I. Universidade Federal do Paraná. II. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

Bibliotecária: Maria Teresa Alves Gonzati CRB-9/1584

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO: TEORIA E PRÁTICA DE ENSINO - 40001016080P7

ATA Nº D22.07178

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM EDUCAÇÃO: TEORIA E PRÁTICA DE ENSINO

No dia quatro de junho de dois mil e vinte e quatro às 14:00 horas, na sala 224, 2º pavimento, Edifício Teixeira Soares, Campus Rebouças da Universidade Federal do Paraná, Rua Rockefeller, 57, bairro Rebouças, Curitiba, Paraná, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação do mestrando **RAMON DE OLIVEIRA BIECO BRAGA**, intitulada: **Transexualidade na sala de aula: não tem como ignorar.**, sob orientação da Profa. Dra. ARACI ASINELLI DA LUZ. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO: TEORIA E PRÁTICA DE ENSINO da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: ARACI ASINELLI DA LUZ (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), ÂNGELA MASSUMI KATUTA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), MÁRCIA BAIERSDORF (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), DANIEL LUIZ STEFENON (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), ANA MARIA SOEK (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, ARACI ASINELLI DA LUZ, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.
Observações: A banca reafirma a importância da temática da pesquisa, sugere a publicação em diferentes modalidades e a organização de um curso de extensão voltado à formação de professores da EB, bem como a elaboração de material pedagógico de suporte e divulgação do assunto. Novo título: "Não tem como ignorar a transexualidade na sala de aula: abordagens sobre gêneros e sexualidades no Ensino Médio".

CURITIBA, 04 de Junho de 2024.

Assinatura Eletrônica
02/07/2024 21:14:54.0
ARACI ASINELLI DA LUZ
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
19/06/2024 13:48:57.0
ÂNGELA MASSUMI KATUTA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
25/06/2024 17:49:35.0
MÁRCIA BAIERSDORF
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
25/06/2024 14:01:40.0
DANIEL LUIZ STEFENON
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
24/06/2024 11:54:48.0
ANA MARIA SOEK
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO: TEORIA E PRÁTICA DE ENSINO - 40001016080P7

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO: TEORIA E PRÁTICA DE ENSINO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **RAMON DE OLIVEIRA BIECO BRAGA** intitulada: **Transexualidade na sala de aula: não tem como ignorar.**, sob orientação da Profa. Dra. ARACI ASINELLI DA LUZ, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 04 de Junho de 2024.

Assinatura Eletrônica
02/07/2024 21:14:54.0
ARACI ASINELLI DA LUZ
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
19/06/2024 13:48:57.0
ÂNGELA MASSUMI KATUTA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
25/06/2024 17:49:35.0
MÁRCIA BAIERSDORF
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
25/06/2024 14:01:40.0
DANIEL LUIZ STEFENON
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
24/06/2024 11:54:48.0
ANA MARIA SOEK
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 373634
Para autenticar este documento/assinatura, acesse https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp e insira o codigo 373634

FONTE: Berenice Alves de Melo Bento (2008, p. 63). Elaborado por Joel Maldonado.

Dedico aos(as) docentes do Ensino Médio que abordam as relações de gêneros e sexualidades nas aulas da educação básica, não excluindo das aulas as abordagens dos corpos não cisgêneros e não heterossexuais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Ademir Bieco Braga (in memoria) e Patrícia Aparecida Bieco Braga. O amor que vocês depositaram em mim durante toda a vida, me fez ser a pessoa que sou e a aceitar as diferenças que existem entre as pessoas. Vocês sempre me sensibilizaram de que é errado ser violento e mal educado. Após o falecimento do meu pai, em 2017, precisei assumir com a minha mãe muitos compromissos que antes ela fazia com o meu pai. Contudo, minha mãe sempre respeitou o meu tempo e trajetória de estudo.

Ao meu marido Kauan Henrique do Nascimento, que batalha comigo diariamente para conquistarmos uma vida melhor. Com o seu jeitinho questionador, sempre foi à pessoa mais próxima a conversar comigo sobre as relações de gêneros e sexualidades. Ele sempre compreendeu os momentos que precisei dedicar tempo às leituras e escrita desta dissertação, que foi concebida não somente em Curitiba/PR onde residimos, mas também foi concebida durante as nossas viagens de casal nos períodos de férias em Gramado/RS, Itapoá/SC, Joinville/SC, Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP.

A minha orientadora Doutora Araci Asinelli-Luz por ter aceitado me orientar, pelo carinho que sempre me tratou durante as nossas orientações e pela disponibilidade de sempre responder os meus e-mails e mensagens no celular pessoal.

Ao amigo Cesar Alves de Meira Filho que o mestrado profissional me apresentou. Você foi uma das pessoas mais importantes que tive a sorte de conhecer durante o curso e que contribuiu amplamente com as reflexões sobre as relações de gêneros e sexualidades na educação básica e pública da rede estadual paranaense.

As amigas Adriana Butka Markoski, Ana Paula Benato, Gismarie Duarte Vieira, Niura Bicalho Barroso, Soeli Cleonice Borox e Veronice Bispo de Carvalho, com quem tive a sorte de compartilhar os momentos da minha vida profissional e pessoal. A rotina diária da vida é muito difícil, porém, quando temos amigas, a vida se torna mais alegre. Obrigado por me alegrarem.

Ao corpo discente do curso de graduação em Pedagogia, da Universidade Federal do Paraná. Em especial a Bianca, a Flavia, ao Gilson e a Paloma, por

compartilharem comigo parte da minha trajetória de ter cursado simultaneamente uma graduação e um mestrado.

Ao corpo discente do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação: Teoria e Prática de Ensino, da Universidade Federal do Paraná. Vocês sempre me trataram com muito carinho e respeito. Foi um prazer poder compartilhar com vocês parte da minha trajetória acadêmica.

Aos(as) docentes do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação: Teoria e Prática de Ensino, da Universidade Federal do Paraná, sobretudo aos docentes que contribuíram com as reflexões sobre a estrutura desta pesquisa: Doutora Ana Maria Soek, Doutora Adriana Vaz, Doutora Márcia Baiersdorf, Doutor Maurício Cesar Vitória Fagundes e Doutora Sonia Maria Chaves Haracemiv.

Aos(as) docentes do Programa de Pós-Graduação Acadêmico em Educação, da Universidade Federal do Paraná, que contribuíram com as reflexões desta pesquisa, em especial a Doutora Adriana Aparecida Dragone Silveira, Doutora Daniela de Oliveira Pires, Doutora Maria Rita de Assis César e ao Doutor Jamil Cabral Sierra.

Aos(as) docentes que compuseram as bancas de qualificação e/ou defesa, por terem contribuído com as reflexões da pesquisa: Dra. Ana Maria Soek, Dra. Ângela Massumi Katuta, Dr. Daniel Luiz Stefenon, Dr. Luciano Blasius e Dra. Márcia Baiersdorf.

Agradeço aos(as) pesquisadores(as) da Comunidade de Prática de Pesquisa (CPP) e do Laboratório de Investigação em Gênero, Corpo e Subjetividade na Educação (LABIN), ambos da Universidade Federal do Paraná. As reflexões que estão presentes nesta dissertação de mestrado, são reflexo dos diálogos promovidos entre as nossas pesquisas.

Também agradeço aos(as) pesquisadores(as) do Grupo de Estudos Territoriais (GETE), da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde me doutorei em 2020. Os meus primeiros passos nos ‘Estudos de Gêneros e Sexualidades’ foi com vocês e eu carrego as nossas reflexões e o que aprendi com vocês. Parte desta dissertação também contem elementos centrais do que aprendi com vocês durante a minha trajetória acadêmica.

Aos(as) meus(minhas) alunos(as) da graduação em Geografia, Pedagogia, História e Letras do Centro Universitário Campos de Andrade (UNIANDRADE), do

Hospital Universitário Cajuru (HUC), do Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar (SAREH), do Colégio Estadual Tatuquara, do Colégio Estadual Domingos Zanlorenzi, do Colégio Estadual João Paulo II e do Colégio Estadual Moradias Monteiro Lobato. Os questionamentos sobre gêneros e sexualidades que vocês realizaram nos últimos anos contribuíram com a reflexão desta pesquisa.

A todas as pessoas que dificultaram e continuam dificultando a minha trajetória nas pesquisas acadêmicas. Vocês me desafiam a estudar cada vez mais, sobre os 'Estudos de Gêneros e Sexualidades', para eu conseguir respeitosamente dialogar com vocês que tentam desqualificar e deslegitimar a cientificidade que existe acerca da inteligibilidade científica das relações de gêneros e sexualidades na Educação. Eu escrevi essa dissertação não somente para dialogar com os meus pares que também estudam as temáticas de gêneros e sexualidades, mas também escrevi para as pessoas que são resistentes em compreender a relevância social, política e acadêmica de se promover discussões da diversidade de gêneros e sexualidades na educação básica.

“[...] Eu lhes digo que não sou contra um currículo ou um programa, mas apenas contra a maneira autoritária e elitista de organizar os cursos. Defendo a participação crítica dos alunos na própria educação, você percebe? Eles têm o direito de participar, e eu não tenho o direito de dizer isso porque eles rejeitam a participação, então assumo a posição de lhes dar a formação totalmente. Não! Tenho que reconhecer que os alunos não podem entender seus próprios direitos, porque estão tão ideologizados que rejeitam sua própria liberdade, seu próprio desenvolvimento crítico, dado o currículo tradicional. Então, tenho que aprender com eles, como ir além desses limites, além da rejeição de seus direitos”.

(SHOR; FREIRE, 1986, p. 70).

RESUMO

Esta pesquisa possui a questão central: ‘Como as relações de gêneros e sexualidades são compreendidas e abordadas por docentes que lecionam para turmas do Ensino Médio com discentes transexuais, na rede pública estadual em Curitiba, Paraná?’. Para as pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/Transexuais, *Queer*, Intersexo, Assexual e Pansexual (LGBTQIAP+), que se identificam como não cisgênero e/ou não heterossexual, as violências físicas e/ou verbais se constituem em suas experiências a partir da LGBTQIAP+fobia. No Brasil, conforme dados divulgados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB, 2022), entre 1963 a 2021, mais de 6 mil LGBTQIAP+ morreram vítimas da LGBTQIAP+fobia. O Brasil lidera o ranking mundial de países que mais mata pessoas LGBTQIAP+. Diante desses dados preocupantes e entendendo que o processo de escolarização possui a potencialidade de mudar vidas, esta pesquisa objetivou analisar como as relações de gêneros e sexualidades são compreendidas pelos(as) docentes que lecionam para turmas com discentes transexuais, no Ensino Médio, na rede pública estadual de Curitiba, Paraná. Todavia, se reconhece que a educação brasileira presenciou reformas educacionais durante a gestão Michel Temer (2016-2018), que foram implementadas durante a gestão Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) que, em virtude da crescente onda conservadora e neoliberal, resultou na supressão dos termos ‘gênero’ e ‘sexualidade’ nos currículos prescritivos e Planos Educacionais no âmbito nacional, estadual e municipal. Contudo, justifica-se que as abordagens de gêneros e sexualidades no âmbito da educação básica brasileira possuem respaldo jurídico na Constituinte Brasileira (Brasil, 1988), no Estatuto da Criança e Adolescente (Brasil, 1990), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), no Estatuto da Juventude (Brasil, 2013), no Parecer n. 14/2017 do Conselho Nacional de Educação (CNE) (Brasil, 2017), na Resolução n. 01/2018 do CNE (Brasil, 2018) e, desde o ano 2019, com a criminalização da homofobia (Brasil, 1989); bem como essas abordagens podem ocorrer a partir da existência dos corpos humanos docentes e discentes LGBTQIAP+ presentes nas instituições escolares. Desse modo, operacionalmente, o método adotado nesta pesquisa foi o qualitativo (Zanette, 2017), elegendo como fonte os(as) docentes que lecionam para o Ensino Médio, em turmas que possuem discentes transexuais matriculadas, na rede pública de ensino estadual paranaense, em Curitiba, Paraná. A técnica de coleta de dados foi um questionário com 10 perguntas abertas e a técnica de análise de dados foi a ‘Análise de Conteúdo’ (Bardin, [1977] 2016). A análise dos dados indicou que a maioria dos(as) profissionais entrevistados(as) compreendem adequadamente os conceitos científicos gênero, identidade de gênero, sexualidade e transexualidade, bem como demonstrou que a maioria das pessoas entrevistadas abordam a temática gênero e sexualidade na sala de aula a partir do respeito pelo nome social. Ainda foi possível identificar a realização de práticas pedagógicas ancoradas no diálogo para promover reflexões durante as aulas sobre a temática de gênero e sexualidade.

Palavras-chaves: Abordagens de gêneros e sexualidades; Currículo; Curitiba; Estudos de Gêneros e Sexualidades; Paraná.

ABSTRACT

This research has the central question: ‘How are gender relations and sexualities understood and addressed by teachers who teach high school classes with transgender students, in the state public network in Curitiba, Paraná?’. For Lesbian, Gay, Bisexual, Transvestite/Transsexual, Queer, Intersex, Asexual and Pansexual (LGBTQIAP+) people, who identify as non-cisgender and/or non-heterosexual, physical and/or verbal violence constitutes their experiences from of LGBTQIAP+phobia. In Brazil, according to data released by Grupo Gay da Bahia (GGB, 2022), between 1963 and 2021, more than 6 thousand LGBTQIAP+ people died as a result of LGBTQIAP+phobia. Brazil leads the world ranking of countries that kill the most LGBTQIAP+ people. In view of these worrying data and understanding that the schooling process has the potential to change lives, this research aimed to analyze how gender relations and sexualities are understood by teachers who teach classes with transsexual students, in high school, in the network public state of Curitiba, Paraná. However, it is recognized that Brazilian education witnessed educational reforms during the Michel Temer administration (2016-2018), which were implemented during the Jair Messias Bolsonaro administration (2019-2022) which, due to the growing conservative and neoliberal wave, resulted in the suppression of the terms 'gender' and 'sexuality' in prescriptive curricula and Educational Plans at national, state and municipal levels. However, it is justified that the approaches to genders and sexualities within the scope of Brazilian basic education have legal support in the Brazilian Constituent Assembly (Brazil, 1988), in the Statute of Children and Adolescents (Brazil, 1990), in the Law of Guidelines and Bases of Education Nacional (Brazil, 1996), in the Youth Statute (Brazil, 2013), in Opinion no. 14/2017 of the National Education Council (CNE) (Brazil, 2017), in Resolution no. 01/2018 of the CNE (Brazil, 2018) and, since 2019, with the criminalization of homophobia (Brazil, 1989); as well as these approaches can occur based on the existence of LGBTQIAP+ teaching staff and students present in school institutions. Thus, operationally, the method adopted in this research was qualitative (Zanette, 2017), choosing as a source the teachers who teach in high school, in classes that have transsexual students enrolled, in the public education network of the state of Paraná, in Curitiba, Paraná. The data collection technique was a questionnaire with 10 open questions and the data analysis technique was ‘Content Analysis’ (Bardin, [1977] 2016). Data analysis indicated that the majority of professionals interviewed adequately understand the scientific concepts of gender, gender identity, sexuality and transsexuality, as well as demonstrating that the majority of people interviewed approach the topic of gender and sexuality in the classroom. class based on respect for the social name. It was also possible to identify the implementation of pedagogical practices anchored in dialogue to promote reflections during classes on the topic of gender and sexuality.

Keywords: Gender and sexuality approaches; Curriculum; Curitiba; Gender and Sexuality Studies; Parana.

RESUMEN

Esta investigación tiene como pregunta central: '¿Cómo son entendidas y abordadas las relaciones de género y las sexualidades por los docentes que imparten clases de secundaria con estudiantes transgénero, en la red pública estatal en Curitiba, Paraná?'. Para las personas Lesbianas, Gays, Bisexuales, Travestis/Transexuales, Queer, Intersex, Asexuales y Pansexuales (LGBTQIAP+), que se identifican como no cisgénero y/o no heterosexual, la violencia física y/o verbal constituye sus experiencias de fobia LGBTQIAP+ . En Brasil, según datos publicados por el Grupo Gay da Bahia (GGB, 2022), entre 1963 y 2021, más de 6 mil personas LGBTQIAP+ murieron como consecuencia de la LGBTQIAP+fobia. Brasil lidera el ranking mundial de países que matan a más personas LGBTQIAP+. Ante estos datos preocupantes y entendiendo que el proceso de escolarización tiene el potencial de cambiar vidas, esta investigación tuvo como objetivo analizar cómo las relaciones de género y las sexualidades son entendidas por los docentes que imparten clases con estudiantes transexuales, en la escuela secundaria, en la red pública estatal de Curitiba, Paraná. Sin embargo, se reconoce que la educación brasileña fue testigo de reformas educativas durante el gobierno de Michel Temer (2016-2018), que fueron implementadas durante el gobierno de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) que, debido a la creciente ola conservadora y neoliberal, resultaron en la supresión de los términos 'género' y 'sexualidad' en los currículos prescriptivos y Planes Educativos a nivel nacional, estatal y municipal. Sin embargo, se justifica que los enfoques de género y sexualidades en el ámbito de la educación básica brasileña tengan respaldo legal en la Asamblea Constituyente de Brasil (Brasil, 1988), en el Estatuto de la Infancia y la Adolescencia (Brasil, 1990), en la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional (Brasil, 1996), en el Estatuto de la Juventud (Brasil, 2013), en Opinión n. 14/2017 del Consejo Nacional de Educación (CNE) (Brasil, 2017), en Resolución núm. 01/2018 del CNE (Brasil, 2018) y, desde 2019, con la criminalización de la homofobia (Brasil, 1989); así como estos acercamientos pueden darse en base a la existencia de docentes y estudiantes LGBTQIAP+ presentes en las instituciones escolares. Así, operativamente, el método adoptado en esta investigación fue cualitativo (Zanette, 2017), eligiendo como fuente a los profesores que enseñan en la escuela secundaria, en clases que tienen estudiantes transexuales matriculados, en la red de educación pública del estado de Paraná, en Curitiba, Paraná. La técnica de recolección de datos fue un cuestionario con 10 preguntas abiertas y la técnica de análisis de datos fue el 'Análisis de Contenido' (Bardin, [1977] 2016). El análisis de los datos indicó que la mayoría de los profesionales entrevistados comprenden adecuadamente los conceptos científicos de género, identidad de género, sexualidad y transexualidad, además de demostrar que la mayoría de las personas entrevistadas abordan el tema de género y sexualidad en el aula desde el respeto a el nombre social. También fue posible identificar la implementación de prácticas pedagógicas ancladas en el diálogo para promover reflexiones durante las clases sobre el tema de género y sexualidad.

Palabras clave: Enfoques de género y sexualidad; Currículo; Curitiba; Estudios de Género y Sexualidad; Parana.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – TÉCNICA DE COLETA DE DADOS SNOWBALL, POR SEMENTES E FRUTOS, A PARTIR DAS PESSOAS ENTREVISTADAS.....34

FIGURA 02 – METÁFORA SOBRE UM PLANETA COM CONTINENTES QUE APRESENTAM A DIVISÃO DAS EXPRESSÕES DE GÊNEROS E SEXUALIDADES..... 43

FIGURA 03 – PROFISSIONAIS QUE DURANTE A GRADUAÇÃO TIVERAM/NÃO TIVERAM ACESSO AS REFLEXÕES SOBRE OS 'ESTUDOS DE GÊNEROS E SEXUALIDADES'..... 68

FIGURA 04 – PROFISSIONAIS QUE ESTUDARAM E NÃO ESTUDARAM GÊNERO E SEXUALIDADE NA PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU (ESPECIALIZAÇÃO) E/OU STRICTO SENSU (MESTRADO E/OU DOUTORADO), POR NÍVEL DE MAIOR ESCOLARIDADE.....74

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – TIPOS DE PESQUISAS (ARTIGOS, DISSERTAÇÕES E TESES) QUE ABORDAM AS RELAÇÕES DE GÊNEROS E SEXUALIDADES NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA, POR ANO, ENTRE 2001 A 2022..... 50

GRÁFICO 02 – ÁREAS DO CONHECIMENTO EM QUE FORAM DEFENDIDAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO E TESES DE DOUTORADO, SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNEROS E SEXUALIDADES NA EDUCAÇÃO BÁSICA, NO BRASIL, ENTRE OS ANOS 2001 A 2022.....51

GRÁFICO 03 – QUANTIDADE TOTAL DE PESQUISAS QUE ABORDAM AS RELAÇÕES DE GÊNEROS E SEXUALIDADES NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA, POR ANO, ENTRE 2001 A 2022..... 54

GRÁFICO 04 – TEMÁTICAS DAS PESQUISAS QUE ABORDAM AS RELAÇÕES DE GÊNEROS E SEXUALIDADES NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA, POR ANO, ENTRE 2001 A 2022..... 55

GRÁFICO 05 – ENTREVISTADOS(AS) POR TEMPO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, EM ANOS, NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....64

GRÁFICO 06 – CATEGORIZAÇÃO DAS RESPOSTAS SOBRE A COMPREENSÃO DOS(AS) ENTREVISTADOS(AS) SOBRE O CONCEITO GÊNERO..... 79

GRÁFICO 07 – CATEGORIZAÇÃO DAS RESPOSTAS SOBRE A COMPREENSÃO DOS(AS) ENTREVISTADOS(AS) SOBRE O CONCEITO IDENTIDADE DE GÊNERO..... 83

GRÁFICO 08 – CATEGORIZAÇÃO DAS RESPOSTAS SOBRE A COMPREENSÃO DOS(AS) ENTREVISTADOS(AS) SOBRE O CONCEITO SEXUALIDADE.....86

GRÁFICO 09 – CATEGORIZAÇÃO DAS RESPOSTAS SOBRE A COMPREENSÃO DOS(AS) ENTREVISTADOS(AS) SOBRE O CONCEITO TRANSEXUALIDADE.....90

GRÁFICO 10 – CATEGORIZAÇÃO DAS RESPOSTAS SOBRE AS ABORDAGENS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA, CONFORME DOCENTES ENTREVISTADOS(AS).....93

GRÁFICO 11 – DOCENTES ENTREVISTADOS(AS) QUE CONHECEM E DESCONHECEM POLÍTICAS PÚBLICAS QUE PROMOVAM A DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA.....99

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – SÍNTESE QUANTITATIVA DA REVISÃO SISTEMÁTICA POR CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO E POR BASE DE DADOS..... 50

TABELA 02 – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS DISSERTAÇÕES E TESES DEFENDIDAS, SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNEROS E SEXUALIDADES NA EDUCAÇÃO, NO BRASIL, POR INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (IES), UNIDADE FEDERATIVA, REGIÃO, QUANTIDADE E PORCENTAGEM.....53

TABELA 03 – PROFISSIONAIS ENTREVISTADOS(AS), DATA DE ENTREVISTA E FORMAÇÃO ACADÊMICA – GRADUAÇÃO..... 66

TABELA 04 – CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA SEEDPR PARA A REALIZAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DAS AULAS/VAGAS PARA O ANO LETIVO 2024, PARA OS(AS) PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM FORMAÇÃO/LICENCIATURA RELACIONADA A DISCIPLINA PRETENDIDA..... 67

TABELA 05 – PROFISSIONAIS ENTREVISTADOS(AS) E CURSO(S) DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* – ESPECIALIZAÇÃO.....71

TABELA 06 – CARGO E/OU DISCIPLINA QUE LECIONA E TEMPO DE DOCÊNCIA, POR PROFISSIONAL ENTREVISTADO(A).....78

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAFe	Comunidade Acadêmica Federada
CEP/CHS	Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais do Setor de Ciências Humanas
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNS	Conselho Nacional de Saúde
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GETE	Grupo de Estudos Territoriais
GGB	Grupo Gay da Bahia
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IES	Instituição de Ensino Superior
LABIN	Laboratório de Investigação em Gênero, Corpo e Subjetividade na Educação
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTQIAP+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/Transexuais, *Queer*, Intersexo, Assexual e Pansexual
LGBTQIAP+fobia	Lesbofobia, Gayfobia/Homofobia, Bifobia, Travestifobia/Transfobia, *Queer*fobia, Intersexofobia, Assexfobia, Panfobia e mais
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ONG	Organização Não Governamental
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PL	Partido Liberal
PNLD	Plano Nacional do Livro Didático
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC-GO	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
PUC-PE	Pontifícia Universidade Católica de Pernambuco
PUC-PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná

PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SEEDPR	Secretaria de Estado de Educação do Paraná
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TGEU	Transgender Europe
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCG	Universidade Federal da Campina Grande
UFGO	Universidade Federal de Goiás
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFSE	Universidade Federal de Sergipe
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFTO	Universidade Federal do Tocantins
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UnB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo
UNIANDRADE	Centro Universitário Campos de Andrade
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNILASALLE	Universidade La Salle
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina

USP	Universidade de São Paulo
UTFPR	Universidade Federal Tecnológica do Paraná

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....21
1.1. JUSTIFICATIVA.....27
1.2. OBJETIVOS.....30
1.2.1. Objetivo Geral.....30
1.2.2. Objetivos Específicos.....31
1.3. METODOLOGIA.....31
1.3.1. Método.....31
1.3.2. Fonte.....31
1.3.3. Técnica de Coleta de Dados.....35
1.3.4. Técnica de Análise de Dados.....35

2. AS BASES TEÓRICAS E CONCEITUAIS DE GÊNEROS E SEXUALIDADES...36
2.1. AS RELAÇÕES DE GÊNEROS E SEXUALIDADES NO ÂMBITO ESCOLAR..36
2.2. REVISÃO SISTEMÁTICA ACERCA DAS RELAÇÕES DE GÊNEROS E SEXUALIDADES NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA, ENTRE OS ANOS 2001 A 2022.....49

3. AS RELAÇÕES DE GÊNEROS E SEXUALIDADES NAS TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS E PROFISSIONAIS DOS(AS) DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....63
3.1. FORMAÇÃO PEDAGÓGICA INICIAL E CONTINUADA DO CORPO DOCENTE QUE LECIONA PARA TURMAS DO ENSINO MÉDIO, COM DISCENTES TRANSEXUAIS MATRICULADAS.....63
3.2. COMPREENSÕES E ABORDAGENS DE GÊNEROS E SEXUALIDADES PELO CORPO DOCENTE QUE LECIONA PARA TURMAS DO ENSINO MÉDIO, COM DISCENTES TRANSEXUAIS MATRICULADAS.....77

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....103

REFERÊNCIAS.....106
APÊNDICE I – Questionário.....140
APÊNDICE II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....141

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa problematizou: ‘Como as relações de gêneros e sexualidades são compreendidas e abordadas por docentes que lecionam para turmas do Ensino Médio com discentes transexuais, na rede pública estadual em Curitiba, Paraná?’.

Saliento que essa questão problematizadora se apresenta ancorada na minha trajetória acadêmica e profissional, pois enquanto discente da educação básica pública do estado do Paraná, entre os anos 1997 a 2008, bem como enquanto docente de Geografia na mesma rede pública de ensino, desde 2009, tenho experienciado situações de violências físicas e/ou verbais contra discentes e docentes que não se identificam como cisgênero (pessoas que se identificam com o sexo e gênero culturalmente atribuído ao nascimento) e/ou heterossexual (pessoas que sentem desejo afetivo sexual por pessoas do sexo oposto). Refiro-me especificamente a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/Transexuais, *Queer*, Intersexo, Assexual e Pansexual (LGBTQIAP+).

Como me auto identifico como um homem, cisgênero e homossexual, minha orientação sexual foi ininteligível para os agressores que durante a minha formação escolar da educação básica, se demonstravam agressivos contra mim. Me recordo que eu era agredido verbalmente por pessoas que apontavam o dedo contra mim e lançavam ofensas homofóbicas. Fui vítima de homofobia cometida por crianças e adolescentes (sempre do gênero masculino) que me desqualificavam como ‘viadinho’ e ‘bichinha’ (sic.). Algumas pessoas me chamavam no feminino, ‘Ramona’, sempre com a intencionalidade de me diminuir perante outras pessoas. Esses episódios não aconteciam somente na escola, também aconteciam nas ruas. Quando me tornei adulto, pensei em estudar para me tornar docente, na expectativa de combater pedagogicamente a LGBTQIAP+fobia. Contudo, descobri que a LGBTQIAP+fobia não advém somente do corpo discente, pois os adultos como docentes, também se demonstraram LGBTQIAP+fóbicos com comentários pejorativos realizados no espaço escolar como, por exemplo, salas de aula, biblioteca, pátio do colégio e sala dos(as) professores(as).

A partir dos anos 2010, comecei a me envolver com pesquisas acadêmicas na área da educação, sobretudo no 'Ensino de Geografia' (Ramon[1] de Oliveira Bieco Braga, 2015; Braga; Ana Maria Muratori; Denecir de Almeida Dutra, 2018), sendo que somente conheci os 'Estudos de Gêneros e Sexualidades' em 2015. Na época, questionava o estranhamento de eu desconhecer os 'Estudos de Gêneros e Sexualidades'. Por que eu desconhecia essa área de pesquisa nas Ciências Humanas, sobretudo na Geografia e na Pedagogia? Por que o corpo docente que lecionava para os cursos que cursei de graduação em Geografia do Centro Universitário Campos de Andrade (UNIANDRADE) e mestrado em Geografia na Universidade Federal do Paraná (UFPR), não desenvolviam reflexões sobre os 'Estudos de Gêneros e Sexualidades' nas aulas e não possuíam pesquisas realizadas de suas autorias, sobre esse tema, indicadas em seus currículos acadêmicos Lattes? A partir desses questionamentos, Carole S. Vance (1995) refletiu que as abordagens de gêneros e sexualidades nas pesquisas acadêmicas de docentes pesquisadores(as), podem manchar o currículo acadêmico, pois podem não ser bem recebidos pela comunidade científica que é hegemonicamente androêntrica. Vance (1995) indicou que no Brasil, durante os anos 1980 e 1990, para muitas pessoas que manifestaram interesse em desenvolver pesquisas na área de gêneros e sexualidades, foram desencorajadas pelos(as) docentes orientadores(as), que indicavam para essas pessoas que fizessem pesquisas após conquistar uma oportunidade de emprego em uma universidade ou instituição pública para, posterior conquista da estabilidade, se aventurar pelos 'Estudos de Gêneros e Sexualidades'. Para mim, isso não era uma opção. Minha vivência não heterossexual enquanto discente e docente da educação básica, me envolveu explicitamente com os 'Estudos de Gêneros e Sexualidades'.

A partir de 2016, me envolvi com o trabalho voluntário na Organização Não Governamental (ONG) Transgrupo Marcela Prado em Curitiba, Paraná; com a ONG Renascer em Ponta Grossa, Paraná; e iniciei formalmente meus estudos na área de Geografia, gêneros e sexualidades, que resultou no meu doutoramento em Geografia, na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Naquela ocasião, desenvolvi uma pesquisa sobre a relação saúde e doença do corpo travesti e

[1] Nos 'Estudos de Gêneros e Sexualidades', a primeira vez que é realizado a citação do(a) autor(a), seu nome é escrito por extenso para identificar o gênero da pessoa. Posteriormente, é realizada a citação somente com o último sobrenome.

transexual (Braga; Marcio José Ornat, 2019; Braga, 2020; Braga; Ornat, 2022), o que me sensibilizou sobre a trajetória escolar das pessoas que se auto identificam como travestis e mulheres transexuais, pois a travestifobia e a transfobia, sempre foram violências presentes nas vivencias dos espaços escolares para essas pessoas.

Nesta dissertação de mestrado, argumenta-se que o Brasil é um país extremamente violento contra as pessoas LGBTQIAP+. Segundo dados publicados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB, 2022), no Relatório Anual de Violência contra a população brasileira LGBTQIAP+, entre os anos 1963 a 2021, 6.691 LGBTQIAP+ foram assassinadas por motivo da LGBTQIAP+fobia, isto é, intolerância e fobia as identidades de gênero não cisgênero e as orientações sexuais não heterossexuais. O mesmo relatório denunciou que o estado do Paraná, é o 5º estado brasileiro que mais se mata pessoas por LGBTQIAP+fobia. Homens gays, travestis e mulheres transexuais, corresponderam a 87,67% dos 300 assassinatos registrados somente em 2021. 53,99% (162) dessas pessoas tinham entre 10 a 39 anos de idade. 10% (32) trabalhavam como profissionais do sexo, 8% (24) trabalhavam como docentes, 4,33% (13) trabalhavam como cabelereiras e 4,33% eram estudantes.

Quando realizado a tipificação das mortes, o relatório elaborado pelo GGB (2022) identificou que 28,33% (85) das pessoas LGBTQIAP+ foram assassinadas com uso de armas brancas (facão, facas, enxadas e tesouras), 24,33% (73) foram assassinadas por armas de fogo, 12,67% (38) foram espancadas com pauladas e pedras até a morte, 8,67% (26) foram estranguladas por asfixia ou ‘mata leão’ (sic.), e 26% (78) apresentaram outras causas não identificadas no relatório.

Esses dados demonstram a gravidade do problema da LGBTQIAP+fobia no Brasil. Entretanto, para que esse problema seja inteligível sob a ótica científica, afirma-se que os ‘Estudos de Gêneros e Sexualidades’ corroboram com a inteligibilidade do fenômeno a partir de alguns conceitos centrais que foram desenvolvidos por Adrienne Rich (2010), Judith Butler (2016; 2000), Joan Roughgarden (2005), Berenice Alves de Melo Bento (2002), Melissa Barbieri Oliveira e Miriam Pillar Grossi (2014), dentre outros(as) pesquisadores(as) dos ‘Estudos de Gêneros e Sexualidades’.

Diante da questão apresentada: ‘Como as relações de gêneros e sexualidades são compreendidas e abordadas por docentes que lecionam para turmas do Ensino Médio com discentes transexuais, na rede pública estadual em

Curitiba, Paraná?', cabe ressaltar que para esta pesquisa, as relações de gêneros e sexualidades são inteligíveis pelos 'Estudos de Gêneros e Sexualidades'. Para esse campo interdisciplinar de estudos, existe uma compreensão científica de que as relações de gêneros e sexualidades estão sustentadas pela heterossexualidade compulsória. Esse conceito foi refletido por Rich (2010), que pensou sobre a existência de uma expectativa cultural sobre o nascimento do corpo humano. Para Rich (2010), após o nascimento, a sociedade espera que aos bebês nascidos com pênis, se identifiquem com o gênero masculino e sejam heterossexuais. O mesmo ocorre com os bebês que nascem com vagina, com a expectativa de que esses corpos se identifiquem com o gênero feminino e quando crescerem manifestem desejos heterossexuais. Nesse sentido, um corpo é inteligível pela matriz da heterossexualidade compulsória, quando atende essas expectativas que são situadas na cultura heteronormativa.

A partir do conceito da heterossexualidade compulsória (Rich, 2010), Butler (2016) indicou que para os corpos humanos que não correspondem a heterossexualidade compulsória, seus corpos se tornam ininteligíveis, pois é ininteligível um corpo com pênis corporificar o gênero feminino, bem como é ininteligível um corpo com vagina corporificar o gênero masculino.

No tocante ao conceito de gênero, Butler (2016) compreendeu que o gênero é situado no tempo e no espaço, intermediado por significados culturais. A autora ainda concebeu o gênero como uma categoria social, que ganha significado sob um prisma político, cultural, econômico e religioso, que subsidia as relações sociais. A compreensão butleriana de gênero também é compartilhada por Roughgarden (2005), que acrescentou que assim como o gênero, o sexo e as sexualidades também são compreensões situadas em um contexto cultural.

Para Roughgarden (2005), as Ciências Biológicas compreendem que os animais irracionais são classificados em dois sexos, isto é, macho ou fêmea. Porém, seres humanos não precisam ser categorizados somente pelo sexo igual ocorre com os animais irracionais. Pelo contrário, seres humanos são diferentes dos animais irracionais e possuem diferentes expressões corporais o que denota a inteligibilidade das identidades de gênero. No mundo animal, Roughgarden (2005) indicou que a diversidade sexual não é um problema, sendo para algumas espécies de lagartos até uma possibilidade de sobrevivência, pois existem lagartos que trocam de sexo

durante a vida. Portanto, a diversidade de gêneros[2] e sexualidades se constitui como um problema somente para a espécie humana.

As violências pela intolerância da diversidade de gêneros e sexualidades decorrem quando os corpos humanos, segundo Butler (2000), não apresentam a linearidade entre sexo, gênero e desejo. Assim, são desqualificados e abjetificados, pois são ininteligíveis pela ótica da heterossexualidade compulsória (Rich, 2010), como é o caso das identidades de gênero não cisgênero como a travesti, a transexual, a não binária, etc. Por esse motivo que as abordagens de gênero e sexualidade devem ocorrer na educação básica, para que seja promovido o conhecimento científico dos 'Estudos de Gêneros e Sexualidades', a fim de reduzir a quantidade de violência contra a diversidade de gêneros e sexualidades.

Em relação à transexualidade, nesta pesquisa compreende-se a mesma com base nas pesquisas científicas desenvolvidas por Berenice Alves de Melo Bento (2002) que afirma que as pessoas transexuais podem ser compreendidas como pessoas que não se identificam com o corpo/sexo atribuído culturalmente ao nascimento. Assim, se apresentam as mulheres transexuais que se auto identificam como mulheres, embora tenham nascido com um corpo anatomicamente masculino, bem como se apresentam os homens transexuais que nasceram em um corpo anatomicamente feminino.

Segundo Melissa Barbieri Oliveira e Miriam Pillar Grossi (2014), o termo transexual foi concebido no passado pelos interesses dos médicos, religiosos e políticos que se interessavam em tornar patológico essa identidade de gênero. Conforme as mesmas autoras, o primeiro registro sobre uma pessoa transexual foi realizado pelo psiquiatra Richard Von Kraff-Ebing (1840-1902), que acompanhou a vida social de um adolescente húngaro que manifestava desejo em viver constantemente como o gênero oposto. A ocorrência desse fato exortou novas reflexões sobre esse assunto e, desde então, as ciências psi. (Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise) vem acompanhando a existência dessas identidades de gênero como

[2] Salienta-se que nesta dissertação de mestrado, no momento em que gênero é escrito no singular, refere-se ao conceito científico, correspondendo a um sistema de inteligibilidade dos corpos humanos (Rich, 2010; Butler, 2016; 2000; Roughgarden, 2005; Bento, 2002; Oliveira; Grossi, 2014, dentre outos(as) pesquisadores(as)), mas quando a palavra é escrita no plural, isto é, gêneros, refere-se a diversidade de gêneros e sexualidades, pois compreende-se que não existe somente um gênero e/ou somente uma sexualidade. Pelo contrário, existem mais de um gênero (cisgênero, travestilidades, transexualidades, etc.) e mais de uma sexualidade (heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, pansexualidade, etc.), o que justifica a intencionalidade da escrita em se referir aos gêneros e as sexualidades.

uma ‘disforia de gênero’, termo utilizado pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Desordens Mentais (DSM) que tornou patológico a transexualidade.

Nesse contexto, como a transexualidade é ininteligível para a heterossexualidade compulsória (Rich, 2010), os corpos transexuais são considerados abjetos (Butler, 2000) no espaço escolar e por esse motivo, muitas pessoas transexuais vivenciam episódios de transfobia que, de acordo com Jaqueline Gomes de Jesus (2010), são episódios de violência física e psicológica advindos por uma intolerância à diversidade de gêneros e sexualidades.

Diante do exposto, a transfobia pode ser analisada como um problema social muito grave. Conforme dados da ONG Transgender Europe (TGEU, 2018), entre 01 de janeiro de 2008 até 30 de setembro de 2018, 2.982 pessoas transgêneros foram assassinadas no mundo, sendo que somente entre os anos 2016 a 2018, foram registrados 989 assassinatos – cerca de 1/3 do volume total. Destas pessoas assassinadas, 62% eram profissionais do sexo e 1.145 morreram em decorrência do uso das armas de fogo, 577 morreram apunhaladas com armas brancas e 306 morreram espancadas.

No Brasil, o relatório da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) (Bruna G. Benevides; Sayonara Naider Bonfim Nogueira, 2019) denunciou que somente em 2018, foram registrados 161 assassinatos, sendo 59 casos (36,2%) no nordeste, 45 casos (27,6%) no sudeste, 20 casos (12,2%) no sul, 19 casos (12%) no norte e 18 casos (11,4%) no centro-oeste. Do total, 60,5% possuía entre 17 a 29 anos de idade. Elas são mortas por armas de fogo (53%), armas brancas (21%), espancamento, asfixia e/ou estrangulamento (19%) e outras formas (07%) não indicadas no relatório da ANTRA.

Esses dados denunciam como a violência física e psicológica incide sob o corpo transexual, bem como elucida a relevância acadêmica e social da transexualidade compor os temas a ser investigado nos programas de pós-graduação em Educação e pelos ‘Estudos de Gêneros e Sexualidades’, que é a área de pesquisa acadêmica que a presente dissertação de mestrado se identifica.

Portanto, considerar a existência das pessoas transexuais nas salas de aula do Ensino Médio, na rede pública estadual paranaense, é um tema de relevância social e acadêmica a ser problematizado, pois existem docentes que foram entrevistados por Ruan Pinheiro do Nascimento Faria (2018), Lana de Cássia Ferreira e Suelen Colaço Lineiro (2018), Claudia Maliszewski Escouto (2019), Alline

Lemos Lira (2019) e Murilo Noli da Fonseca e Daiane Nazário (2021), que afirmaram não abordar as relações de gêneros e sexualidade em sala de aula, porque não tiveram durante a sua formação acadêmica inicial ou continuada, debates sobre os 'Estudos de Gêneros e Sexualidades'. Contudo, afirma-se que o corpo docente nunca pode ignorar as relações de gêneros e sexualidade nos espaços escolares, principalmente quando possuem nas salas de aula do Ensino Médio, discentes transexuais matriculadas, pois esses corpos estão presentes na sala de aula e fazem parte de todas as etapas do processo ensino e aprendizagem.

Destarte, considerando os argumentos problematizadores expostos, a presente dissertação de mestrado possui como questão central: 'Como as relações de gêneros e sexualidades são compreendidas e abordadas por docentes que lecionam para turmas do Ensino Médio com discentes transexuais, na rede pública estadual em Curitiba, Paraná?'.

1.1. JUSTIFICATIVA

A realização desta pesquisa se justifica por um conjunto de reflexões científicas e amparo jurídico brasileiro. A base teórica desta pesquisa se fundamenta com os 'Estudos de Gêneros e Sexualidades'. Para esses estudos, levar as reflexões sobre gênero, identidade de gênero, sexo e sexualidades para os espaços escolares, é incentivar o diálogo sobre esses temas, bem como demonstrar que a diversidade de gêneros e sexualidades não é um problema, na realidade o problema é a violência física e/ou verbal, advinda da intolerância da diversidade de gêneros e sexualidades. Não se trata a priori de considerar que a educação é uma panaceia e que absolutamente todos os problemas sociais possam ser resolvidos pela educação. Na realidade, é considerar a educação como um processo de conhecimento da pessoa sobre ela mesma e sobre onde ela transita e com quem ela encontra.

Esta pesquisa também se justifica por promover uma reflexão sobre um fenômeno que é amparado pelo sistema jurídico brasileiro, pois conforme é indicado no inciso III do Artigo 1º e no inciso IV do Artigo 3º da 'Constituição da República Federativa do Brasil' (Brasil, 1988), é imperativo promover a igualdade entre os seres humanos, sem nenhuma distinção de etnia, cor, idade e sexualidade. Para promover a igualdade entre os seres humanos, é inadmissível que a

LGBTQIAP+fobia se manifeste no espaço escolar, pois ela é uma violência que desqualifica a dignidade humana da pessoa LGBTQIAP+. Afirma-se ainda que o(a) docente não pode ser negligente com as situações de LGBTQIAP+fobia na escola, pois segundo o 'Estatuto da Criança e Adolescente' (Brasil, 1990), no Artigo 5º, nenhuma criança ou adolescente pode ser vítima de negligencia e discriminação.

Assim, esta pesquisa vai na contramão dos argumentos frágeis dos(as) docentes que justificam a não abordagem de gênero e sexualidade na sala de aula, pelo receio de tratar um tema considerado tabu pelos políticos de direita e conservadores. Esta pesquisa se justifica por trazer para o debate científico, elementos que justificam a abordagem de gênero e sexualidade em sala de aula, pois os(as) docentes não podem temer falar sobre esse tema, sobretudo, quando nas salas de aulas, existem discentes LGBTQIAP+, em especial transexuais, que não podem ter o nome social desrespeitado, não podem ter o acesso interditado a espaços específicos como os banheiros, além de precisarem ser respeitadas dignamente como seres humanos. Por esses argumentos que no título desta pesquisa existe a frase 'não tem como ignorar a transexualidade na sala de aula'.

No âmbito da educação, a própria 'Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional', Lei n. 9.394 (Brasil, 1996), determina no Artigo 12º que é de responsabilidade das instituições escolares promoverem momentos de reflexões que assegurem a promoção da cultura da paz, sem violência e discriminação, o que implica implicitamente, realizar práticas pedagógicas que combatam todos os tipos de LGBTQIAP+fobia. Como práticas pedagógicas, podem ser realizados estudos de casos, palestras, análise de narrativas fílmicas e textuais sobre a diversidade de gêneros e sexualidades, desconstrução da heterossexualidade compulsória (RICH, 2010), do machismo, do sexismo e da misoginia.

Além dessas leis, existe também o 'Estatuto da Juventude', Lei n. 12.852 (Brasil, 2013), que se destaca pela normatização formal de uma lei que indica explicitamente a tríade gênero, sexo e orientação sexual. No Artigo 17º, determina-se que nenhum(a) jovem pode ser discriminado(a) por questões relacionadas ao sexo (inciso I) e orientação sexual (inciso II). Nos Artigos 18º e 20º, assegura-se ao(a) jovem, o direito de ter acesso ao conhecimento científico como, por exemplo, os 'Estudos de Gêneros e Sexualidades', sendo de responsabilidade do poder público realizar a capacitação de docentes para que as questões de gênero e sexualidades possam ser abordadas adequadamente em sala de aula.

No tocante as pessoas transexuais que fazem uso do nome social, o Parecer n. 14 (Brasil, 2017) do Conselho Nacional de Educação, ratificado pela Resolução n. 01 (Brasil, 2018) do mesmo órgão, é bem incisivo ao assegurar que transexuais possuem o direito de usar o nome social no ambiente escolar, que deve ser saudável e inclusivo para todas as pessoas; e desde 2019, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a homofobia como um crime de racismo (Brasil, 1989), sendo inafiançável e imprescritível. Logo, se o respeito à diversidade de gêneros e sexualidades no Brasil, não vem pela empatia e humanidade, que venha por força da legislação vigente (Brasil, 1988; 1989; 1990; 1996; 2013; 2017; 2018).

Além desses dispositivos, na rede estadual do Paraná, existe um conjunto de documentos que ampara o trabalho docente, na abordagem das relações de gêneros e sexualidades em sala de aula como é o caso das 'Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual' da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEEDPR) (Paraná, 2010). Nesse documento, existe um glossário com palavras tangentes a gênero e sexualidade para orientar o trabalho pedagógico em sala de aula, bem como existem reflexões em torno de homossexualidade, violência contra a mulher e educação sexual, ancorado em reflexões dos 'Estudos de Gêneros e Sexualidades', bem como a literatura *Queer* que desenvolve reflexões teóricas sobre os conceitos gênero, identidade de gênero, sexualidade e transexualidade.

No Paraná, o próprio currículo prescritivo do 'Novo Ensino Médio' (Paraná, 2021b; 2022) indica a obrigatoriedade do docente de História abordar os temas gênero e sexualidade nas salas de aulas dos colégios que ofertam o Ensino Médio no âmbito da rede estadual de ensino paranaense. Em outros momentos, eu realizei uma reflexão científica sobre o currículo prescritivo da SEEDPR e indiquei que além das aulas de História, a Filosofia, a Geografia e a Sociologia também possuem o direito e dever de abordar as relações de gênero e sexualidade nas aulas, tendo como base o próprio currículo prescritivo (Braga, 2022).

Além desses argumentos que amparam juridicamente o docente sobre a abordagem de gênero e sexualidade em sala de aula, também existe o 'Guia de orientação às equipes diretivas e pedagógicas dos protocolos de situações de violência intra e extraescolar' elaborado pela própria SEEDPR (Paraná, 2023a). Nesse documento, existe um protocolo de encaminhamento às situações de identidade de gênero e orientação sexual, orientando os(as) servidores da SEEDPR como podem agir dentro das escolas estaduais nos episódios de 'LGBTfobia' (sic.),

em outras palavras, homofobia, lesbofobia, bifobia, transfobia, violência de gênero, uso do banheiro e nome social (Paraná, 2023a).

Nesse contexto, é possível afirmar que o(a) docente não precisa sentir receio em abordar cientificamente os conceitos gênero, identidade de gênero, sexualidade e transexualidade em sala de aula, bem como abordar as relações de gêneros e sexualidades que compõe a sociedade, pois existe um conjunto de instrumentos legais que subsidiam essas abordagens. Por esses motivos que esta pesquisa se justifica e contribui com os diálogos científicos dos 'Estudos de Gêneros e Sexualidades'.

De acordo com Dayana Brunetto Carlin dos Santos, Karina Veiga Mottin e Amanda da Silva (2022), as abordagens de gêneros e sexualidades em sala de aula, combatem o sexismo, o machismo, o patriarcado, os abusos sexuais – principalmente os que acontecem dentro da casa da própria vítima, além do capacitismo, da LGBTQIAP+fobia, etc. Essas abordagens qualificam as vítimas a denunciarem as violências e o espaço escolar pode ser um dos poucos espaços em que a vítima possui segurança em realizar a denuncia.

Considerando os argumentos expostos que justificam a realização desta pesquisa, ratifica-se que esta dissertação de mestrado problematiza: 'Como as relações de gêneros e sexualidades são compreendidas e abordadas por docentes que lecionam para turmas do Ensino Médio com discentes transexuais, na rede pública estadual em Curitiba, Paraná?'. Com base na questão problematizadora, na sequência são apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos que compõem a estrutura desta dissertação de mestrado.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo Geral

Analisar como as relações de gêneros e sexualidade são compreendidas por docentes que lecionam para turmas com discentes transexuais matriculadas, no Ensino Médio, na rede pública estadual de Curitiba, Paraná.

1.2.2. Objetivos Específicos

- Identificar como o corpo docente compreende os conceitos científicos gênero, identidade de gênero, sexualidade e transexualidade, com base nos ‘Estudos de Gêneros e Sexualidades’;
- Verificar quais políticas públicas como leis, resoluções e deliberações, sobre as relações de gêneros e sexualidades, são conhecidas pelo corpo docente que ministram aulas no Ensino Médio, para turmas que possuem discentes transexuais matriculadas;
- Compreender como o corpo docente aborda as relações de gêneros e sexualidades, em turmas com discentes transexuais matriculadas, no Ensino Médio, na rede pública estadual de Curitiba, Paraná.

1.3. METODOLOGIA

Para responder à questão problematizadora desta pesquisa: ‘Como as relações de gêneros e sexualidades são compreendidas e abordadas por docentes que lecionam para turmas do Ensino Médio com discentes transexuais, na rede pública estadual em Curitiba, Paraná?’, salienta-se que esta pesquisa foi composta pelos seguintes elementos:

1.3.1. Método

A matriz metodológica foi a qualitativa, pois conforme refletido por Marcos Suel Zanette (2017), o método qualitativo tem corroborado amplamente com as pesquisas no âmbito da educação, pois permite a análise de dados qualitativos, priorizando a reflexão subjetiva dos fenômenos estudados, o que amplia a potencialidade de alcance da pesquisa.

1.3.2. Fonte

As fontes dessa pesquisa foram as pessoas que lecionam para turmas do Ensino Médio, na rede pública estadual de Curitiba, Paraná, para turmas que possuem discentes transexuais matriculadas. Por questões éticas, a identificação do

colégio e dos(as) participantes foi ocultada nesta pesquisa, sendo os nomes das pessoas participantes substituído pelo nome das pessoas transexuais emblemáticas no movimento social LGBTQIAP+, a saber:

1. Cecília Chung (1965 -): mulher transexual, chinesa e ativista dos direitos LGBTQIAP+;
2. Charlotte von Mahlsdorf (1928-2002): travesti, alemã e ativista dos direitos LGBTQIAP+;
3. Cláudia Celeste (1952 – 2018): mulher transexual, brasileira, atriz e dançarina;
4. Christine Jorgensen (1926-1989): mulher transexual, estadunidense, primeira mulher popularmente conhecida por ter realizado com sucesso a cirurgia de redesignação sexual nos Estados Unidos da América;
5. Daniela Vega (1989 -): mulher transexual, chilena, atriz e cantora lírica;
6. Lana Wachowski (1965 -): mulher transexual, estadunidense e atriz;
7. Laverne Cox (1972 -): mulher transexual, estadunidense e atriz;
8. Lili Elbe (1904 - 1930): mulher transexual, dinamarquesa, artista e foi uma das primeiras pessoas a realizar a cirurgia de redesignação sexual;
9. Lynn Conway (1938 -): mulher transexual, estadunidense e cientista da computação;
10. Marci Bowers (1958 -): mulher transexual, estadunidense e cirurgiã transexual;
11. Marsha P. Johnson (1945-1992): mulher transexual, estadunidense e ativista dos direitos das pessoas transexuais;
12. Miss Major (1940 -): mulher transexual, estadunidense e militante dos direitos das pessoas transexuais;
13. Reneé Richards (1934 -): mulher transexual, estadunidense e ex-tenista;
14. Rogéria (1943 - 2017): mulher transexual, brasileira, atriz, cantora e performista;
15. Roberta Close (1964 –): mulher transexual, brasileira e atriz;

16. Ruddy Pinho (1944 - 2021): mulher transexual, brasileira e cabelereira; e
17. Wendy Carlos (1939 -): mulher transexual, estadunidense e musicalista.

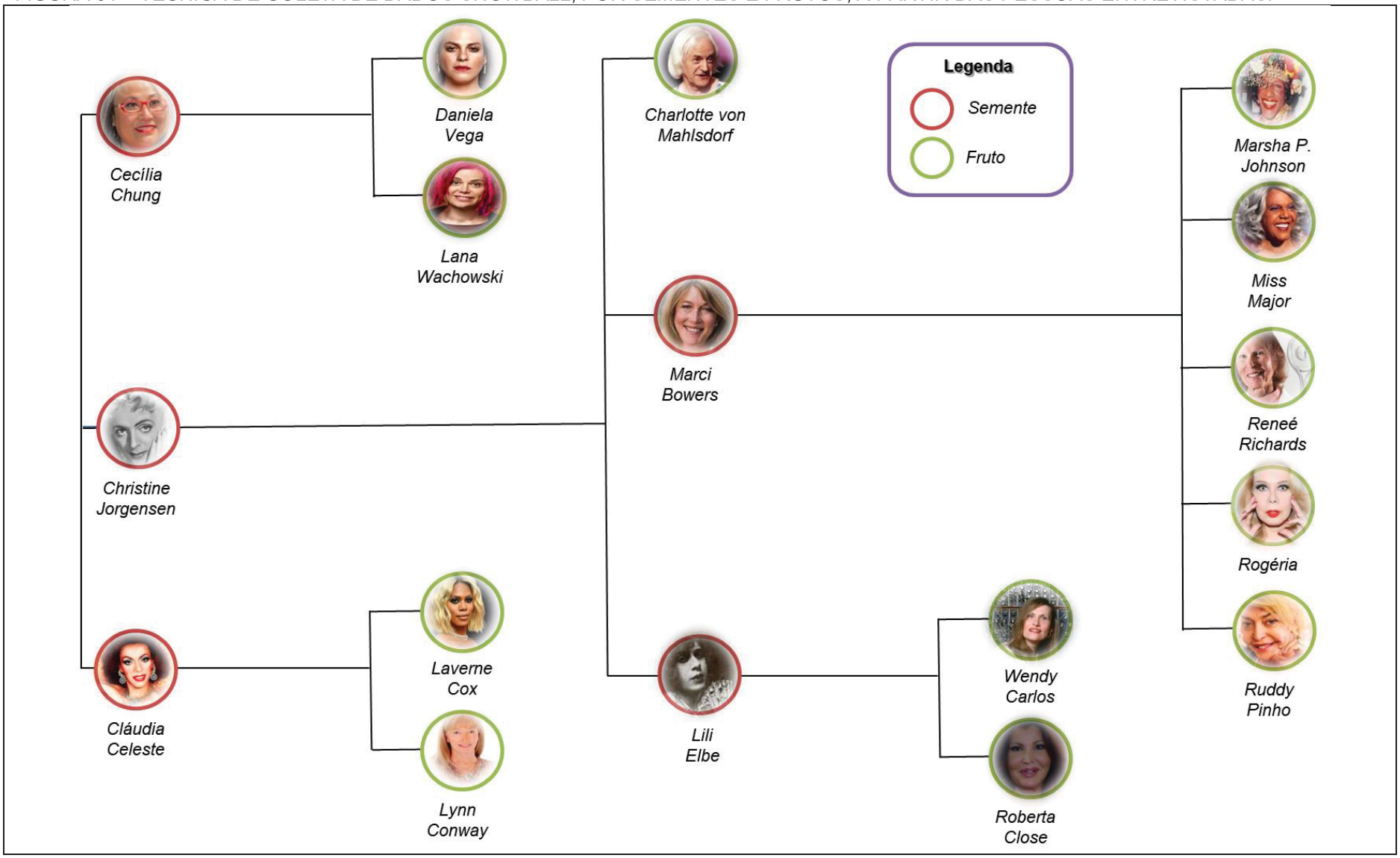
As pessoas com potencial de participação na coleta de dados foram acessadas mediante a Técnica de Amostragem *Snowball* (Juliana Vinuto, 2014), que identifica a rede social das pessoas que compartilham das mesmas condições sociais, isto é, nesta pesquisa, foi considerada a rede social dos(as) docentes entrevistados(as) que conhecem e indicaram outros(as) docentes.

Segundo Vinuto (2014), na Técnica de Amostragem *Snowball*, existem as primeiras pessoas identificadas que são denominadas como 'sementes'. Cada pessoa 'semente' indica outras possíveis pessoas que conhecem, denominadas por 'frutos', para participarem da coleta de dados da pesquisa. Nesse contexto, a Figura 01 (página 34) apresenta quais foram às pessoas entrevistadas nesta pesquisa, identificando as mesmas por sementes e frutos.

Nesta pesquisa, as pessoas 'sementes', foram às pessoas que trabalharam como docentes no curso solidário 'To Passada[3]', entre os anos 2016 a 2018, organizado pela ONG Transgrupo Marcela Prado, em Curitiba, Paraná. Para cada docente, foi enviado um convite para participar desta pesquisa. Posterior à realização da entrevista, foi solicitado que cada docente indicasse outras pessoas que trabalharam ou trabalham como docentes para turmas do Ensino Médio, com discentes transexuais matriculadas, na rede pública estadual de ensino em Curitiba, Paraná, para poderem participar desta pesquisa. As pessoas que aceitaram participar desta pesquisa são apresentadas na Figura 01 (página 34) – organizadas por sementes (foram as primeiras pessoas abordadas) e frutos (foram as pessoas indicadas pelas primeiras entrevistadas e aceitaram participar desta pesquisa). Salienta-se que a coleta de dados terminou quando foi identificado que o campo saturou, quando o pesquisador não identificava mais novidade nas respostas e as respostas se repetiam com frequência. Assim, a aplicação do questionário se iniciou em 02 de janeiro de 2024 e terminou em 27 de fevereiro de 2024, quando foi verificado que não existiam mais novidades nas respostas coletadas.

[3] O curso solidário 'To Passada' tinha como objetivo preparar a população LGBTQIAP+ para prestar vestibular e/ou Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para o ingresso em cursos de graduação.

FIGURA 01 – TÉCNICA DE COLETA DE DADOS SNOWBALL, POR SEMENTES E FRUTOS, A PARTIR DAS PESSOAS ENTREVISTADAS.



FONTE: Entrevistados(as). Elaborado e organizado por Ramon O. Bieco Braga (2024).

1.3.3. Técnica de Coleta de Dados

A técnica de coleta de dados foi um questionário (Apêndice I), concebido com 10 perguntas que questionaram sobre a formação docente em relação à abordagem das relações de gêneros e sexualidades; sobre o conhecimento que cada docente possui sobre os conceitos científicos de gênero, identidade de gênero, sexualidade e transexualidade; e sobre como os(as) docentes abordam gênero e sexualidade nas turmas com discentes transexuais matriculadas no Ensino Médio, na rede estadual de ensino em Curitiba, Paraná.

Salienta-se que o questionário foi aplicado mediante a aceitação do(a) entrevistado(a) em participar da pesquisa, com base na análise e assinatura do 'Termo de Consentimento Livre e Esclarecido' (TCLE), que é demonstrado no Apêndice II desta pesquisa, conforme orientações da Resolução n. 510 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), de 07 de abril de 2016, bem como determinado pelo Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais do Setor de Ciências Humanas (CEP/CHS) da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

1.3.4. Técnica de Análise de Dados

A técnica de análise de dados foi a Técnica de Análise de Conteúdo (Laurence Bardin, [1977] 2016) que permite ao pesquisador tornar inteligível o fenômeno cientificamente estudado, considerando as palavras e o discurso que subsidiam o conteúdo da comunicação escrita das pessoas entrevistadas, e acrescenta-se ainda que os resultados foram analisados sob a perspectiva da 'Teoria *Queer*' e dos 'Estudos de Gêneros e Sexualidades'.

Diante do contexto apresentado, as respostas obtidas nas perguntas sobre a compreensão dos conceitos de gênero, identidade de gênero, sexualidade e transexualidade, bem como as abordagens das relações de gêneros e sexualidades na sala de aula, foram categorizadas por evocações semânticas, que possibilitaram a elaboração de gráficos que subsidiaram a sistematização da análise dos dados.

2. AS BASES TEÓRICAS E CONCEITUAIS DE GÊNEROS E SEXUALIDADES

Nessa sessão, é realizada uma reflexão teórica sobre como as relações de gêneros e sexualidades se apresentam no espaço escolar, com o objetivo de auxiliar a responder a questão central desta pesquisa que é: 'Como as relações de gêneros e sexualidades são compreendidas e abordadas por docentes que lecionam para turmas do Ensino Médio com discentes transexuais, na rede pública estadual em Curitiba, Paraná?'.

Destarte, essa sessão está sistematizada em dois momentos, sendo no primeiro momento realizado uma apresentação da base teórica e conceitual sobre gênero, identidade de gênero, sexualidade e suas relações no âmbito escolar. No segundo momento, é realizada uma análise sobre uma revisão sistemática das pesquisas científicas que abordam as relações de gêneros e sexualidades na educação.

2.1. AS RELAÇÕES DE GÊNEROS E SEXUALIDADES NO ÂMBITO ESCOLAR

Nessa subseção, é realizada uma reflexão teórica sobre como as relações de gêneros e sexualidades se apresentam no espaço escolar. Para tanto, a sessão se inicia demonstrando como os 'Estudos de Gêneros e Sexualidades' tem compreendido as relações de gêneros e sexualidades no espaço escolar e como essas relações podem ser abordadas pelo corpo docente que ministram aulas no Ensino Médio, para turmas que possuem discentes transexuais matriculadas. Entretanto, ressalva-se que as abordagens de gêneros e sexualidades podem gerar tensionamentos na sociedade ancorada na cultura da heterossexualidade compulsória (Rich, 2010). Esses tensionamentos refletiram na política educacional da reforma curricular e as palavras de gênero e sexualidade foram suprimidas em alguns contextos. No final dessa sessão, é realizada uma exposição sobre a reforma curricular no Brasil e são indicados os desdobramentos da reforma curricular no sistema educacional do Ensino Médio na rede pública estadual de ensino do Paraná.

Os 'Estudos de Gêneros e Sexualidades' são considerados estudos interdisciplinares, estando presente em pesquisas na Sociologia[4], na Filosofia[5], na

[4] Exemplos: Beatrice Cavalcante Limoeiro (2017), Berenice Alves de Melo Bento (2017), Richard Miskolci (2012), Tiago Duque (2020), dentre outros(as).

História[6], na Educação[7], na Geografia[8], enfim, os 'Estudos de Gêneros e Sexualidades' são interdisciplinares e simultaneamente situados em cada contexto social, político, econômico e cultural. Os(as) pesquisadores(as) que investigam as relações de gêneros e sexualidades no espaço escolar, são pesquisadores(as) que dialogam não somente com os seus pares de formação acadêmica (ex: pedagogos(as) com pedagogos(as)), mas também dialogam com os seus pares advindos de discrepantes formações acadêmicas (ex: geógrafos(as) com pedagogos(as) ou geógrafos(as) com sociológos(as), etc.).

Para esta pesquisa, os 'Estudos de Gêneros e Sexualidades' contribuem com a reflexão sobre como as relações de gêneros e sexualidades se manifestam no espaço escolar. Nessa reflexão, existem autoras e autores de diferentes formações acadêmicas, que são considerados(as) emblemáticos(as) como é o caso das pesquisas da historiadora Guacira Lopes Louro (1997), do matemático Tomaz Tadeu da Silva (2010), do cientista econômico e sociólogo Richard Miskolci (2012), da pedagoga Marlucy Alves Paraíso (2016), dentre outros(as) pesquisadores(as).

Dos(as) pesquisadores(as) mencionados(as), ressalva-se que eles(as) compartilham de uma base teórica e conceitual acerca de gênero, identidade de gênero, sexo e sexualidade, ancorada em Michel Foucault (1988), Joan Wallach Scott (1995), Judith Butler (2016), dentre outros(as).

As pesquisas científicas na área da Educação, no tocante as relações de gêneros e sexualidades, se potencializaram a partir do momento que os dispositivos da sexualidade, refletidos por Foucault (1988), ganharam espaço nos debates acadêmicos e ampliou a inteligibilidade das Ciências Humanas acerca do corpo humano generificado e sexualizado, que demarcam as relações de gêneros e sexualidades.

Segundo Foucault (1988), foi a partir do século XVII que os dispositivos da sexualidade criaram uma rede multipolarizada de poder que passou a controlar o corpo, mediante a naturalização da heterossexualidade como um regulamento a ser

---

[5] Exemplos: Judith Butler (2000; 2016), Fernando Danner e Leno Francisco Danner (2014), Marcia Angelita Tiburi (2014), Silvio Donizetti de Oliveira Gallo (2018), dentre outros(as).
[6] Exemplos: Miguel Rodrigues de Sousa Neto e Aguinaldo Rodrigues Gomes (2018), Priscila Spindler Corrêa Nunes (2020), Robson Ferreira Fernandes (2022), dentre outros(as).
[7] Exemplos: Guacira Lopes Louro (1997; [2004] 2016), Maria Rita de Assis César (2009), Marlucy Alves Paraíso (2016), Thiffany Odara Lima da Silva (2020), dentre outros(as).
[8] Exemplos: Martin Ignacio Torres Rodríguez e Raul Borges Guimarães (2013), Benhur Pinós da Costa (2016), Ramon de Oliveira Bieco Braga e Marcio José Ornat (2019; 2022), dentre outros(as).

seguido por todas as pessoas mediante as instituições sociais que subsidiaram a elaboração das normas prescritivas pela heteronormatividade.

Foucault (1988) compreendeu que os dispositivos da sexualidade regulam a heteronormatividade via as redes miultipolarizadas de poder que se consolidaram mediante a existência das instituições sociais como, por exemplo, da Família, do Estado e da Igreja, que normatizaram o corpo a partir dos discursos moralistas e/ou religiosos, organizações arquitetônicas que segregaram as crianças dos adultos e dividiram os banheiros em gêneros binários, bem como as leis de matrimônio que reconheceram por muito tempo o casamento passível de ser celebrado exclusivamente entre um casal cisgênero e heterossexual, além dos postulados científicos que tornaram patológico as relações sexuais não heterossexuais (como, por exemplo, a homossexual) e as proposições moralistas e filosóficas.

Nesse sentido, considerando as reflexões desenvolvidas por Foucault (1988), a heteronormatividade pode ser compreendida como um conjunto de regras sociais que naturalizam o casamento realizado pela Igreja, como exógamo e monogâmico entre um homem cisgênero e uma mulher cisgênero, que objetivam a reprodução da espécie humana. A prole do casal deve ser orientada quando adulta a reproduzir os mesmos comportamentos e para assegurar essa reprodução, existem instituições sociais como, por exemplo, o Estado e a Igreja que coíbem o adultério, bem como a Medicina (sobretudo a Psicologia) que tornou patológico durante muito tempo as relações sexuais que não objetivavam a reprodução humana como, por exemplo, a sodomia. Nos episódios de adultério, a Igreja qualifica esse fenômeno como pecado e isso é condenado moralmente pelos princípios religiosos (Foucault, 1988).

Com base nos dispositivos da sexualidade de Foucault (1988), Scott (1995) e Butler (2016, p.43) desenvolveram uma reflexão teórica e conceitual acerca da inteligibilidade científica do gênero, da identidade de gênero, do sexo e da sexualidade. Corroborando com essa reflexão, Scott (1995, p.76), indicou que gênero “(...) coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade”, isto é, Scott (1995) indicou que o gênero pode ser considerado como um sistema de inteligibilidade do corpo humano, com base nas suas características físicas. Portanto, as características de barba, pelos, músculos e calça, ratificam a inteligibilidade cultural do gênero masculino, enquanto que as características dos

cabelos compridos, maquiagem, pulseiras, brincos e vestidos, ratificam a inteligibilidade cultural do gênero feminino. A partir da inteligibilidade do gênero binário, Scott (1995) refletiu que o gênero se constitui como uma categoria de análise social que pode ser historicamente utilizada para analisar como o gênero se constituiu em um sistema de inteligibilidade das relações sociais ou em outras palavras, das relações de gêneros e sexualidades.

Com base em Foucault (1988) e Scott (1995), Butler afirmou que para a heteronormatividade, os “gêneros inteligíveis são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (Butler, 2016, p. 43). Destarte, a heteronormatividade naturalizou que devem existir somente gêneros binários (homens e mulheres) que se identifiquem como cisgêneros (conformidade entre sexo anatômico e gênero) e tenha a orientação/desejo sexual heterossexual (pela pessoa com o sexo oposto). Assim, nesta pesquisa, adotou-se o conceito de cisheteronormatividade (Butler, 2016), por compreender que a heteronormatividade é, sobretudo, cisgênero.

Assim sendo, a identidade de gênero pode ser compreendida como a pessoa se identifica no sistema de gênero. Contudo, Butler (2016) demonstrou que a identidade de gênero não precisa ser efetivamente estável, mas cunhada pela temporalidade social, a partir da externalização espacial do corpo com base nas repetições de gestos, expressões corpóreas de movimentos e estilos. Essa compreensão de identidade reconheceu a existência do pluralismo que compõe a diversidade cultural das identidades que, assim como reconhecido por Stuart Hall (2019), reconhece a identidade pós-moderna como fluída, instável, sobrepostas e dinâmicas.

Desse modo, Louro (1997) indicou que para se tornar inteligíveis as relações de gêneros e sexualidades no espaço escolar, se torna imperativo compreender que as relações de gêneros se constituem fluidamente ao longo do tempo histórico e espaço geográfico, intermediado pelas complexas relações sociais. Assim, o gênero é constantemente elaborado pela fala, pelas palavras, pela vestimenta, pelos gestos, pelo corpo humano, enfim, é algo inacabado e fluído.

Ao realizar uma análise da Escola, Louro (1997) demonstrou como a Escola produz os gêneros e as sexualidades, isto é, a educação do corpo humano, segregando meninos e meninas em filas, carteiras, uniformes, banheiros e grupos para atividades físicas, normalizando a existência do corpo masculino como forte e

portador de cabelos curtos, diferindo o mesmo do corpo feminino que é frágil e portador de cabelos compridos, além de vestimenta feminina (ex: saias) e acessórios (ex: brincos, maquiagem e sapato alto).

Dentre as atividades curriculares das aulas de Educação Física, Louro (1997) indicou que existem esportes tradicionalmente masculinizados pela cultura da heterossexualidade compulsória (Rich, 2010) como, por exemplo, o futebol, em que meninas nem sempre são bem-vindas. Louro (1997) denunciou que no âmbito escolar, o sexismo segrega os estudantes em grupos de meninos e meninas quando, por exemplo, dividem meninos e meninas em brincadeiras; quando invisibilizam a existência das alunas ao se referir a uma turma como alunos, não importando se existem meninas entre os(as) estudantes; além do discurso científico androcêntrico que compõe as práticas pedagógicas, os textos didáticos e as atividades extraclasse sexista como a festa junina, momento em que meninos trazem bebidas e meninas trazem bolo e salgados.

As atividades escolares que compõem um currículo escolar, podem ser estudadas sob diferentes perspectivas. Nesse caso, Silva (2010) indicou como possibilidade a ‘Teoria de Currículo Pós-Crítica’, que se utilizou da abordagem pós-estruturalista para tornar inteligível como as relações de poder, gêneros e sexualidades se demonstram no espaço escolar, produzindo tensionamentos entre os corpos hegemônicos – cisgênero, heterossexual e cristão, e os corpos subversivos – não cisgênero, não heterossexual e não cristão.

Nesta pesquisa, com base em Silva (2010), o currículo escolar é concebido como um aparato cultural, cujo conteúdo formalmente é composto por um conjunto de saberes científicos que indicam a trajetória a ser realizada pelo corpo docente e discente, no estudo de determinado conhecimento, isto é, a disciplina escolar ou componentes curriculares. Destarte, não inserir no currículo as questões explicitas dos movimentos sociais da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/Transexuais, *Queer*, Intersexo, Assexual e Pansexual (LGBTQIAP+), bem como ocultar a violência de gênero, o sexismo, o machismo, o patriarcado, dentre outros conteúdos concernentes a diversidade dos gêneros e sexualidades, é silenciar determinados saberes não hegemônicos. Esse silenciamento é refletido pelos estudos da cultura *Queer*, que tem denunciado como os corpos não hegemônicos (não cisgêneros e não heterossexuais) têm vivenciado situações de violência no espaço escolar.

Segundo Miskolci (2012), o termo *Queer* advém na língua anglófona, de um contexto de militância política do movimento social estadunidense LGBTQIAP+ que, durante a pandemia do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), sobretudo entre os anos 1960 a 1980, reivindicava por políticas públicas favoráveis ao combate ao vírus HIV. Naquele contexto histórico, consolidou-se a *Queer Nation* que reuniu um conjunto de pessoas consideradas anormais, rejeitadas, estranhas e esquisitas, isto é, as pessoas não heterossexuais e não cisgênero, que lutaram por políticas públicas de inclusão social.

No âmbito do currículo escolar, Paraíso (2016) afirmou que as pessoas não heterossexuais e não cisgênero vivenciam os tensionamentos de viverem na fronteira dos discursos normalizadores, que abrem espaço no currículo escolar para as abordagens dos gêneros e sexualidades, desde que seja a heterossexual e cisgênero. Para tanto, nas aulas do Ensino Médio, abordar relações dos gêneros e sexualidades é, sobretudo, uma promoção intelectual dos saberes subalternizados pelo currículo na educação maior (Silvio Donizetti de Oliveira Gallo, 2002).

Contribuindo com essas reflexões, Gallo (2002) expos que existem duas perspectivas que corroboram com a inteligibilidade dos espaços escolares, a saber: a educação maior e a educação menor. Desse modo, o autor indicou que a educação maior é composta pelo currículo prescritivo, pela existência das políticas públicas educacionais, concebidas pelas pessoas ‘bem pensantes’ (sic.) que objetivam controlar e disciplinar os corpos, normalizando discursos e o saber escolar. Em contrapartida, existe a educação menor, aquela realizada diariamente dentro da sala de aula, em que docentes e discentes se empoderam com o conhecimento científico, para se constituir enquanto movimentos sociais militantes, advogando pelos direitos humanos, pela igualdade entre os gêneros e sexualidades, pela superação do machismo, do racismo, da desigualdade social, do sexismo, dentre outras violências. Portanto, experienciar a educação menor nesse contexto é quando o(a) docente do Ensino Médio aborda as relações de gêneros e sexualidades em sala de aula, a partir da comunidade escolar em que a instituição escolar está circunscrita.

As relações de gêneros e sexualidades podem se apresentar nas aulas da educação básica, segundo Natália Goldschidt Guidetti e Maria Bernadete Sarti da Silva Carvalho (2014), pelo trabalho multidisciplinar das disciplinas que compõem o currículo do Ensino Médio como, por exemplo, Ciências, Biologia, Língua

Portuguesa, Geografia e Sociologia. Para essas autoras, levar situações para a sala de aula que questionam as relações de gêneros e sexualidades, incentivam que os(as) estudantes reflitam que objetos como espelho não são usados somente por meninas, assim como videogames não são jogados exclusivamente por meninos. Esses questionamentos colocam em xeque a binaridade de coisas generificadas, isto é, coisas de homens e coisas de mulheres.

Além dessa reflexão, Guidetti e Carvalho (2014) indicaram a possibilidade de ser trabalhados filmes em sala de aula, com a temática de gêneros e sexualidades. Para tanto, as autoras exibiram o filme “Hoje não quero voltar sozinho” (2014), cuja narrativa conta a história de um romance homoafetivo na adolescência, no âmbito do Ensino Médio. Com base nesse filme, é possível identificar que a escola caracterizada no filme no espaço urbano, reproduz a homofobia que é aprendida pelos(as) alunos(as) externamente a escola. Assim, Guidetti e Carvalho (2014) demonstraram que analisar narrativas fílmicas potencializam as reflexões e os diálogos sobre homofobia na escola.

Assim como realizado por Guidetti e Carvalho (2014), Natália Nabhan, et. al. (2015), também sugeriram para o ensino de Geografia, desenvolver análises de narrativas fílmicas. Desse modo, as autoras utilizaram como material de apoio o filme “Acorda Raimundo, acorda!” (1990). Na narrativa fílmica, é possível verificar o cotidiano de uma família formada por um casal cisgênero e heterossexual, que vive em uma cidade urbana. Contudo, existe uma troca nos papéis de gênero e a mulher se torna a provedora da família, com trabalho fora de casa e apresenta comentários sexistas. Em contrapartida, o homem permanece em casa, cuidando dos filhos, cozinhando, limpando a casa, esperando a esposa com a janta pronta e vivencia os dilemas de engravidar. O filme reflete sobre como as desigualdades entre os gêneros e sexualidades são vivenciadas no espaço geográfico, sobretudo o urbano.

Além da análise da narrativa fílmica, Nabhan, et. al. (2015) indicaram que as relações de gêneros e sexualidades precisam ser expostas nas salas de aulas, porque embora essa temática esteja presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) sobre Sexualidades (Brasil, 1998), existe um preconceito sobre abordar esses temas em sala de aula. Logo, os autores indicaram que nas aulas de Geografia, é possível trabalhar com infográficos que, com base em uma metáfora de planeta, divide as expressões de gêneros e sexualidades em continentes, conforme pode ser analisado na Figura 02 (página 43).

FIGURA 02 – METÁFORA SOBRE UM PLANETA COM CONTINENTES QUE APRESENTAM A DIVISÃO DAS EXPRESSÕES DE GÊNEROS E SEXUALIDADES.

FONTE: Nabhan, et. al. (2015, p.05). Traduzido pelos autores do original em: https://thegenderbook.com/the-pages/g8wkvnfk6htroq85kk231gstm9oduo

Analisando a Figura 02 (página 43), é possível perceber que existem dois macros continentes, sendo um a Terra dos Homens e o outro a Terra das Mulheres. Na Terra dos Homens, existe a Cordilheira dos Machos e a Cidade dos Garotos ao Norte que divididos pelo Delta dos Caras, se apresenta o Vale da Virilidade no Centro-oeste. No Sudoeste, é possível verificar a Floresta Masculina e as Montanhas Metrossexuais. Ao sul da Terra dos Homens, se apresenta a Península da Ingenuidade, que faz fronteira com o Sudeste, onde é possível encontrar o Domínio dos Afeminados e o Deserto dos Cavaleiros (Nabhan, et. al., 2015).

Na Terra das Mulheres, no extremo norte, existe o Planalto das Lésbicas e no Sudoeste existe a Baia das Lésbicas musculosas, que assim como no Domínio dos Afeminados na Terra dos Homens, estão na periferia do continente. O posicionamento desses lugares em ambos os continentes, demonstra que as expressões de gênero e sexualidades das homossexualidades e das lesbossexualidades se apresentam as margens da cisgeneridade dos corpos masculinos e femininos. No centro da Terra das Mulheres, existem as feminilidades hegemônicas que se apresentam na Planície Feminina, Lagoa das Donzelas, Ilha das Moças e, no Sul, a Floresta da Feminilidade (Nabhan, et. al., 2015).

Ainda na Figura 02 (página 43), o oceano apresenta a transição de gênero, que é quando um corpo transita entre os continentes. Além do continente da Terra dos Homens e da Terra das Mulheres, existem as ilhas do 3º gênero, a Ilha da Diversidade dos Gêneros e o Polo do Gênero Neutro. Enquanto no hemisfério norte desse planeta não existe a possibilidade da expressão de gêneros e sexualidades dissidentes da cisheteronormatividade (Butler, 2016), no hemisfério sul se apresentam as ilhas mencionadas anteriormente, junto com um navio que representa o gênero fluído, isto é, que transita entre as expressões de gêneros e sexualidades (Nabhan, et. al., 2015).

A análise realizada por Nabhan, et. al. (2015) potencializa o ensino de Geografia, no tocante ao tema gêneros e sexualidades, pois fazendo uso da linguagem cartográfica, aliado ao infográfico, os autores refletiram sobre as expressões de gênero e sexualidades. Essas abordagens podem dialogar com a disciplina Sociologia, pois, interdisciplinarmente, as relações de gêneros e sexualidades podem ser refletidas por discrepantes contextos geográficos e sociológicos.

Considerando que as relações de gêneros e sexualidades podem se manifestar nos livros didáticos que subsidiam o ensino de Geografia, Carlos André Gayer Moreira e Liz Cristiane Dias (2015) realizaram uma pesquisa documental em três livros didáticos que são utilizados por docentes de Geografia. De acordo com os autores, a abordagem das relações de gêneros e sexualidades se apresentam assentadas nas identidades de gênero cisgênero, isto é, masculino ou feminino, além da orientação sexual heterossexual. Para tanto, os autores identificaram que pouco é abordado sobre gêneros e sexualidades nos livros didáticos e que o conteúdo abordado, se restringe em gráficos sobre pirâmide etária, taxa de fecundidade e poucos textos sobre a mulher no mercado de trabalho. Os autores ainda identificaram que nas fotografias presentes no livro didático, é o homem como ser humano representando a ação do trabalho, seja o trabalho nas espacialidades urbanas ou rurais, o que reforça a ideia do homem, sujeito provedor da família e o responsável pela realização do trabalho.

Alexandra Carniel, et. al. (2017) contribuíram com essa reflexão, demonstrando que charges, figuras e fotografias podem enriquecer o ensino de Geografia, no tocante as relações de gêneros e sexualidades. Embora o livro didático seja considerado um elemento central no processo ensino e aprendizagem da educação básica, ele não precisa ser necessariamente o norteador da aula, pois o(a) docente pode solicitar que os(as) próprios(as) discentes realizem pesquisas rápidas nos *smartphones*, sobre como as diferentes identidades de gênero são corporificadas em outros países. Por exemplo, ser homem, cisgênero e heterossexual no Brasil em 2022, é completamente diferente de ser homem, cisgênero e heterossexual na Índia em 2022, ou em Marrocos, dentre outros recortes espaciais e temporais, o que demonstra como a disciplina de História pode interdisciplinarmente contribuir com a Geografia, ao se realizar essas reflexões nas aulas do Ensino Médio.

Cláudia Maliszewski Escouto e Ivaine Maria Tonini (2018) demonstraram que as relações de gêneros e sexualidades são pouco abordadas não somente na educação básica, mas também nos cursos de graduação em Licenciatura. Destarte, realizando um estudo de caso no currículo do curso de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), as autoras assinalaram que inexistem disciplinas com essa abordagem e ao conversarem com o corpo docente da instituição, verificaram que gênero e sexualidade são raramente citados pelo corpo

docente, que se manifestou fazer analogia as questões de gênero e sexualidade como eventuais exemplos para se pensar o espaço geográfico.

A ausência da abordagem de gêneros e sexualidades durante a formação docente, conforme exposto por Victor Pereira de Sousa (2018), impacta diretamente na qualidade do exercício docente, pois o autor realizou entrevistas com docentes que alegaram não mencionar gênero e sexualidade nas aulas do Ensino Médio, por falta de conhecimento científico, tendo em vista que durante a graduação, esses docentes não tiveram formação adequada. Sousa (2018) ainda identificou que existem docentes que não se sentem preparados(as) para abordar o assunto em sala de aula, pois no livro didático é inexistente essa abordagem, bem como os(as) mesmos(as) não realizaram cursos de formação continuada para docentes, que instruíssem a abordagem de gênero e sexualidades nas aulas do Ensino Médio.

Considerando essas reflexões, torna-se imperativo cientificamente desenvolver uma pesquisa sobre as abordagens de gêneros e sexualidades no âmbito do espaço escolar da rede pública estadual paranaense, a luz do ‘Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná’ (Paraná, 2021b) e das abordagens realizadas do tema pelo corpo docente que leciona para turmas do Ensino Médio com discentes transexuais matriculadas, porque irá corroborar com os ‘Estudos de Gêneros e Sexualidades’, afim de ratificar a relevância acadêmica e social da abordagem de gêneros e sexualidades no espaço escolar.

Contudo, ressalva-se que os atuais livros didáticos distribuídos pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) (Brasil, 2021), bem como o ‘Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná’ (Paraná, 2021b), foram concebidos posteriormente a implementação de duas reformas educacionais brasileiras, a saber: a reforma curricular imposta pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) e a Reforma do Ensino Médio, intermediada pela Lei n. 13.415 (Brasil, 2017).

Embora a reforma curricular já estivesse explícita na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n. 9.394 (Brasil, 1996) e o Plano Nacional da Educação (PNE) (Brasil, 2014), ela foi revisada por uma gestão política enraizada em um contexto pós-golpe de Estado que culminou, em 2016, no impeachment da ex Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Vana Rousseff (Partido dos Trabalhadores – PT / 2011-2016). Como consequência de ser concebida durante a gestão do ex Presidente Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro – MDB / 2016-2018) e implementada durante a gestão do ex Presidente Jair Messias

Bolsonaro (Partido Liberal – PL / 2019-2022), a BNCC (BRASIL, 2018) foi oficializada com a supressão dos conceitos gênero, sexo e sexualidade, em decorrência do que Eduardo Donizeti Girotto (2019) qualificou como uma política neoliberal.

Em relação à Reforma do Ensino Médio, imposta pela Lei n. 13.415 (Brasil, 2017), Silva (2017; 2018) demonstrou como essa reforma afetou principalmente o currículo, retirando do(a) estudante do Ensino Médio, o direito de estudar algumas disciplinas nos três anos do curso, pois a Lei n. 13.415 (Brasil, 2017) tornou obrigatório somente as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, diluindo, por exemplo, o conteúdo escolar de Geografia com outras disciplinas que compõem as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – História, Filosofia e Sociologia. Com a redução da carga horária, a disciplina de Geografia, na rede pública estadual de ensino do Paraná, perdeu espaço no currículo escolar e do que restou dos seus conteúdos, parte deles foram diluídos em outras disciplinas, tornando o currículo do Ensino Médio, um currículo em que o(a) docente não se aprofunda em nada com os(as) discentes, pois o tempo é curto e a infraestrutura nem sempre é adequada (Mugiany Oliveira Brito Portela, 2018; Iara Vieira Guimarães, 2018).

Atualmente, o ‘Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná’ (Paraná, 2021b) advém dessas reformas educacionais impostas pelo movimento de crise política, o que impactou diretamente as abordagens de gêneros e sexualidades pelos(as) docentes do Ensino Médio em sala de aula, pois para Hugo Heleno Camilo Costa, Phelipe Florez Rodrigues e Guilherme Pereira Stribel (2019), a proposta de base curricular da BNCC para os currículos no âmbito federal, estadual e municipal, aparentemente ignorou todas as reflexões desenvolvidas anteriormente pela ‘Teoria de Currículo’ e os ‘Estudos de Gêneros e Sexualidades’ como, por exemplo, os aportes fenomenológicos, as perspectivas pós-estruturalistas sobre gêneros, sexualidades, classe, etnia, dentre outras perspectivas que foram ocultadas na BNCC e consequentemente, ocultadas no ‘Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná’ (Paraná, 2021b).

Todavia, existem fissuras nas relações políticas e sociais que compõem o espaço escolar, que possibilitam as abordagens de gêneros e sexualidades como, por exemplo, as legislações vigentes já mencionadas nesta pesquisa (Brasil, 1988; 1989; 1990; 1996; 2013; 2017; 2018), bem como a existência dos corpos humanos LGBTQIAP+ na qualidade de docentes e discentes nas instituições escolares e os

próprios documentos elaborados pela SEEDPR sobre a abordagem de gênero e sexualidade na rede pública estadual de ensino paranaense (Paraná, 2010; 2021; 2022; 2023).

Diante das complexas relações de gêneros e sexualidades que compõem o espaço escolar, intermediadas pelas políticas públicas vigentes, esta pesquisa problematiza: ‘Como as relações de gêneros e sexualidades são compreendidas e abordadas por docentes que lecionam para turmas do Ensino Médio com discentes transexuais, na rede pública estadual em Curitiba, Paraná?’ e é no interesse em contribuir com a resposta desta questão problematizadora que na próxima sessão, é realizada uma análise sobre uma revisão sistemática que possui o objetivo de socializar o que as pesquisas científicas na área da Educação, tem produzido sobre esse tema intermediado pelos ‘Estudos de Gêneros e Sexualidades’.

2.2. REVISÃO SISTEMÁTICA ACERCA DAS RELAÇÕES DE GÊNEROS E SEXUALIDADES NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA, ENTRE OS ANOS 2001 A 2022

A presente pesquisa possui como questão central: 'Como as relações de gêneros e sexualidades são compreendidas e abordadas por docentes que lecionam para turmas do Ensino Médio com discentes transexuais, na rede pública estadual em Curitiba, Paraná?'. Para subsidiar a reflexão da resposta, tornou-se imperativo refletir acerca de como as pesquisas científicas brasileiras tem dialogado sobre os 'Estudos de Gêneros e Sexualidades', no tocante as relações de gêneros e sexualidades na educação básica brasileira. Desse modo, realizou-se uma pesquisa de revisão sistemática como é apresentado nessa subseção da dissertação.

Assim sendo, foi realizada uma revisão sistemática com o uso dos descritores[9] 'genero', 'generos', 'sexualidade', 'sexualidades' e 'escola', nas bases de dados de dissertações de mestrado e teses de doutorado da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD, 2023), bem como nos artigos disponibilizados na base de dados da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe, 2023) e na Scientific Electronic Library Online (SCIELO, 2023).

A consulta nos bancos de dados mencionados foi realizada no primeiro semestre do ano 2023, quando foi possível identificar um volume total de 2.103 pesquisas. Posteriormente, foram aplicados alguns critérios de exclusão e inclusão, como demonstrado na Tabela 01 (página 50), para refinar os resultados obtidos. Os critérios foram: a) pesquisas redigidas em língua portuguesa; b) possuir no título as palavras gênero, gêneros, sexualidade, sexualidades e escola; c) precisa efetivamente abordar a escola; e d) exclusão das pesquisas repetidas.

Como é indicado na Tabela 01, após a aplicação dos critérios de inclusão/exclusão, das 2.103 pesquisas identificadas, trabalhamos com a análise de 158 pesquisas, que foram sistematizadas no software Microsoft Office com as seguintes categorias:

[9] Embora o recorte desta pesquisa envolva discentes transexuais, o descritor transexual não foi incluído pelo motivo do interesse de demonstrar na revisão sistemática desta pesquisa, como as pesquisas científicas têm investigado sobre as abordagens de gênero e sexualidade na educação básica. Saliento que em outros momentos já realizei pesquisas de revisão sistemática envolvendo o descritor transexualidade. Para tanto, consultar Braga e Ana Paula Benato (2019), Braga (2020) e Braga e Benato (2021).

a) quando artigos: ano, título, autoria, tema, periódico e referência nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); e

b) quando dissertações e teses: ano, título, autoria, tema, universidade, área do conhecimento e referências nas normas da ABNT.

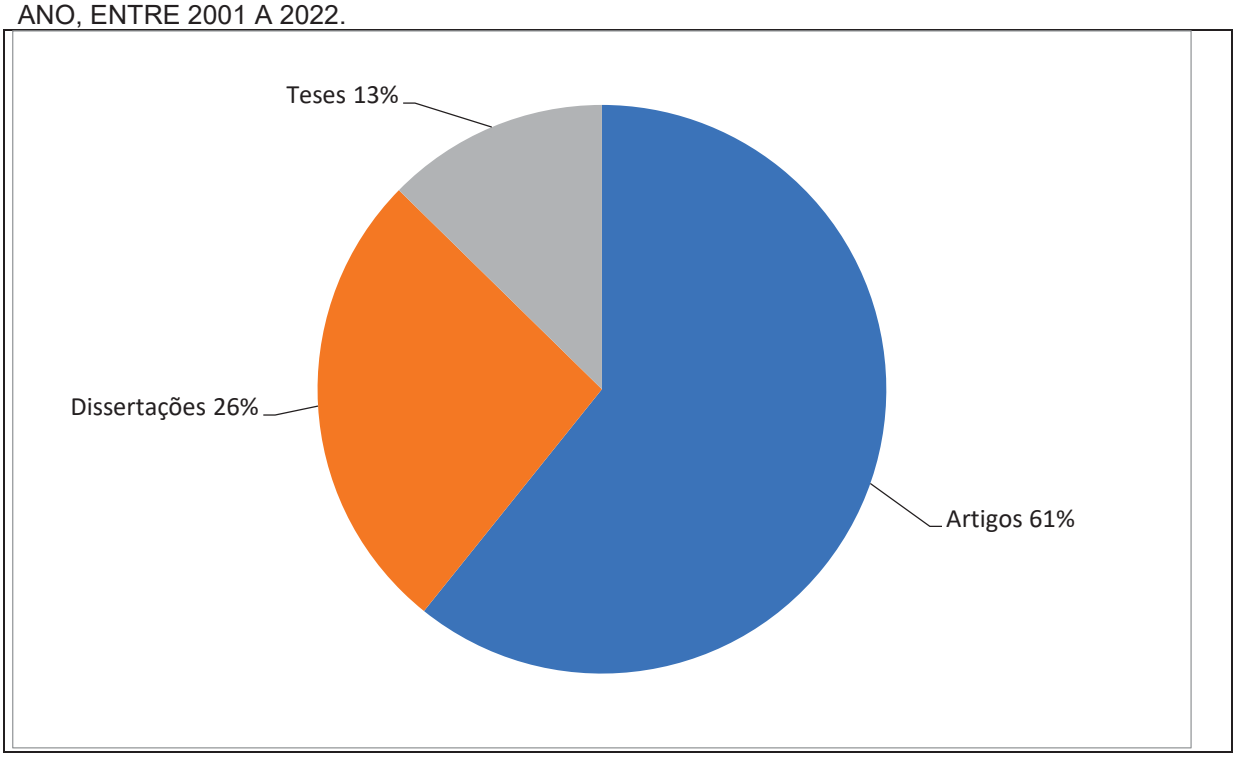
TABELA 01 – SÍNTESE QUANTITATIVA DA REVISÃO SISTEMÁTICA POR CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO E POR BASE DE DADOS.

BASE	RESULTADO PARCIAL	CRITÉRIO 1 - LÍNGUA PORTUGUESA	CRITÉRIO 2 - FILTRAR POR TÍTULO	CRITÉRIO 3 - INCLUIR ABORDA A ESCOLA/EXCLUIR NÃO ABORDA A ESCOLA	CRITÉRIO 4 - EXCLUIR REPETIDOS
C.A.F.e	1.065	513	100	95	93
Scielo	5	5	3	3	3
BDTD	1.033	1.009	70	62	62
Total	2.103	1.527	173	160	158

FONTE: BDTD (2023), CAFe (2023) e Scielo (2023). Elaborado e organizado por Ramon O. Bieco Braga (2023).

A análise dos dados da revisão sistemática indicou que, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, como demonstrado no Gráfico 01, obteve-se um volume de 158 pesquisas, sendo 42 dissertações de mestrado (26%), 20 teses de doutorado (13%) e 96 artigos (61%).

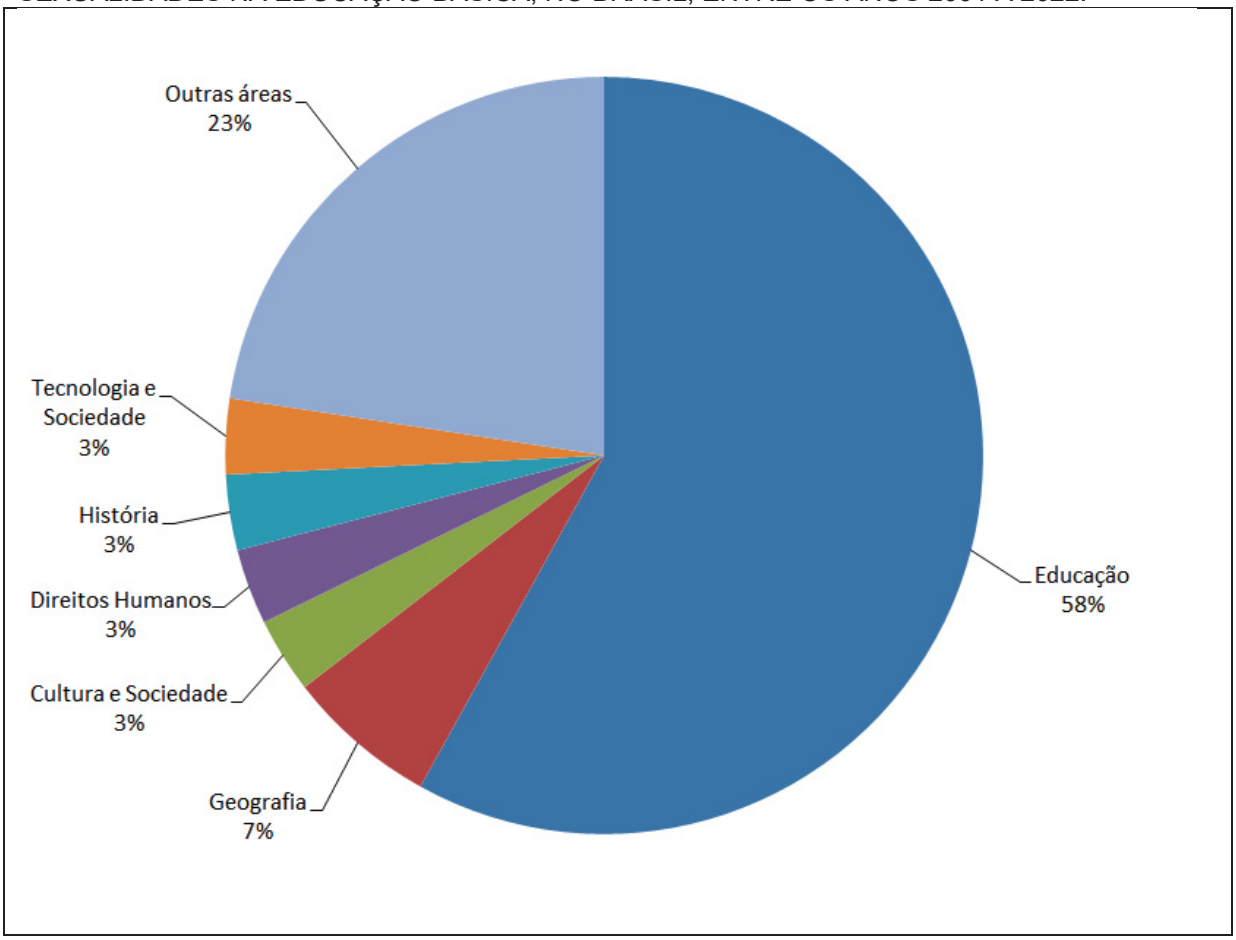
GRÁFICO 01 – TIPOS DE PESQUISAS (ARTIGOS, DISSERTAÇÕES E TESES) QUE ABORDAM AS RELAÇÕES DE GÊNEROS E SEXUALIDADES NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA, POR ANO, ENTRE 2001 A 2022.



FONTE: BDTD (2023), CAFe (2023) e Scielo (2023). Elaborado e organizado por Ramon O. Bieco Braga (2023).

No tocante as 62 pesquisas da pós-graduação – sendo 42 dissertações e 20 teses, observou-se que, como indicado no Gráfico 02, 36 pesquisas (58%) foram defendidas na área do conhecimento da ‘Educação’, seguida de 04 pesquisas (7%) defendidas na área do conhecimento da ‘Geografia’, 02 pesquisas (3%) defendidas na ‘Cultura e Sociedade’, 02 pesquisas (3%) defendidas nos ‘Direitos Humanos’, 02 pesquisas (3%) defendidas na ‘História’, 02 pesquisas (3%) defendidas na ‘Tecnologia e Sociedade’, dentre outras[10] defesas em diferentes áreas do conhecimento que totalizaram 14 pesquisas (23%).

GRÁFICO 02 – ÁREAS DO CONHECIMENTO EM QUE FORAM DEFENDIDAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO E TESES DE DOUTORADO, SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNEROS E SEXUALIDADES NA EDUCAÇÃO BÁSICA, NO BRASIL, ENTRE OS ANOS 2001 A 2022.



FONTE: BDTD (2023), CAFe (2023) e Scielo (2023). Elaborado e organizado por Ramon O. Bieco Braga (2023).

[10] As outras pesquisas representaram apenas 1 defesa em 14 diferentes áreas do conhecimento, a saber: ‘Ciências da Religião’; ‘Ciências do Movimento Humano’; ‘Ciências Sociais’; ‘Ensino de Ciências Naturais e Matemática’; ‘Ensino de História das Ciências e da Matemática’; ‘Estudos Culturais’; ‘Informação e Comunicação em Saúde’; ‘Letras’; ‘Planejamento e Políticas Públicas’; ‘Processos Formativos e Desigualdades Sociais’; ‘Psicologia’; ‘Psicologia Clínica’; ‘Saúde Coletiva’ e ‘Serviço Social’.

Das 62 defesas mencionadas, como é apresentado na Tabela 02 (página 53), verificou-se que 07 defesas (11,29%) foram realizadas na Universidade de São Paulo (USP), 04 defesas (6,45%) foram realizadas na Universidade Federal do Paraná (UFPR), 03 defesas (4,84%) foram realizadas na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 03 defesas (4,84%) foram realizadas na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 03 defesas (4,84%) foram realizadas na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 03 defesas (4,84%) foram realizadas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), dentre outras[11] instituições de ensino superior.

Das 34 Instituições de Ensino Superior (IES) em que foram identificadas as defesas das dissertações de mestrado e teses de doutorado, foi possível analisar que, geograficamente, a maioria delas se apresenta circunscrita na região sudeste do país com 13 IES (38,2%), seguida da região nordeste com 09 IES (26,5%), 07 IES na região sul (20,6%), 04 IES na região Centro-Oeste (11,8%) e 01 IES na região norte (2,9%). Esses dados possibilita a reflexão acerca de como se apresenta geograficamente a produção das pesquisas brasileiras sobre os 'Estudos de Gêneros e Sexualidades', no âmbito da educação básica, bem como pode ser considerado como um indicador para refletir sobre a existência dos grupos de pesquisas na referida área de estudo das pesquisas científicas como, por exemplo, o grupo do Laboratório de Estudos da Família, Relação de Gênero e Sexualidade (USP); o Laboratório de Investigação em Gênero, Corpo e Subjetividade na Educação (LABIN) (UFPR); o Núcleo de Estudos de Gênero de Araraquara (UNESP), dentre outros que produzem reflexões sobre as relações de gênero e sexualidade na educação.

[11] As outras instituições de ensino superior correspondem a 02 defesas respectivamente na Pontifica Universidade Católica de Pernambuco (PUC-PE); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal de Goiás (UFGO); Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Universidade Federal de Pelotas (UFPel); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Universidade Federal de Sergipe (UFSE); Universidade de Brasília (UnB); Universidade Estadual de São Paulo (UNESP); e Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR). Ainda foi verificado a realização de 01 defesa respectivamente na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ); Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO); Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); Universidade Estadual do Ceará (UECE); Universidade Federal do ABC (UFABC); Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal da Campina Grande (UFCG); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade Federal do Tocantins (UFTO); Universidade Federal de Viçosa (UFV); Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Universidade La Salle (UNILASALLE) e Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).

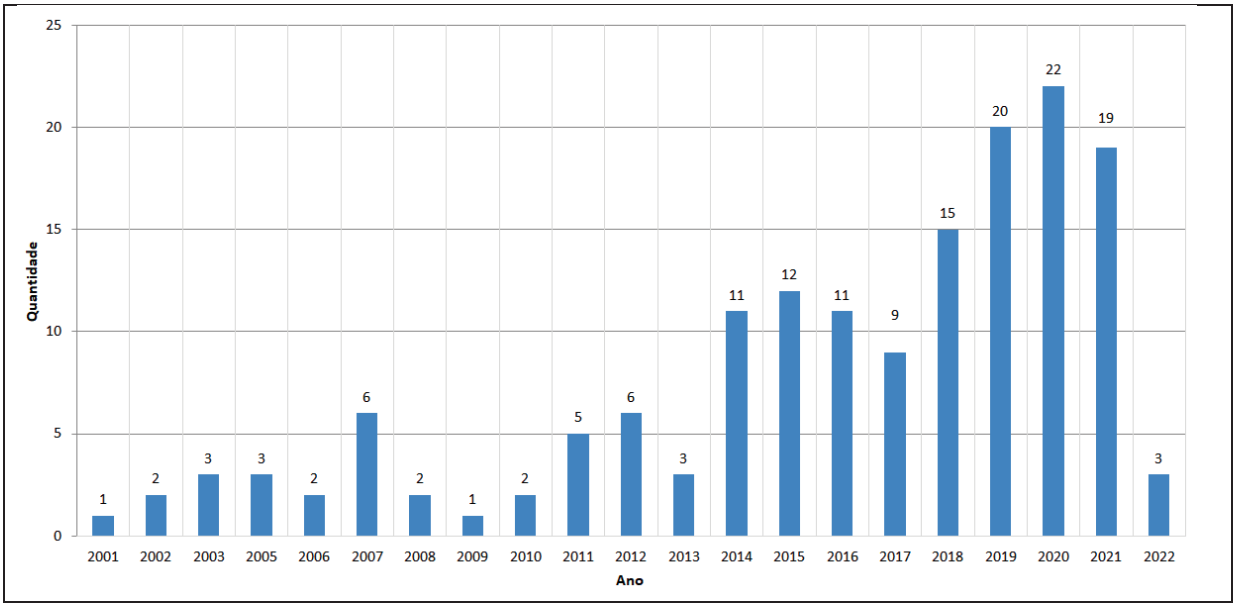
TABELA 02 – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS DISSERTAÇÕES E TESES DEFENDIDAS, SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNEROS E SEXUALIDADES NA EDUCAÇÃO, NO BRASIL, POR INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (IES), UNIDADE FEDERATIVA, REGIÃO, QUANTIDADE E PORCENTAGEM.

N.	IES	UNIDADE FEDERATIVA	REGIÃO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
01	USP	SÃO PAULO	SUDESTE	7	11,29 %
02	UFPR	PARANÁ	SUL	4	6,45 %
03	UERJ	RIO DE JANEIRO	SUDESTE	3	4,84 %
04	UFPB	PARAÍBA	NORDESTE	3	4,84 %
05	UFPE	PERNAMBUCO	NORDESTE	3	4,84 %
06	UFRGS	RIO GRANDE DO SUL	SUL	3	4,84 %
07	PUC-PE	PERNAMBUCO	NORDESTE	2	3,23 %
08	UFBA	BAHIA	NORDESTE	2	3,23 %
09	UFGO	GOIÁS	CENTRO-OESTE	2	3,23 %
10	UFOP	MINAS GERAIS	SUDESTE	2	3,23 %
11	UFPEL	RIO GRANDE DO SUL	SUL	2	3,23 %
12	UFRN	RIO GRANDE DO NORTE	NORDESTE	2	3,23 %
13	UFSCAR	SÃO PAULO	SUDESTE	2	3,23 %
14	UFSE	SERGIPE	NORDESTE	2	3,23 %
15	UNB	BRASÍLIA	CENTRO-OESTE	2	3,23 %
16	UNESP	SÃO PAULO	SUDESTE	2	3,23 %
17	UTFPR	PARANÁ	SUL	2	3,23 %
18	FIOCRUZ	RIO DE JANEIRO	SUDESTE	1	1,61 %
19	FURG	RIO GRANDE DO SUL	SUL	1	1,61 %
20	PUC-GO	GOIÁS	CENTRO-OESTE	1	1,61 %
21	PUC-RIO	RIO DE JANEIRO	SUDESTE	1	1,61 %
22	UECE	CEARA	NORDESTE	1	1,61 %
23	UFABC	SÃO PAULO	SUDESTE	1	1,61 %
24	UFC	CEARÁ	NORDESTE	1	1,61 %
25	UFCG	PARAÍBA	NORDESTE	1	1,61 %
26	UFJF	MINAS GERAIS	SUDESTE	1	1,61 %
27	UFMG	MINAS GERAIS	SUDESTE	1	1,61 %
28	UFMT	MATO GROSSO	CENTRO-OESTE	1	1,61 %
29	UFSM	RIO GRANDE DO SUL	SUL	1	1,61 %
30	UFTO	TOCANTINS	NORTE	1	1,61 %
31	UFV	MINAS GERAIS	SUDESTE	1	1,61 %
32	UNICAMP	SÃO PAULO	SUDESTE	1	1,61 %
33	UNILASALLE	RIO DE JANEIRO	SUDESTE	1	1,61 %
34	UNISUL	SANTA CATARINA	SUL	1	1,61 %

FONTE: BDTD (2023), CAFe (2023) e Scielo (2023). Elaborado e organizado por Ramon O. Bieco Braga (2023).

Contudo, em relação ao volume total das 158 pesquisas, quando essas são analisadas cronologicamente, como demonstrado no Gráfico 03, é possível verificar que até o ano 2013, as reflexões eram em torno de 02 ou 03 pesquisas anualmente, sendo observada a produção de 06 pesquisas em 2007 e 2012. Foi a partir do ano 2014 que a quantidade dessas reflexões cresceu exponencialmente.

GRÁFICO 03 – QUANTIDADE TOTAL DE PESQUISAS QUE ABORDAM AS RELAÇÕES DE GÊNEROS E SEXUALIDADES NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA, POR ANO, ENTRE 2001 A 2022.

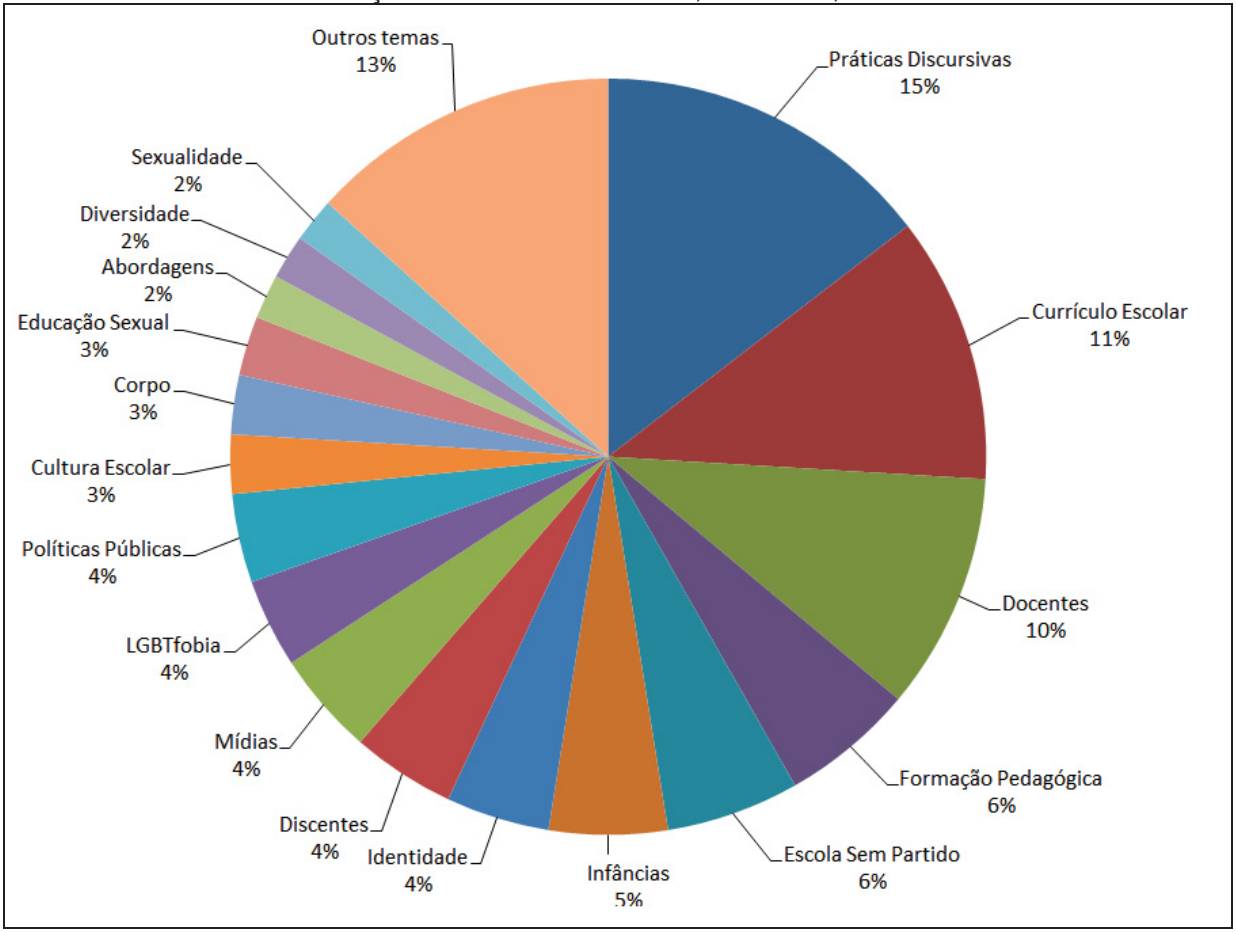


FONTE: BDTD (2023), CAFe (2023) e Scielo (2023). Elaborado e organizado por Ramon O. Bieco Braga (2023).

Do volume total das 158 pesquisas, como é apresentado no Gráfico 04 (página 55), foi possível a partir do título e leitura dos resumos dos trabalhos, tematizar as mesmas em: 'Práticas Discursivas' (15%), 'Currículo Escolar' (11%), 'Docentes' (10%), 'Formação Pedagógica' (06%), 'Escola Sem Partido' (06%), 'Infâncias' (05%), 'Identidade' (04%), 'Discentes' (04%), 'Mídias' (04%), 'LGBTfobia' (04%), 'Políticas Públicas' (04%), 'Cultura Escolar' (03%), 'Corpo' (03%), 'Educação Sexual' (03%), 'Abordagens' (02%), 'Diversidade' (02%), 'Sexualidade' (02%) e 'Outros temas[12]' (13%).

[12] Em virtude do baixo volume de dados, as pesquisas tangentes aos outros temas são apresentadas em nota de rodapé, com as seguintes temáticas: 'Ideologia de Gênero' – com o artigo de Rafaela Oliveira Borges e Zulmira Newlands Borges (2018) e a tese de Kaciane Daniella de Almeida (2018); 'Adolescência' – com os artigos de Melissa Probst e Celso Kraemer (2020) e Cláudia Araújo de Lima (2020); 'Escola do Campo' – o artigo de Luciane Olegario da Silva e Sonia Fatima Schwendler (2021); 'Ensino de Geografia' – o artigo de Gabriel de Souza (2021); 'Linguagens' – a tese de Márcia Beatriz Cerutti Muller (2017); 'Desigualdades' – o artigo de Júlio César de Oliveira Santos (2018b); 'Orientação Educacional' – a dissertação de Érico Sartori Pöttker (2013); 'Concepções' – a

GRÁFICO 04 – TEMÁTICAS DAS PESQUISAS QUE ABORDAM AS RELAÇÕES DE GÊNEROS E SEXUALIDADES NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA, POR ANO, ENTRE 2001 A 2022.



FONTE: BDTD (2023), CAFe (2023) e Scielo (2023). Elaborado e organizado por Ramon O. Bieco Braga (2023).

As pesquisas tematizadas por 'Práticas Discursivas' (15%), correspondem a um volume total de 23 pesquisas, sendo 09 artigos, 11 dissertações e 03 teses. Os artigos publicados tem refletido sobre como as relações de gênero e sexualidade tem produzido tensionamentos no espaço escolar, em virtude das práticas discursivas que incide na violência de gênero e sexualidade, palestras, aulas sobre o assunto e ações pedagógicas (Railda Maria Bispo de Jesus, 2011; Denise Bastos de Araújo, 2014; Benhur Pinós da Costa, 2016; Tânia Silva Neumann Barroso; Jurema

dissertação de Maria Dolores de Figueiredo Nunes (2002); 'Afetividade' – a tese de Karen Ribeiro (2011); 'Conservadorismo' – o artigo de Vinicius Tavano e Andreza Leão (2021); 'Metodologias Ativas' – o artigo de Pedro Mendonça de Oliveira, Aline Guerra Aquilante, Rodrigo Otávio Moretti-Pires e Sueli Fátima Sampaio (2021); 'Equipe Pedagógica' – a dissertação de Suzana da Conceição de Barros (2010); 'Militarização das Escolas' – o artigo de Roney Polato de Castro e Michele Gomes da Silva (2021); 'Indígenas' – a dissertação de Patrícya Karla Ferreira e Silva (2010); 'Bibliometria' – a dissertação de Agnes Vasconcelos Arreguy (2021); 'Cidadania' – o artigo de Maria de Fátima Di Gregorio e Karine Nascimento Silva (2014); 'IST' – o artigo de Maria Cristina Antune, Camila Alves Peres, Vera Paiva, Ron Stall e Norman Hearst (2002), 'Ensino de Química' – o artigo de Keysy S. C. Nogueira, Renata Orlandi e Bruno R. S. Cerqueira (2021) e o tema 'Epistemologia' – com o artigo de Helma de Melo Cardoso (2019).

Iara Reis Belli, 2016; Leonardo Lemos de Souza; Eduardo Benedito Colis; José Augusto Geronimo Ferreira, 2019; Raynan Henrique Silva Trentim; Tereza Rodrigues Vieira, 2019; Dina Maria Vital Ávila, 2021; Renata Guedes Mourão Macedo; Gabriel Delatin de Toledo; Vivian Batista da Silva, 2021; Samira de Moraes Maia Vigano; Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin, 2021).

Do volume das dissertações e teses, foi possível identificar que existe uma discussão sobre as práticas discursivas por Gabriela Chicuta Ribeiro (2012) nas aulas de Educação Física, bem como por Vagner Matias do Prado (2014) também nas aulas da mesma disciplina; por Carlos André Gayer Moreira (2016) nas aulas de Geografia; por Luiz Otavio da Luz (2016) nas aulas da Educação Infantil; e por Jacquelane Bezerra dos Santos (2017) nas aulas do Ensino Médio. Essas reflexões ainda foram concebidas na realidade das escolas públicas de Pernambuco (Maria Julieta Correia Jacob, 2017), nas escolas de Chapecó/SC (Flávia Rubiane Durgante, 2018), em uma instituição escolar em Jardim Alegre/PR (Luciane Olegario da Silva, 2019a), dentre outras dissertações (Natália Machado Belarmino, 2015; Francisca Helena Gonçalves Vetorazo, 2016; Raphaela Secco Comisso, 2018; Claudia Maliszewski Escouto, 2019) e teses (Ana Paula Sefton, 2013; Sirlene Mota Pinheirinho da Silva, 2015b).

Na temática de ‘Currículo Escolar’ (11%), foram encontradas 18 pesquisas como, por exemplo, a pesquisa de Helena Altmann (2001) que refletiu sobre o conceito científico da orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais; a pesquisa de Raquel P. Quadrado e Paula Regina C. Ribeiro (2005) que se debruçaram sobre a Educação Sexual no currículo escolar; a pesquisa de Marco Barzano e Vanessa Oliveira (2015) que investigou os conceitos de gênero e sexualidade no currículo das Escolas Família Agrícola; a pesquisa feita por Rodrigo Saballa de Carvalho e Bianca Salazar Guizzo (2016) no tocante as Políticas Curriculares da Educação Infantil; a pesquisa publicada por Aurenéa Maria de Oliveira, Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda e Maria Amanda Micaely Pinheiro da Silva (2018) sobre as questões de gênero e sexualidade no âmbito da laicidade da escola pública no Recife/PE; a pesquisa realizada por Gustavo Antonio Raimondi, Yahn Rezende de Abreu, Isadora Meirelles Borges, Gabriel Benjamin Macedo da Silva, Wallisen Tadashi Hattori e Danilo Borges Paulino (2020) sobre os conceitos de gênero e sexualidade nos Projetos Pedagógicos Curriculares, dentre outras pesquisas sobre o currículo escolar feitas por Jimena Furlani (2007), Juliane dos

Santos Porto (2019), Eduardo Lima, Ewerton da Silva Ferreira, Jaqueline Carvalho Quadrado e Tiara Cristiana Pimentel dos Santos (2019) e a pesquisa de Lohan Galvão de Oliveira, Joel Almeida Neto e Edmar Reis Thiengo (2021).

Além das pesquisas mencionadas, ainda sobre o tema 'Currículo Escolar' (11%), foram localizadas as pesquisas de Rosana Medeiros de Oliveira (2011) que analisou as abordagens de gênero e sexualidade retratados no currículo pela TV Escola, enquanto que Rubenilson Pereira de Araújo (2011), Hiller Soares Santana (2014) e Cristiano José de Oliveira (2016), analisaram as questões de gênero e sexualidade nos currículos escolares de diferentes redes de ensino, como feito em Goiânia/GO por Faria (2018). Já para Gustavo Antonio Raimondi, Claudio Moreira e Nelson Filice de Barros (2019), os mesmos produziram uma pesquisa sobre o currículo oculto e a integralidade do ato de cuidar; Jose Rodolfo do Nascimento Pereira (2020) analisou as abordagens do corpo no currículo e Adjefferson Vieira Alves da Silva (2021) analisou as relações de gênero e sexualidade no currículo dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental nas escolas estaduais do município de Campina Grande/PB.

No tocante as pesquisas sobre os(as) 'Docentes' (10%), foram localizados 09 artigos, 05 dissertações e 02 teses. Dos artigos, Teresa Vilaça (2014) realizou uma reflexão sobre as percepções dos(as) docentes nas escolas portuguesas, enquanto que nas escolas brasileiras, o corpo docente foi questionado sobre as relações de gêneros e sexualidades pelas pesquisas cunhadas por Ana Flávia A. Madureira (2015), Elaine de Jesus Souza, Claudiene Santos e Joilson Pereira da Silva (2015), Cristiane Gonçalves da Silva e Patrícia Leme de Oliveira Borba (2018), Eduardo Benedito Cólis e Leonardo Lemos de Souza (2020), Jacqueline de Fatima dos Santos Morais, Jonê Carla Baião e Claudia Jorge de Freitas (2020), Márcio Alessandro Neman do Nascimento (2020), Aleksandra Nogueira de Oliveira Fernandes, Eliemary Aparecida Cordeiro de Freitas, Ady Canário de Souza Estevão e Stenio de Brito Fernandes (2021) e Luciane Olegario da Silva e Sônia Fátima Schwendler (2022).

Das dissertações e teses, Raimundo Augusto Martins Torres (2009) defendeu uma tese que cartografou os saberes dos(as) docentes sobre as relações de gênero na escola; João Rogério Menezes de Santana (2013) defendeu uma dissertação que investigou sobre as percepções dos(as) docentes do 5º ano do Ensino Fundamental, sobre os conceitos da sexualidade e gênero; enquanto que

Fabiane Lopes Teixeira (2014) pesquisou as narrativas dos(as) docentes sobre a diversidade sexual. Assim como Teixeira (2014), Rafaela Cotta Leonardo (2018) fez o mesmo com os(as) docentes do município do Rio de Janeiro e Nova Iguaçu. Já para Silmara Silveira Lourenço (2019), sua dissertação entrevistou os(as) docentes de Biologia sobre as aulas de Educação Sexual; e Izabella Marina Martinho Saraiva (2019) e Diane Ângela Cunha Custódio (2020), defenderam as dissertações sobre as perspectivas docentes no tocante aos conceitos de gênero e sexualidade.

Das pesquisas sobre 'Formação Pedagógica' (06%), foram identificados 05 artigos, 03 dissertações e 01 tese. Dos artigos, a pesquisa feita por Tania Welter e Mirian Pillar Grossi (2018) relatou a experiência na formação pedagógica de docentes no estado de Santa Catarina; Roniel Santos Figueiredo, Marcos Lopes de Souza e Ana Angélica Leal Barbosa (2019) compartilharam as experiências sobre as abordagens de gênero e sexualidade na formação pedagógica do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à docência; além das pesquisas que refletiram sobre a formação pedagógica dos(as) docentes na Educação Física como feito por Gustavo de Oliveira Duarte, Felipe Barroso de Castro e Thaiane Bonaldo do Nascimento (2021), dentre outros artigos escritos por Eliane Rose Maio, Márcio Oliveira e Reginaldo Peixoto (2018) e Beatriz Rodrigues Lino dos Santos e Marcos Lopes de Souza (2020). Das dissertações e teses, foram identificas as reflexões de Karina Valdestilhas Leme de Souza (2014) sobre as práticas de literatura e as relações de gênero e sexualidade na formação pedagógica; da Natalia Hosana Nunes Rocha (2015) sobre as políticas públicas na formação pedagógica; do Osmar Arruda Garcia (2015) em relação ao curso 'Gênero e Diversidade na Escola'; e a tese da Monica Lucia Gomes Dantas (2018) na reflexão da importância da Educação a Distância como recurso na formação pedagógica.

Ao que concerne a 'Escola Sem Partido' (06%), 08 artigos e 01 dissertação como, por exemplo, a dissertação da Ana Carolina Mercês Coura (2019) e o artigo de Regina Rodrigues Costa e Aida Monteiro Silva (2019), analisaram como o movimento político da 'Escola Sem Partido' contribuiu com a manutenção dos estigmas que incide sobre as abordagens de gênero e sexualidades, por compreender que essas abordagens reforçam uma ideologia. Dentre essas pesquisas, Jean Pablo Guimarães Rossi e Ricardo Fernandes Pátaro (2020) realizaram uma reflexão sobre a educação e democracia; Ramon Roberto de Jesus Barroso e Lana Claudia Macedo da Silva (2020) analisaram os impactos do

movimento político ‘Escola Sem Partido’ na educação brasileira; dentre outras pesquisas sobre o referido movimento (Luan Felipe Alves Couto; Jaime Farias Dresch; Mareli Eliane Graupe, 2020; Fabiana Carvalho, 2020; Marina Silveira Bonacazata Santos; Maria Carolina Miesse; Fabiana Aparecida de Carvalho; Leonardo Cordeiro de Queiroz; Vânia de Fátima Matias de Souza, 2021; Marina Silveira Bonacazata Santos; Maria Carolina Miesse; Fabiana Aparecida de Carvalho, 2021; Roney Polato de Castro; Ana Carolina Mercês Coura, 2022).

Nas pesquisas tangentes ao tema ‘Infâncias’ (05%), Jucélia Santos Bispo Ribeiro (2003) demonstrou como a socialização infanto-juvenil contribui com a elaboração da sexualidade humana, assim como feito por Rosania Maria Silvano Bittencourt (2014) que ainda indicou a escola como um importante lugar de socialização das crianças. Já Bruno do Prado Alexandre e Raquel Gonçalves Salgado (2019) trabalharam com as memórias das infâncias na escola. No mesmo tema ainda, a Educação Infantil foi objeto de análise das pesquisas publicadas por Lara Pereira, Paula Regina Costa Ribeiro e Juliana Lapa Rizza (2021) e Thaís Blankenheim, Natacha Fuhr Ramos, Adolfo Pizzinato e Angelo Brandelli Costa (2021). Em relação as pesquisas da pós-graduação, foram identificadas a tese de Ileana Wenetz (2012) sobre as brincadeiras marcadas por gênero e sexualidade na escola; e as dissertações da Carla Freitas dos Reis (2017) e Petronio Alves Ferreira (2019) que, respectivamente, pesquisaram sobre as crianças dissidentes em Salvador/BA e as coreografias juvenis.

Das pesquisas sobre ‘Identidade’ (04%), foram localizados 07 artigos que consideraram como na escola, os(as) adolescentes constituem-se as suas identidades enquanto orientação sexual (Helena Altmann, 2003), relações de poder (Érica Renata de Souza, 2006), masculinidades (Bianca Salazar Guizzo, 2007), homossexualidades (Aline Ferraz da Silva, 2007), feminilidades (Eliane Salete Bruneto, 2020), dentre outras pesquisas como as feitas por Ileana Wenetz e Marco Paulo Stigger (2007) e Yara de Paula Picchetti (2012) que refletiram sobre os elementos identitários de gênero e sexualidade no espaço escolar.

Em relação às pesquisas tematizadas por ‘Discentes’ (04%), foram encontradas pesquisas que versam sobre gênero, identidade de gênero e sexualidade do corpo discente no contexto escolar. Desse modo, Paula Alegria (2018) analisou os beijos gays nas escolas públicas do Rio de Janeiro, enquanto que Anderson Ferrari, Claudete Imaculada de Souza Gomes e Cláudio Magno

Gomes Berto (2019) problematizaram quando os(as) discentes pedem para que os(as) docentes trabalhem com atividades em relação a gênero e sexualidade na sala de aula. Das pesquisas da pós-graduação, a dissertação da Roberta Caldas Domingues de Meneses (2015) questionou os discentes sobre a opinião deles(as) dos conceitos de gênero e sexualidade; as teses de Marcielly Cristina Moresco (2020), Elaine Beatriz de Oliveira Smyl (2020) e Felipe Bastos (2020), refletiram sobre o corpo generificado e sexualizado nas escolas; e Luana Pires Barbosa (2022) apresentou quais são os desafios, dificuldades e motivações para se abordar as relações de gênero e sexualidade de discentes no município de São Paulo/SP.

Sobre as ‘Mídias’ (04%), foram encontrados 07 artigos que abordaram gênero e sexualidade como temas centrais na representação das revistas (Fernando Seffner; Adriza Figliuzzi, 2012), televisores (Branca Falabella Fabrício; Luiz Paulo Moita-Lopes, 2015), cinema (Jamil Cabral Sierra; Maria Rita de Assis César, 2016), desenhos animados (André Storino; Ivan Amaro, 2017), revista Nova Escola (Rita de Cássia Petrenas, 2019), redes sociais (Patrick dos Santos Silva, 2019b) e desenhos feitos por estudantes de uma instituição escolar pública (Jonas Alves da Silva Junior; Leandro Rodrigues Nascimento da Silva, 2020).

Para a temática da ‘LGBTfobia’ (04%), a homofobia foi problematizada pelas pesquisas de Zulmira Newlands Borges e Dagmar Estermann Meyer (2008) e Luan Layzon Souza Silva e Francisco Francinete Leite Junior (2016); enquanto que a prevenção da violência contra a população LGBTQIAP+ foi refletida por Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay (2020) e Denize Sepulveda e Renan Côrrea (2021), assim como feito nas dissertações de Jesualdo da Silva (2015a) e Émerson Silva Santos (2018a).

No tema sobre as ‘Políticas Públicas’ (04%), foram localizados os artigos de Ivan Amaro (2017) que discutiu o gênero e a sexualidade por práticas de resistência na escola, e pelo artigo de Felipe Furini Soares, Gabrielle Chaves e Jeane Félix (2019) no âmbito do Congresso Nacional sobre as relações de gênero e sexualidade nas escolas brasileiras. Além desses artigos, foi possível localizar a tese de Denise Bastos de Araujo (2016) acerca das políticas públicas que promovem o respeito à diversidade de gênero e sexualidade, a dissertação da Isabella Bruna Lemes Pereira (2017) que concebeu as identidades de gênero e sexualidade na perspectiva dos parlamentares que compõe a Câmara Federal, a dissertação de Jansen Carlos Vieira da Silva (2018) em relação as questões de gênero e sexualidade no

documento do Plano Municipal de Educação do município de Santa Maria/RN, e a dissertação de Homero Henrique de Souza (2019) que estudou as políticas públicas estaduais do Ceará, sobre as relações de gênero e sexualidade nas escolas.

Das pesquisas sobre o tema 'Cultura Escolar' (03%), foram localizadas as teses de Ana Flávia do Amaral Madureira (2007) e Sylvia Helena dos Santos Rabello (2012) que elegeram as relações de gênero e sexualidade na cultura escolar, como feito na dissertação da Rafaella de Sousa Silva (2014); bem como foi localizado o artigo de Fernando Seffner (2020) sobre como existem identidades de gênero e sexualidades que transgridem a heterossexualidade compulsória (Rich, 2010) no âmbito da 'cultura escolar' (sic.).

Para a temática do 'Corpo' (03%), o corpo humano foi problematizado por Fernanda Figueredo dos Santos e Marcos Lopes de Souza (2015) que demonstraram como o corpo ideal na sala de aula, é o corpo cisgênero e heterossexual. Caso ele não seja branco, como demonstrado por Gabriela Nobre Bins e Helena Meirelles (2016), ele experiência situações de racismo. Já para Adriana Sales, Leonardo Lemos de Souza e Wiliam Siqueira Peres (2017), os corpos travestis são constantemente mal vistos pelo corpo discente e docente no âmbito escolar, assim como refletido por Mauro Palmeira Mota e Tiago Duque (2018), em relação aos corpos hegemônicos cisgênero e heterossexuais em uma escola do município de Corumbá/MS.

No tema da 'Educação Sexual' (03%), foram identificados 04 artigos como os publicados por Alysson Massote Carvalho, Cristiano Santos Rodrigues e Kelma Soares Medrado (2005) e Tania Ribeiro Catharino (2006), que analisaram a prática de oficinas com adolescentes, afim de promover a educação em saúde. Com esse mesmo tema, Helena Altmann (2007) refletiu sobre as primeiras relações sexuais dos adolescentes e Conceição Nogueira, Luisa Saavedra e Cecília Costa (2008) demonstraram para adolescentes as medidas de prevenção as Infecções Sexualmente Transmissíveis.

Nas pesquisas tematizadas por 'Abordagens' (02%), Judite Guerra (2005) analisou as abordagens de gênero e sexualidade na Escola Infantil; Marcia Cunha dos Santos (2014) considerou as escolas estaduais de Mogi das Cruzes/SP como lugares para refletir sobre as abordagens de gênero e sexualidade, e Maria Leuca Teixeira Duarte (2015) problematizou essas abordagens no âmbito político escolar.

Para as pesquisas na temática ‘Diversidade’ (02%), Leonardo Lemos de Souza e Ulisses Ferreira Araujo (2012) indicaram como a diversidade de gênero e sexualidade se apresentam como um problema no discurso da Educação Moral, pois fogem da norma da heterossexualidade compulsória (Rich, 2010). Nesse mesmo tema, foi possível localizar as pesquisas de Ravelli Henrique Souza, Marta Regina Furlan de Oliveira e Isaias Batista de Oliveira Junior (2020) e Denize Sepulveda e José Antonio Sepulveda (2020) que analisaram as discussões da diversidade de gênero e sexualidade na escola pública.

Ao que concernem às pesquisas da temática de ‘Sexualidade’ (02%), Maria da Conceição Chagas de Almeida, Estela Maria Leão de Aquino, Lynne Gaffikin e Robert J. Magnani (2003) refletiram sobre o uso de contraceptivos por adolescentes baianos nas escolas públicas; Cleide Pereira Oliveira (2014) analisou a sexualidade no âmbito da residência e da escola, enquanto que Maria José Pinheiro dos Santos (2011) produziu uma dissertação sobre a sexualidade dos(as) adolescentes de uma instituição escolar pública no município de Cuiabá/MT.

A presente revisão sistemática apresentada, demonstrou que as relações de gêneros e sexualidades na educação básica brasileira são complexas e demandam diferentes fatores políticos, econômicos e culturais que interferem nessas relações. Contudo, com base na análise dessas pesquisas, indica-se que nenhuma dessas pesquisas problematizou o que esta dissertação de mestrado problematiza, que é: ‘Como as relações de gêneros e sexualidades são compreendidas e abordadas por docentes que lecionam para turmas do Ensino Médio com discentes transexuais, na rede pública estadual em Curitiba, Paraná?’.

3. AS RELAÇÕES DE GÊNEROS E SEXUALIDADES NAS TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS E PROFISSIONAIS DOS(AS) DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Nesta terceira e última sessão desta dissertação de mestrado, buscar-se-á apresentar os resultados e discussões da pesquisa em duas subseções, a saber: ‘3.1. Formação pedagógica inicial e continuada do corpo docente que leciona para turmas do Ensino Médio, com discentes transexuais matriculadas’ e ‘3.2. Compreensões e abordagens de gêneros e sexualidades pelo corpo docente que leciona para turmas do Ensino Médio, com discentes transexuais matriculadas’.

Na primeira subseção é realizada a análise dos dados sobre a formação pedagógica inicial (durante a primeira graduação) e continuada (pós-graduação) dos(as) docentes que responderam o questionário desta pesquisa, enquanto que na segunda subseção é realizada a análise das respostas sobre as perguntas que questionaram a compreensão das(os) entrevistadas(os) sobre os conceitos de gênero, identidade de gênero, sexualidade e transexualidade, bem como é realizado a análise sobre como que as(os) entrevistadas(os) abordam as relações de gênero e sexualidade nas salas de aula com discentes transexuais matriculadas.

3.1. FORMAÇÃO PEDAGÓGICA INICIAL E CONTINUADA DO CORPO DOCENTE QUE LECIONA PARA TURMAS DO ENSINO MÉDIO, COM DISCENTES TRANSEXUAIS MATRICULADAS

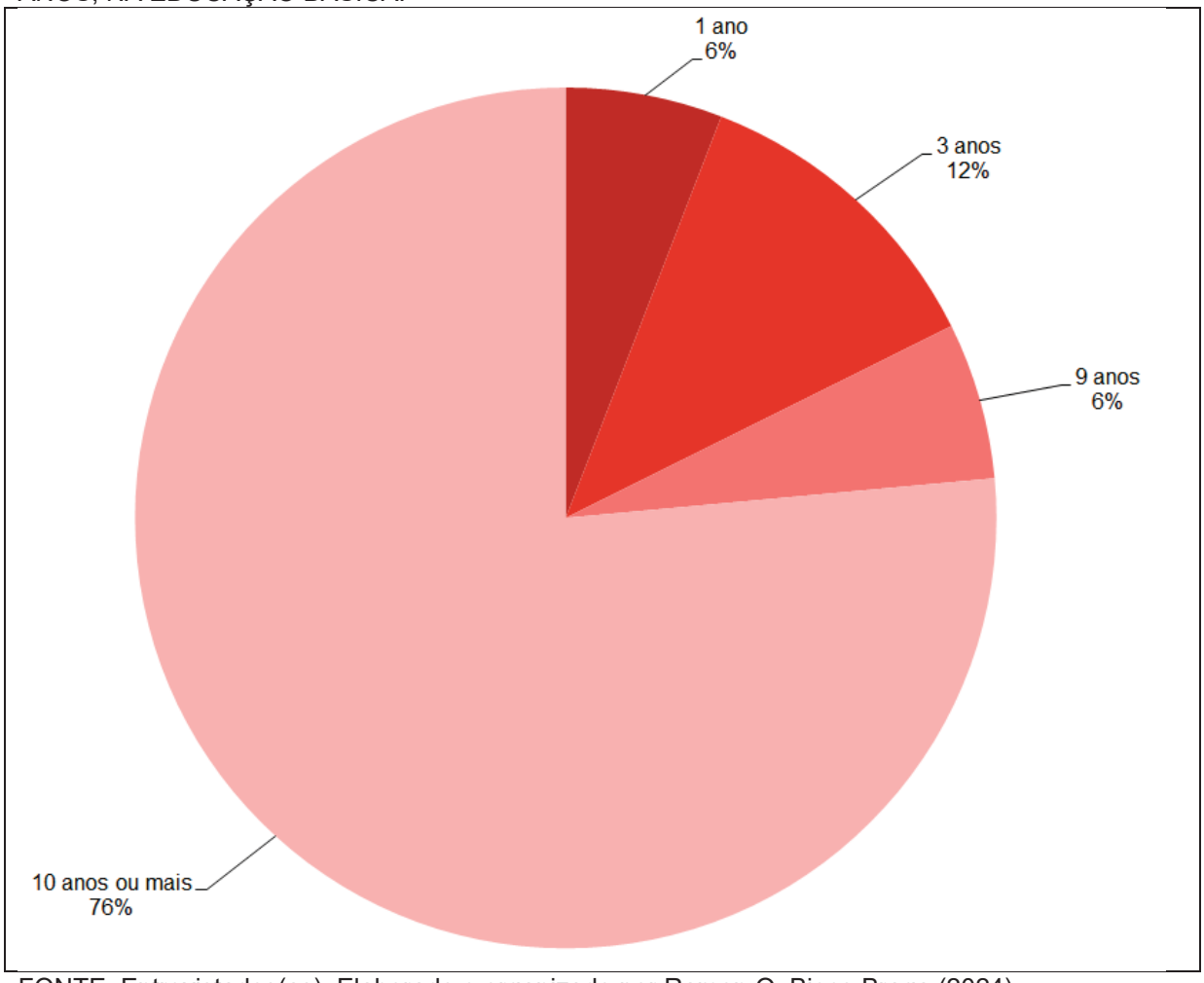
Nesta subseção, buscar-se-á demonstrar que durante a formação inicial e/ou continuada, nem todas as pessoas entrevistadas tiveram as mesmas oportunidades de ter refletido sobre os conceitos científicos apresentados na seção 2 desta dissertação de mestrado, isto é, os conceitos de gênero, identidade de gênero, sexo, sexualidade e transexualidade.

Destarte, durante a coleta de dados, que ocorreu entre os dias 02 de janeiro de 2024 a 27 de fevereiro de 2024, foi possível identificar 17 pessoas que lecionaram para turmas do Ensino Médio com discentes transexuais matriculadas em Curitiba, Paraná, que aceitaram participar desta pesquisa.

Conforme pode ser observado no Gráfico 05 (página 64), 76% dos(as) entrevistados(as) (13 profissionais) trabalharam na educação em um período igual

ou superior a 10 anos, sendo observado somente 2 entrevistados(as) (12%) que trabalharam no período de 3 anos, 1 entrevistado(a) (06%) que possui 9 anos de docência e 1 entrevistado(a) que possui 1 ano (06%) de docência. Isso significa que a maioria das pessoas entrevistadas nesta pesquisa, possui um tempo de experiência profissional suficiente para terem vivenciado a implementação das políticas públicas (Brasil, 1988, 1989, 1990, 1996, 2013, 2017, 2018), com o intuito de promover a Diversidade de gênero e sexualidade na Educação Brasileira.

GRÁFICO 05 – ENTREVISTADOS(AS) POR TEMPO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, EM ANOS, NA EDUCAÇÃO BÁSICA.



FONTE: Entrevistados(as). Elaborado e organizado por Ramon O. Bieco Braga (2024).

Considerando a amostra dos(as) 17 profissionais entrevistados(as), foi possível perceber que a maioria desses(as) profissionais trabalham em mais de um cargo na Educação Brasileira, isto é, lecionam duas ou mais disciplinas, como consequência da demanda que precisa ser suprida nas escolas paranaenses e a formação acadêmica de cada profissional.

Nesse sentido, a amostra desta pesquisa foi composta por 02 profissionais (12%) que trabalham como Professores(as)-Pedagogos(as)[13] e 15 profissionais (88%) que trabalham como Professores(as) dos Componentes Curriculares[14] do Novo Ensino Médio. No tocante a quantidade (15) dos(as) profissionais que trabalham com os Componentes Curriculares, foi possível entrevistar:

- 04 profissionais que ministram aulas somente de Geografia (Cecília Chung, Charlotte von Mahlsdorf, Marci Bowers e Christine Jorgensen);
- 03 profissionais que ministram aulas somente de Arte (Laverne Cox, Marsha P. Johnson e Reneé Richards);
- 01 profissional que ministra aulas somente de Língua Portuguesa (Rogéria);
- 01 profissional que ministra aulas somente de Biologia (Ruddy Pinho);
- 01 profissional que ministra aulas de Arte, Língua Inglesa e Língua Portuguesa (Wendy Carlos);
- 01 profissional que ministra aulas de Ensino Religioso, Geografia, Língua Inglesa, Língua Portuguesa, Pensamento Computacional e Projeto de Vida (Roberta Close);
- 01 profissional que ministra aulas de Ensino Religioso, Projeto de Vida e Sociologia (Lana Wachowski);
- 01 profissional que ministra aulas de Filosofia e História (Daniela Vega);

[13] No Estado do Paraná, existe a Lei Complementar n. 103, de 15 de Março de 2004, que reconhece como professor(a) o(a) profissional que "[...] exerce docência, suporte pedagógico, direção, coordenação, assessoramento, supervisão, orientação, planejamento e pesquisa exercida em Estabelecimentos de Ensino [...]" (Paraná, 2004, p. 01). Em outras palavras, o(a) profissional graduado(a) no curso superior de Pedagogia, é chamado de Professor(a)-Pedagogo(a). Portanto, com base na legislação vigente, nesta pesquisa compreende-se que o(a) Professor(a)-Pedagogo(a) também é um(a) Professor(a) e também compõe a amostra desta pesquisa.

[14] No ano de 2022, na rede estadual de ensino paranaense, foi implementado o currículo do Novo Ensino Médio. Nesse currículo (Paraná, 2021a), os componentes curriculares foram organizados em três eixos, a saber:

1) Formação Geral Básica (distribuídas nas três séries do Novo Ensino Médio): Arte, Educação Física, Língua Inglesa, Língua Portuguesa, Filosofia, Geografia, História, Sociologia, Matemática, Física, Química e Biologia.
2) Parte Flexível Obrigatória (distribuídas nas três séries do Novo Ensino Médio): Projeto de Vida, Educação Financeira e Pensamento Computacional.
3) Itinerário Formativo Integrado (a partir da 2ª Série)
   3.a) Linguagens e Ciências Humanas e Sociais: Filosofia I, Educação Física I, Arte I, Língua Portuguesa I, Geografia I, História I, Língua Estrangeira Moderna, Sociologia I e Arte II.
   3.b) Matemática e Ciências da Natureza: Matemática I, Física I, Biologia I, Química I, Matemática II, Física II, Biologia II, Química II e Física III.

- 01 profissional que ministra aulas de Geografia e Projeto de Vida (Lili Elbe); e
- 01 profissional que ministra aulas de Pensamento Computacional e Sociologia (Cláudia Celeste).

Conforme pode ser analisada na Tabela 03, a formação acadêmica desses(as) profissionais é bem diversificada. Enquanto 11 profissionais possuem somente uma graduação, 06 profissionais possuem duas ou três formações acadêmicas (graduações).

TABELA 03 – PROFISSIONAIS ENTREVISTADOS(AS), DATA DE ENTREVISTA E FORMAÇÃO ACADÊMICA – GRADUAÇÃO.

N.	PROFISSIONAL	DATA DA ENTREVISTA	1ª GRADUAÇÃO	2ª GRADUAÇÃO	3ª GRADUAÇÃO
1	CECÍLIA CHUNG	02/01/2024	GEOGRAFIA		
2	CHARLOTTE VON MAHLSDORF	04/02/2024	GEOGRAFIA		
3	CLÁUDIA CELESTE	04/02/2024	CIÊNCIAS SOCIAIS	HISTÓRIA	
4	DANIELA VEGA	05/02/2024	FILOSOFIA	HISTÓRIA	LETRAS
5	LANA WACHOWSKI	05/02/2024	CIÊNCIAS SOCIAIS		
6	LAVERNE COX	05/02/2024	ARTES		
7	LYNN CONWAY	05/02/2024	PEDAGOGIA	GESTÃO PÚBLICA	
8	MARCI BOWERS	05/02/2024	GEOGRAFIA		
9	MARSHA P. JOHNSON	05/02/2024	ARTES	ESTÉTICA E COSMÉTICA	
10	MISS MAJOR	05/02/2024	PEDAGOGIA		
11	RENEÉ RICHARDS	05/02/2024	ARTES		
12	ROGÉRIA	06/02/2024	LETRAS		
13	RUDDY PINHO	22/02/2024	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS		
14	WENDY CARLOS	23/02/2024	LETRAS		
15	CHRISTINE JORGENSEN	24/02/2024	GEOGRAFIA	PEDAGOGIA	
16	ROBERTA CLOSE	26/02/2024	GEOGRAFIA	LETRAS	
17	LILI ELBE	27/02/2024	GEOGRAFIA		

FONTE: Entrevistados(as). Elaborado e organizado por Ramon O. Bieco Braga (2024).

Considerando a carência de falta de profissionais habilitados(as) para assumirem as demandas, na rede pública estadual de ensino paranaense existe a Resolução n. 8.633/2023 (Paraná, 2023b) que permite ao(a) profissional da educação assumir mais de um cargo ou aulas (Professor(a)-Pedagogo(a) e/ou Professor(a) dos Componentes Curriculares), como pode ser verificado na Tabela

04, desde que o(a) mesmo(a) se enquadre nos critérios estabelecidos pela SEEDPR. Nesse caso, por exemplo, para o(a) profissional da educação que não possui a graduação em Arte, mas deseja assumir aulas em Arte, a SEEDPR exige como licenciatura relacionada os cursos de graduação em Filosofia ou História ou Pedagogia. A mesma situação ocorre com os demais componentes curriculares.

TABELA 04 – CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA SEEDPR PARA A REALIZAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DAS AULAS/VAGAS PARA O ANO LETIVO 2024, PARA OS(AS) PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM FORMAÇÃO/LICENCIATURA RELACIONADA A DISCIPLINA PRETENDIDA.

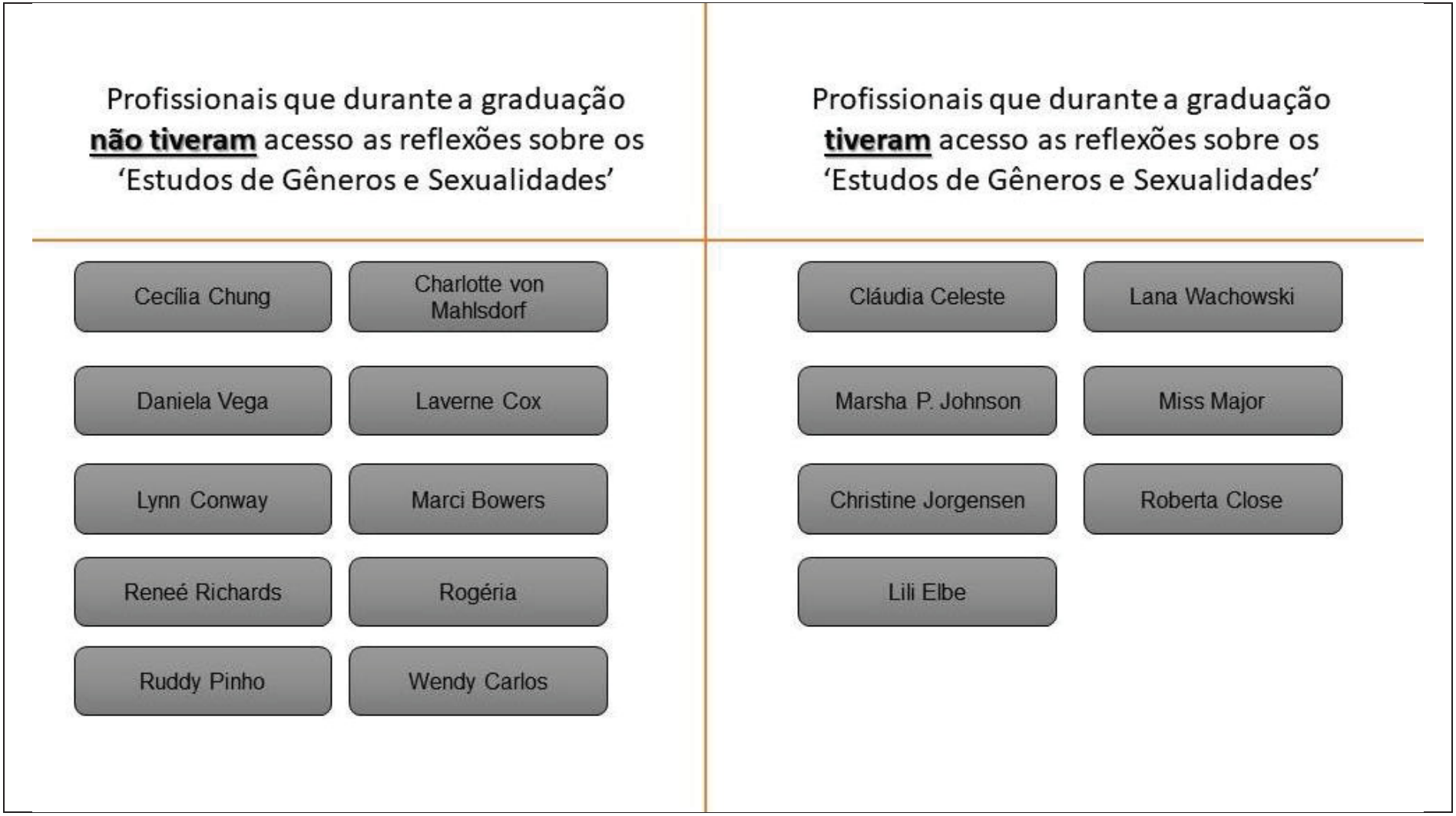
DISCIPLINA PRETENDIDA	LICENCIATURA RELACIONADA
Arte	Filosofia ou História ou Pedagogia
Biologia	Ciências
Ciências	Biologia ou Física ou Química
Educação Física	Pedagogia
Ensino Religioso	Qualquer licenciatura plena com a especialização em Ensino Religioso
Filosofia	História ou Sociologia
Física	Ciências ou Matemática ou Química
Geografia	História ou Sociologia
História	Filosofia ou Geografia ou Sociologia
Língua Estrangeira Moderna (LEM)	Letras – Português ou qualquer licenciatura acompanhada de proficiência na LEM pretendida
Língua Portuguesa	LEM ou Pedagogia
Matemática	Ciências ou Física ou Química
Química	Biologia ou Ciências ou Física
Sociologia	Filosofia ou Geografia ou História

FONTE: Paraná (2023, p. 61).

A partir dos cursos de graduações mencionados pelos(as) entrevistados(as), foi questionado se durante o curso de graduação, foram desenvolvidas reflexões sobre os conceitos de gênero e sexualidade no âmbito da educação? Conforme as respostas obtidas, foi elaborada a Figura 03 (página 68) que sintetiza as respostas.

Com base na Figura 03 (página 68), para 10 profissionais entrevistados(as) (Cecília Chung, Charlotte von Mahlsdorf, Daniela Veja, Laverne Cox, Lynn Conway, Marci Bowers, Reneé Richards, Rogéria, Ruddy Pinho e Wendy Carlos), que correspondem a 59%, as reflexões de gênero e sexualidade não foram desenvolvidas durante o curso de graduação.

FIGURA 03 – PROFISSIONAIS QUE DURANTE A GRADUAÇÃO TIVERAM/NÃO TIVERAM ACESSO AS REFLEXÕES SOBRE OS ‘ESTUDOS DE GÊNEROS E SEXUALIDADES’.



FONTE: Entrevistados(as). Elaborado e organizado por Ramon O. Bieco Braga (2024).

Contudo, para 07 profissionais (41%) a resposta foi positiva. Das profissionais que responderam positivamente ao questionamento, Cláudia Celeste[15] (graduada em Ciências Sociais e História) respondeu que sim. Nas palavras da profissional:

> [...] Na graduação de História participei de curso de extensão *onde* (sic.) se discutiram a perspectiva de gênero nos livros didáticos. Na graduação de Sociologia tive uma disciplina específica sobre a discussão de gênero (Cláudia Celeste, entrevista realizada em 04/02/2024).

Conforme destacado por Lana Wachowski (graduada em Ciências Sociais): "As reflexões foram promovidas através de autores das ciências sociais cuja finalidade perpassava o conhecimento científico do tema, entretanto a transposição didática não foi efetuada em disciplinas que tinham essa finalidade" (Lana Wachowski, entrevista realizada em 05/02/2024).

Segundo Marsha P. Johnson (graduada em Artes e Estética e Cosmética), durante a graduação, foram desenvolvidas reflexões acerca do "[...] estudo do corpo, do movimento, do aspecto cultural, identidade de gênero, nú artístico, sexualidade e tabus" (Marsha P. Johnson, entrevista realizada em 05/02/2024).

No caso de Miss Major (graduada em Pedagogia), nas palavras da profissional:

> Ao longo da minha formação tivemos reflexões a respeito da inclusão e do respeito às diferenças no ambiente escolar. Assim como [reflexões[16]] de estatísticas relacionadas à escolarização e taxa de mortalidade dessa população [transexual] (Miss Major, entrevista realizada em 05/02/2024).

Corroborando com as reflexões, Christine Jorgensen (graduada nos cursos de Geografia e Pedagogia): "[...] No curso de Pedagogia (UFPR) cursei uma disciplina obrigatória chamada 'Diversidade étnico racial, gênero e sexualidade' de 60 horas" (Christine Jorgensen, entrevista realizada em 24/02/2024).

---

[15] Durante esta subseção da dissertação, no momento em que cada profissional entrevistado(a) é indicado no texto, entre parentes, é realizado a apresentação da formação acadêmica do(a) mesmo(a), com a intencionalidade de resgatar o que foi apresentado na Tabela 03. Desse modo, o(a) leitor(a) pode ter uma leitura mais fluída, sem a necessidade de precisar ficar retornando o tempo todo na Tabela 03.

[16] Palavras inseridas dentro dos colchetes nos trechos das entrevistas significam que foram inseridas pelo autor desta dissertação de mestrado, com a intencionalidade de explicitar o que o(a) entrevistado(a) desejou expressar na comunicação escrita durante o preenchimento da resposta da pergunta.

Conforme indicado por Roberta Close (graduada nos cursos de Geografia e Letras), ela teve a oportunidade de estudar sobre o respeito com as diferenças de identidade de gênero e sexualidade. Nas palavras dela: “[...] como educadora devo dar exemplo, incluir esse assunto [sobre gênero e sexualidade] no planejamento e cobrar dos meus alunos que respeitem um ao outro” (Roberta Close, entrevista realizada em 26/02/2024).

Assim como aconteceu com as profissionais entrevistadas anteriormente, Lili Elbe (graduada em Geografia) indicou que na disciplina de ‘Geografia Cultural’, foram desenvolvidas reflexões com a temática de gênero e sexualidade, sob uma perspectiva geográfica. De acordo com a entrevistada, no curso de graduação:

> “[...] Foram desenvolvidas discussões que apresentam a cultura como um recurso que elabora simbologias que organizam o espaço geográfico e os enquadramentos sociais, influenciando dentro da lógica da transformação cultural” (Lili Elbe, entrevista realizada em 27/02/2024).

Considerando as pessoas entrevistadas que relataram terem tido a oportunidade de, durante a graduação, ter desenvolvido reflexões sobre gênero e sexualidade, é possível afirmar que embora as temáticas dos ‘Estudos de Gêneros e Sexualidades’ não sejam hegemônicas nos cursos de graduação, elas não foram ocultadas de todos os cursos de formação pedagógica. Pelo contrário, existem cursos que possibilitaram espaço para essas reflexões, provavelmente devido à abertura da proposta curricular desses cursos e também devido à sensibilidade do corpo docente desses cursos com a temática dos conceitos de gênero e sexualidade.

Além do curso de graduação, nesta pesquisa também compreende-se que os cursos de pós-graduação compõem a trajetória acadêmica dos(as) profissionais da educação básica. Destarte, os(as) entrevistados(as) foram questionados(as) se possuem cursos de pós-graduação *lato sensu* (Especialização) e/ou *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado). Com base nas respostas obtidas que são apresentadas na Tabela 05 (página 71), 100% (17) dos(as) entrevistados declararam possuir pós-graduação *lato sensu*.

TABELA 05 – PROFISSIONAIS ENTREVISTADOS(AS) E CURSO(S) DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* – ESPECIALIZAÇÃO.

N.	ENTREVISTADA	CURSO(S) DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU – ESPECIALIZAÇÃO
1	CECÍLIA CHUNG	1. Especialização em Meio Abiente, Sociedade e Sustentabilidade
2	CHARLOTTE VON MAHLSDORF	1. Especialização em Geografia: Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável 2. Especialização em Espaços Educadores Sustentáveis.
3	CLÁUDIA CELESTE	1. Especialização em Metodologia de Ensino em Filosofia e Sociologia 2. Especialização em Metodologia de Ensino Religioso
4	DANIELA VEGA	1. Especialização em Filosofia
5	**LANA WACHOWSKI**	**1. Especialização em Gênero e Diversidade na Escola**[17]
6	LAVERNE COX	1. Especialização em Arte 2. Especialização em Ensino das Artes
7	LYNN CONWAY	1. Especialização em Coordenação Escolar
8	MARCI BOWERS	1. Especialização em Análise Ambiental
9	MARSHA P. JOHNSON	1. Especialização em Farmacologia Clínica
10	MISS MAJOR	1. Especialização em Coordenação Pedagógica
11	RENEÉ RICHARDS	1. Especialização em Didática e Metodologia de ensino
12	ROGÉRIA	1. Especialização em Linguista e Literatura Brasileira
13	RUDDY PINHO	1. Especialização em Metodologia do Ensino Superior 2. Especialização em Educação Especial 3. Especialização em Análise Ambiental 4. Especialização em Educação Hospitalar e Domiciliar
14	WENDY CARLOS	4 Especializações (entrevistada não especificou os cursos)
15	**CHRISTINE JORGENSEN**	**1. Especialização Educação para a sexualidade: dos currículos escolares aos espaços educativos**
16	ROBERTA CLOSE	1. Especialização em Educação Especial 2. Especialização em Metodologias do Ensino de Geografia 3. Especialização em Docência no Ensino Superior 4. Especialização em Gestão de Turismo
17	LILI ELBE	1. Especialização em Comunicação Pública

FONTE: Entrevistados(as). Elaborado e organizado por Ramon O. Bieco Braga (2024).

Com base na Tabela 05, é possível afirmar que embora todos(as) os(as) entrevistados(as) tenham declarado possuir pós-graduação *lato sensu* concluída, somente 02 profissionais possuem especialização na área dos ‘Estudos de Gêneros

[17] Negritado pelo autor desta dissertação, com a intencionalidade de destacar as(os) professoras(es) que possuem especialização na área dos ‘Estudos de Gêneros e Sexualidades’.

e Sexualidades', que é o caso da Lana Wachowski (graduada em Ciências Sociais e especialista em Gênero e Diversidade na Escola), bem como a Christine Jorgensen (graduada nos cursos de Geografia e Pedagogia, com especialização em Educação para a sexualidade: dos currículos escolares aos espaços educativos).

Quando foram questionados(as) sobre a pós-graduação *stricto sensu*, somente 35% (06) dos entrevistados(as) responderam que possuíam e/ou estavam cursando a pós-graduação *stricto sensu*, enquanto que 65% (11) responderam não possuir cursos nesse nível de escolaridade. Charlotte von Mahlsdorf (graduada em Geografia) respondeu possuir Mestrado Profissional em Educação; Cláudia Celeste (graduada nos cursos de Ciências Sociais e História) respondeu que estava cursando Mestrado Profissional em Sociologia; Daniela Vega (graduada nos cursos de Filosofia, História e Letras) respondeu possuir Mestrado em Filosofia; Lana Wachowski (graduada em Ciências Sociais) respondeu possuir Mestrado em Sociologia; Christine Jorgensen (graduada nos cursos de Geografia e Pedagogia) respondeu possuir Mestrado e Doutorado em Geografia; e Lili Elbe (graduada em Geografia) respondeu estar cursando Mestrado em Políticas Públicas.

No questionário utilizado para a coleta de dados desta pesquisa, os(as) profissionais foram questionados(as) se durante a pós-graduação (*lato sensu* ou *stricto sensu*), foram promovidas reflexões sobre gênero e sexualidades na educação? Para essa pergunta, Lana Wachowski (graduada em Ciências Sociais e especialista em Gênero e Diversidade na Escola) e Christine Jorgensen (graduada nos cursos de Geografia e Pedagogia, com especialização em Educação para a sexualidade: dos currículos escolares aos espaços educativos) responderam afirmativamente, demonstrando terem contato com os conceitos de gênero, identidade de gênero e cisheteronormatividade (Butler, 2016). Nas palavras das profissionais:

> A pós-graduação propiciou muitos momentos de reflexão da temática em consonância com a educação, durante o curso me deparei com autores e práticas que visavam a aplicação da problemática em sala de aula. Discussões em relação a gênero e sexualidade, saúde coletiva, diversidade e inclusão (Lana Wachowski, entrevista realizada em 05/02/2024).

> Sim, cursei uma especialização sobre a diversidade de gênero e sexualidade. Nesse curso, tive a oportunidade de desenvolver reflexões sobre os conceitos de cisheteronormatividade, identidade de gênero e sexualidades na escola, principalmente foram desenvolvidas reflexões sobre a violência física e não física que incide contra as pessoas que não

> são heterossexuais e não são cisgêneros (Christine Jorgensen, entrevista realizada em 24/02/2024).

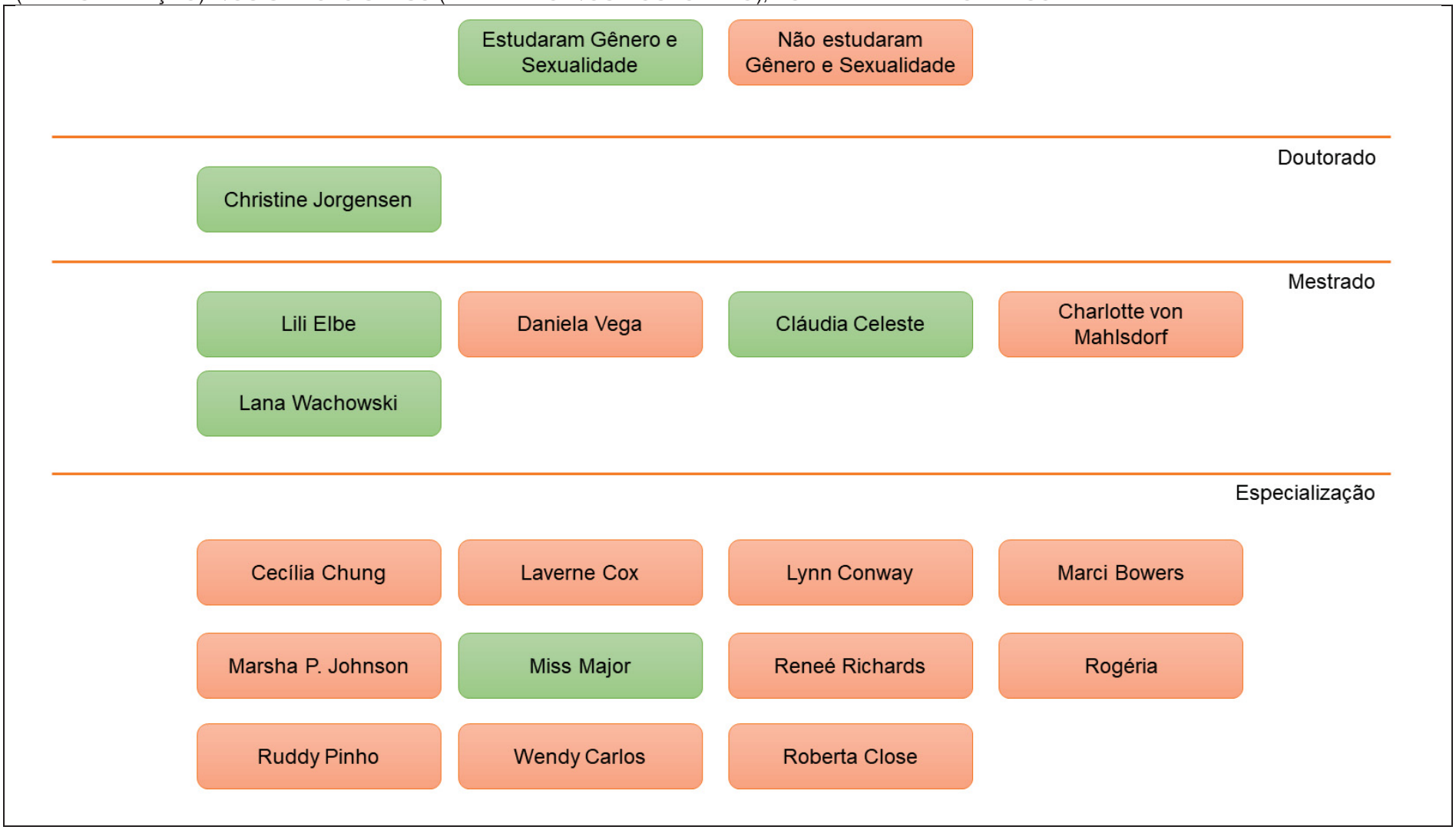
Além da Lana Wachowski e Christine Jorgensen, também responderam afirmativamente Cláudia Celeste, Miss Major e Lili Elbe. Embora os cursos de pós-graduação *lato sensu* e/ou *stricto sensu* delas não tenha sido especificamente sobre os 'Estudos de Gêneros e Sexualidades', Cláudia Celeste (graduada em Ciências Sociais e História e mestranda em Sociologia) respondeu que: "Sim. Em algumas disciplinas do mestrado '*foi discutido'* (sic.) temáticas de gênero e juventude, a temática também aparecia em algumas discussões e textos" (Cláudia Celeste, entrevista realizada em 04/02/2024). Assim como Cláudia, Miss Major (graduada em Pedagogia e especialista em Coordenação Pedagógica) e Lili Elbe (graduada em Geografia, especialista em Comunicação Pública e mestranda em Políticas Públicas) responderam ter tido acesso as reflexões sobre os 'Estudos de Gêneros e Sexualidades', porém sem aprofundamento como pode ser constatado nos trechos a seguir:

> Foram feitas reflexões a respeito da diversidade no ambiente escolar, porém, sem aprofundamento (Miss Major, entrevista realizada em 05/02/2024).

> Na pós-graduação *lato sensu* não, mas na *stricto sensu* sim. As reflexões desenvolvidas foram apenas expostas em tópicos especiais, não em disciplinas obrigatórias. As discussões apresentadas (em educação) se direcionavam a inclusão e abordagens breves de gênero (Lili Elbe, entrevista realizada em 27/02/2024).

A análise das respostas indicou que, conforme é apresentado na Figura 04 (página 74), embora 29% (05) dos(as) profissionais tenham respondido positivamente pela abordagem das temáticas de gênero e sexualidade na pós-graduação *lato sensu* e/ou *stricto sensu*, para a maioria, isto é, 71% (12) dos(as) profissionais, nos cursos de pós-graduação inexistiram as abordagens de gênero e sexualidade no âmbito da educação básica. Para tentar sanar essa lacuna na formação acadêmica da pós-graduação dos(as) professores(as), os(as) mesmos(as) foram questionados(as) se durante outros cursos de formação continuada tiveram acesso as reflexões de gênero e sexualidade. Para esse questionamento, 59% (10) responderam que não e 41% (07) responderam que sim.

FIGURA 04 – PROFISSIONAIS QUE ESTUDARAM E NÃO ESTUDARAM GÊNERO E SEXUALIDADE NA PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* (ESPECIALIZAÇÃO) E/OU *STRICTO SENSU* (MESTRADO E/OU DOUTORADO), POR NÍVEL DE MAIOR ESCOLARIDADE.



FONTE: Entrevistados(as). Elaborado e organizado por Ramon O. Bieco Braga (2024).

Embora a formação continuada dos(as) profissionais da educação abranja, segundo Luis Eduardo Alvarado-Prada, Thaís Campos Freitas e Cinara Aline Freitas (2010), todos os cursos/eventos de aperfeiçoamento profissional, atualização e/ou aquisição de novos conhecimentos, nesta pesquisa optou-se por analisar os cursos de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) separados dos demais eventos de formação continuada como, por exemplo, mini cursos, cursos de aperfeiçoamento, congressos, simpósios, jornadas, etc., pois os cursos de pós-graduação fornecem um nível de aprofundamento diferenciado dos demais cursos de formação continuada, tendo em vista a carga horária e a proposta curricular que exige a elaboração intelectual de um trabalho de conclusão de curso como, por exemplo, um artigo científico, uma dissertação no mestrado ou tese no doutorado.

Com base nas 07 professoras (41%) que responderam positivamente o questionamento se tiveram ou não reflexões sobre gênero e sexualidade nos cursos de formação continuada, Charlotte Von Mahlsdorf (graduada em Geografia) respondeu que já assistiu palestras sobre a temática LGBT durante uma Semana Pedagógica na escola em que trabalha, bem como já participou de eventos sobre a população LGBT organizados pela APP Sindicato (Sindicato dos(as) Profissionais da Educação Estadual Pública no Paraná).

Assim como Charlotte von Mahlsdorf (graduada em Geografia), Laverne Cox (graduada em Artes) respondeu que já realizou um curso sobre ‘Sexualidade e a História’, que foi ofertado pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), em Curitiba/PR.

Corroborando com a reflexão, Lynn Conway (graduada em Pedagogia e Gestão Pública) destacou que além de ter feito cursos de formação continuada sobre os ‘Estudos de Gêneros e Sexualidades’, também entende que “[...] as reflexões sobre o tema se faz necessário diariamente” (Lynn Conway, entrevista realizada em 05/02/2024), o que reforça a importância de durante o exercício da profissão na escola, o(a) profissional da educação básica precisa estar atento(a) as relações de gêneros e sexualidades que se manifestam no espaço escolar, para que seja possível combater as violências físicas e psicológicas que incidem contra a diversidade de gênero e sexualidade.

Segundo Cláudia Celeste (graduada nos cursos de Ciências Sociais e História) e Marci Bowers (graduada em Geografia), elas tiveram algumas oportunidades de cursar formação continuada com a temática de gênero e

sexualidade. Nas palavras da Marci Bowers: “[...] [cursei] alguns cursos de formação da SEED[PR], assim como de universidades. Ex. ‘Como olhar o outro’ (LUMINA); Equipe multidisciplinar na escola, entre outros” (Marci Bowers, entrevista realizada em 05/02/2024).

Além da Marci Bowers (graduada em Geografia), Rogéria (graduada em Letras) respondeu que: “Sim. [Cursei] cursos de formação e extensão em gênero e sexualidade. Aprendi a respeitar e defender a diversidade sexual e de gênero” (Rogéria, entrevista realizada em 06/02/2024).

No caso de Lili Elbe (graduada em Geografia), ela respondeu que: “Sim. [Cursei] enfrentamentos a LGBTTQIAfobia, diversidade na escola, práticas de ensino e linguagem inclusiva de gênero” (Lili Elbe, entrevista realizada em 27/02/2024).

A análise das respostas sobre as pessoas que tiveram a oportunidade de acessarem os ‘Estudos de Gêneros e Sexualidades’ durante a formação continuada, demonstrou como os cursos que promovem a diversidade de gêneros e sexualidades estão coesas com a realidade da educação básica brasileira, pois são temas relevantes socialmente e politicamente para os(as) profissionais da educação, além desses cursos qualificarem o exercício da profissão para adequadas abordagens das relações de gêneros e sexualidades nas salas de aula.

Considerando a presença e/ou ausência da abordagem de gênero e sexualidade durante a formação acadêmica dessas profissionais, na próxima sessão é realizada a análise das respostas sobre as abordagens de gênero e sexualidade dessas profissionais nas turmas de Ensino Médio com discentes transexuais matriculadas, em Curitiba, Paraná.

3.2. COMPREENSÕES E ABORDAGENS DE GÊNEROS E SEXUALIDADES PELO CORPO DOCENTE QUE LECIONA PARA TURMAS DO ENSINO MÉDIO, COM DISCENTES TRANSEXUAIS MATRICULADAS

Nessa subseção, buscar-se-á demonstrar como o corpo docente compreende os conceitos de gênero, identidade de gênero, sexualidade e transexualidade, bem como os(as) mesmos(as) abordam as relações de gêneros e sexualidades, no âmbito do Ensino Médio, nas turmas que possuem discentes transexuais matriculadas, afim de atender os seguintes objetivos específicos desta pesquisa, a saber: a) identificar como o corpo docente compreende os conceitos científicos gênero, identidade de gênero, sexualidade e transexualidade, com base nos 'Estudos de Gêneros e Sexualidades'; b) verificar quais políticas públicas como leis, resoluções e deliberações, sobre as relações de gêneros e sexualidades, são conhecidas pelo corpo docente que ministram aulas no Ensino Médio, para turmas que possuem discentes transexuais matriculadas; e c) compreender como o corpo docente aborda as relações de gêneros e sexualidades, em turmas com discentes transexuais matriculadas, no Ensino Médio, na rede pública estadual de Curitiba, Paraná.

Para tanto, cada profissional foi questionado(a) sobre as disciplinas que leciona para o Ensino Médio, bem como a quantidade de anos que leciona, para subsidiar a análise dos dados. Nesse sentido, a Tabela 06 (página 78) demonstra quais disciplinas e/ou cargos cada entrevistado(a) exerce nas instituições escolares.

Com base na Tabela 06 (página 78), é possível perceber que os(as) profissionais que participaram da coleta de dados desta pesquisa, possuem diferentes cargos e lecionam diferentes componentes curriculares. Por um lado, isso é algo positivo para esta pesquisa, pois o(a) profissional que leciona mais de uma disciplina, é potencialmente um(a) profissional que provavelmente fica mais tempo na mesma sala de aula com os(as) discentes transexuais, transitando por mais de um componente curricular, além de estabelecer laços mais estreitos com a comunidade escolar, tendo em vista que circula mais vezes pelas salas de aula e interage com os(as) discentes com mais frequência quando comparado(a) a um(a) profissional que leciona somente uma disciplina e encontra a mesma turma somente duas ou três aulas por semana.

TABELA 06 – CARGO E/OU DISCIPLINA QUE LECIONA E TEMPO DE DOCÊNCIA, POR PROFISSIONAL ENTREVISTADO(A).

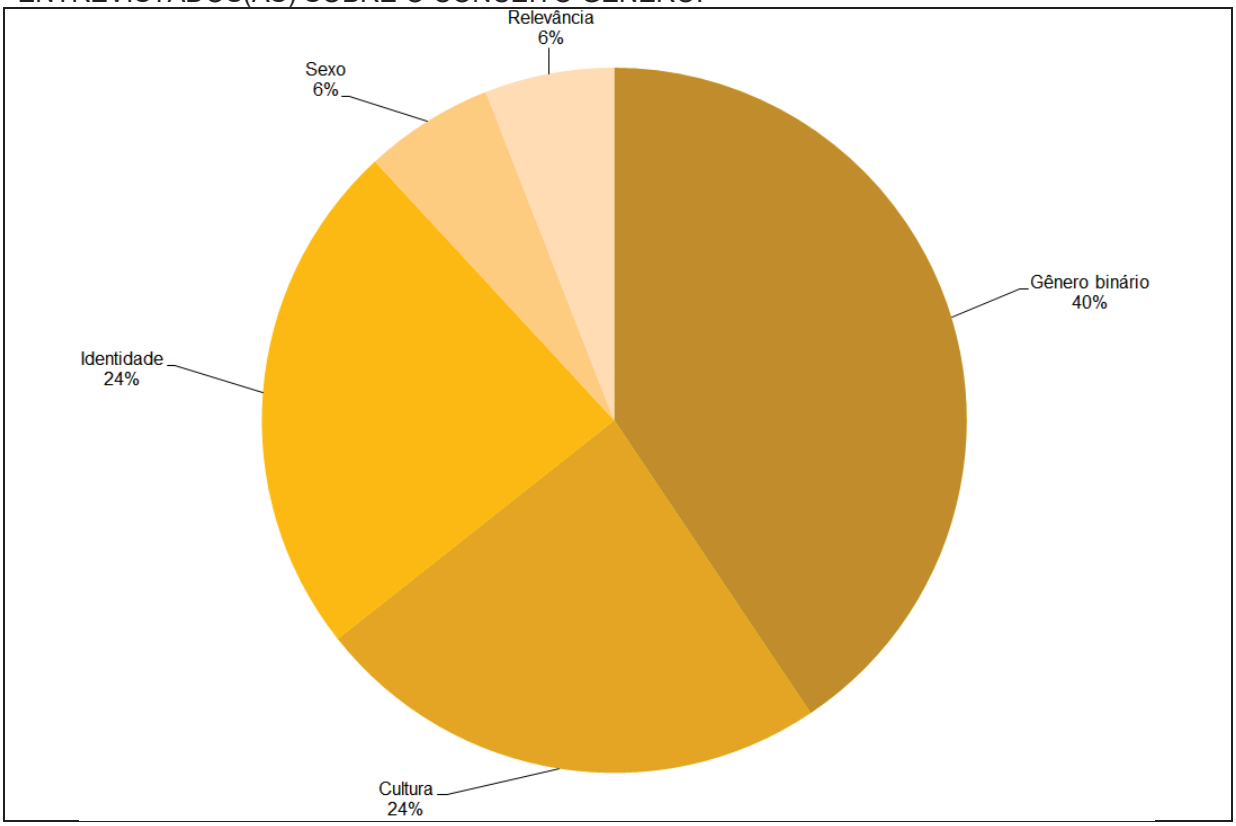
N.	ENTREVISTADA	CARGO/DISCIPLINA QUE LECIONA	TEMPO DE DOCÊNCIA (EM ANOS)
1	CECÍLIA CHUNG	Geografia	10 ou mais
2	CHARLOTTE VON MAHLSDORF	Geografia	10 ou mais
3	CLÁUDIA CELESTE	Pensamento Computacional e Sociologia	10 ou mais
4	DANIELA VEGA	Filosofia e História	09
5	LANA WACHOWSKI	Ensino Religioso, Projeto de Vida e Sociologia	10 ou mais
6	LAVERNE COX	Arte	10 ou mais
7	LYNN CONWAY	Pedagogia	10 ou mais
8	MARCI BOWERS	Geografia	10 ou mais
9	MARSHA P. JOHNSON	Arte	01
10	MISS MAJOR	Pedagogia	10 ou mais
11	RENEÉ RICHARDS	Arte	10 ou mais
12	ROGÉRIA	Língua Portuguesa	10 ou mais
13	RUDDY PINHO	Biologia	10 ou mais
14	WENDY CARLOS	Arte, Língua Inglesa e Língua Portuguesa	10 ou mais
15	CHRISTINE JORGENSEN	Geografia	10 ou mais
16	ROBERTA CLOSE	Ensino Religioso, Geografia, Língua Inglesa, Língua Portuguesa, Pensamento Computacional e Projeto de Vida	03
17	LILI ELBE	Geografia e Projeto de Vida	03

FONTE: Entrevistados(as). Elaborado e organizado por Ramon O. Bieco Braga (2024).

Para os(as) profissionais entrevistados(as), foi realizado o questionamento sobre como os(as) mesmos(as) compreendem alguns dos conceitos centrais que compõem a área científica dos ‘Estudos de Gêneros e Sexualidades’, que nesta dissertação são os conceitos de gênero, identidade de gênero, sexualidade e transexualidade. Salienta-se que as respostas obtidas pelos(as) profissionais entrevistados(as) foram analisadas a partir do referencial teórico e conceitual já apresentado anteriormente nesta dissertação, na sessão ‘2.1. As relações de gêneros e sexualidades no âmbito escolar’ (página 36).

Para tanto, com base na categorização da Análise de Conteúdo (Laurence Bardin, [1977] 2016), foi possível perceber que a compreensão dos(as) profissionais entrevistados(as) sobre gênero, se encontra ancorada nas categorias de ‘Gênero binário’ (41%), ‘Cultura’ (24%), ‘Identidade’ (24%), ‘Sexo’ (06%) e ‘Relevância’ (06%), conforme pode ser observado no Gráfico 06 (página 79).

GRÁFICO 06 – CATEGORIZAÇÃO DAS RESPOSTAS SOBRE A COMPREENSÃO DOS(AS) ENTREVISTADOS(AS) SOBRE O CONCEITO GÊNERO.



FONTE: Entrevistados(as). Elaborado e organizado por Ramon O. Bieco Braga (2024).

A compreensão conceitual científica de que o gênero possui uma conotação de gênero binário, foi verificada nas respostas de Cláudia Celeste[18] (10 anos ou mais de docência, Pensamento Computacional e Sociologia), Laverne Cox (10 anos ou mais de docência, Arte), Marci Bowers (10 anos ou mais de docência, Geografia), Miss Major (10 anos ou mais de docência, Professora-Pedagoga), Rogéria (10 anos ou mais de docência, Língua Portuguesa), Wendy Carlos (10 anos ou mais de docência, Arte, Língua Inglesa e Língua Portuguesa) e Lili Elbe (03 anos de docência, Geografia e Projeto de Vida).

Para Cláudia Celeste (10 anos ou mais de docência, Pensamento Computacional e Sociologia): “gênero se refere a comportamentos feminino e masculino socialmente ensinados” (Cláudia Celeste, entrevista realizada em 04/02/2024), enquanto que para Laverne Cox (10 anos ou mais de docência, Arte), o conceito gênero é compreendido por ela: “a partir da binariedade o que se refere a

[18] Nesta subseção, cada vez que aparece o nome de uma pessoa entrevistada, optou-se por qualificar o tempo de experiência na docência e o cargo/disciplina que trabalha no ensino médio, com a intencionalidade de corroborar com as análises das entrevistas. Desse modo, o(a) leitor(a) não precisa ficar retornando na Tabela 06 para consultar o tempo de docência e o cargo e/ou componente curricular que é lecionado pelo(a) profissional da educação entrevistado(a).

masculino ou feminino” (Laverne Cox, entrevista realizada em 04/02/2024). No caso de Marci Bowers (10 anos ou mais de docência, Geografia), ela respondeu que gênero é basicamente “feminino e masculino” (Marci Bowers, entrevista realizada em 05/02/2024), enquanto que Miss Major (10 anos ou mais de docência, Professora-Pedagoga) indicou que compreende por gênero: “[...] [tudo o que] refere-se ao sexo feminino ou ao sexo masculino” (Miss Major, entrevista realizada em 05/02/2024).

No caso de Rogéria (10 anos ou mais de docência, Língua Portuguesa), ela respondeu que: “gênero é uma construção social que define o que é ser homem e mulher” (Rogéria, entrevista realizada em 06/02/2024). Já para Wendy Carlos (10 anos ou mais de docência, Arte, Língua Inglesa e Língua Portuguesa), gênero é: “como a pessoa se identifica sexualmente, se homem ou mulher” (Wendy Carlos, entrevista realizada em 23/02/2024). Contribuindo com a reflexão, Lili Elbe (03 anos de docência, Geografia e Projeto de Vida) respondeu que compreende que gênero é:

> [...] [tudo o que] se refere às expectativas associadas aos corpos, que delimitam construções/valores que são direcionados ao o que definimos social e culturalmente, em um recorte, do que impõem como homem/masculino e mulher/feminino (Lili Elbe, entrevista realizada em 27/02/2024).

A análise das compreensões sobre o conceito científico gênero apresentadas pelas entrevistadas, indica que são compreensões sustentadas pela binaridade entre masculino/feminino, o que acaba por reforçar o que Louro (1997) refletiu sobre o pensamento hegemônico que impera nos espaços escolares, isto é, o espaço escolar é organizado pelos gêneros binários como, por exemplo, nas filas de discentes masculino/feminino, assim como os banheiros são masculino/feminino e as práticas esportivas também são organizadas binariamente com times de menininhos e os times de meninas, às vezes um contra o outro. Embora essas compreensões apresentem aderência ao conceito de gênero refletido pelos ‘Estudos de Gêneros e Sexualidades’, percebeu-se que essas compreensões não estão ancoradas na percepção de Scott (1995) e Butler (2016) que concebem o conceito de gênero como um sistema de inteligibilidade cultural, política e econômica dos corpos humanos, não delimitando essa compreensão de forma binária como feito pelas entrevistadas, porém, reconhecendo que a binaridade de gênero compõe o sistema da cisheteronormatividade (Butler, 2016) que padroniza na binaridade as

relações de gêneros e sexualidades. Contudo, existiram docentes que responderam que compreendem o conceito de gênero sob a perspectiva da ‘Cultura’ (24%) e ‘Identidade’ (24%), rompendo parcialmente com a compreensão arbitraria da binaridade, como pode ser respectivamente analisado na sequência.

Considerando a categoria ‘Cultura’ (24%), segundo Charlotte von Mahlsdorf (10 anos ou mais de docência, Geografia): “gênero está relacionado aos papéis ou características que são socialmente atribuídas às pessoas” (Charlotte von Mahlsdorf, entrevista realizada em 04/02/2024). Para Daniela Vega (09 anos de docência, Filosofia e História), gênero é uma “construção social que procura definir e separar as pessoas em homem ou mulher de acordo com as normas e padrões da mesma” (Daniela Vega, entrevista realizada em 05/02/2024), e para Marsha P. Johnson (01 ano de docência, Arte), gênero pode ser compreendido como uma “construção social pela qual uma pessoa se apresenta perante a sociedade ou é identificada pela mesma” (Marsha P. Johnson, entrevista realizada em 05/02/2024).

No tocante a categoria ‘Identidade’ (24%), foi observado a compreensão da Cecília Chung (10 anos ou mais de docência, Geografia), que compreende o conceito de gênero como “um[a] identidade pessoal” (Cecília Chung, entrevista realizada em 02/01/2024) ou nas palavras de Reneé Richards (10 anos ou mais de docência, Arte), “é o que nos diferencia” (Reneé Richards, entrevista realizada em 05/02/2024). Para Christine Jorgensen (10 anos ou mais de docência, Geografia), “gênero é uma forma de expressar a sua identidade na sociedade” (Christine Jorgensen, entrevista realizada em 24/02/2024) e, para Roberta Close (03 anos de docência, Ensino Religioso, Geografia, Língua Inglesa, Língua Portuguesa, Pensamento Computacional e Projeto de Vida), na categoria ‘Sexo’ (06%), nas palavras da profissional, Gênero é o: “sexo de nascimento” (Rogéria, entrevista realizada em 06/02/2024).

Embora uma entrevistada tenha reduzido à compreensão do conceito gênero a questão do sexo de nascimento, essa comparação não é singular, isto é, muitas pessoas confundem gênero com sexo, pois, como refletido por Butler (2016), existe uma expectativa cultural de que quando um corpo humano nasce com pênis, ele deve se identificar com o gênero masculino e corporificar os elementos identitários das masculinidades hegemônicas que é vestir calça, engrossar a voz para falar com outras pessoas, principalmente se a outra pessoa também for

homem, além de evitar usar maquiagem, brinco, saia e salto alto, pois esses elementos do vestuário e/ou acessórios pertencem às feminilidades hegemônicas.

Bento (2008) refletiu sobre essas expectativas culturais e denominou isso de heteroterrorismo (sic.), pois se um corpo com pênis faz algo feminino, ele é alertado pelas demais pessoas que o que está fazendo é errado. Por exemplo, na escola, meninos são proibidos de ficarem na fila das meninas, pois eles não são meninas. Meninos também são proibidos de usar maquiagem, caso contrário, serão desqualificados e acusados de serem 'bixinhas', 'mulherzinhas', 'viadinhos', dentre outros termos pejorativos.

As relações de gêneros e sexualidades que compõem o espaço escolar são regidas pela cisheteronormatividade (Butler, 2016) que estabelece comportamentos sociais e culturais que são aceitos como, por exemplo, coisas de homens (força, gostar de futebol, cabelo curto, voz grossa, gostar da cor azul, ter barba, etc.) e coisas de mulheres (delicadeza, vestido, cabelos compridos, gostar da cor rosa, voz fina, etc.). No caso da transexualidade, Bento (2008) demonstrou como a identidade é um elemento central, pois na escola, a discente transexual demonstrará elementos identitários que não vão convergir com a heterossexualidade compulsória (Rich, 2010), isto é, os elementos identitários corporificados pela discente transexual, não correspondem a binariedade de gênero. Portanto, o corpo de profissionais da educação básica precisa compreender que a binaridade de gênero é uma construção social e é necessário romper com o binarismo de gênero.

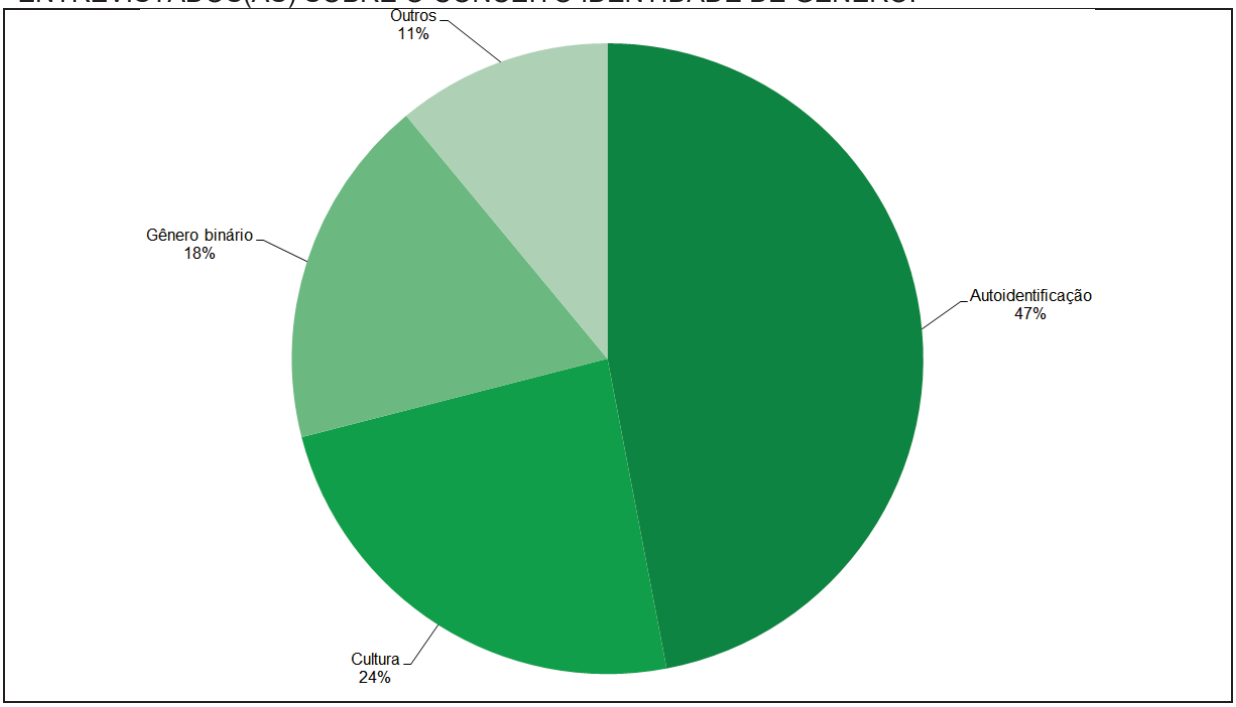
Nesse sentido, os 'Estudos de Gêneros e Sexualidades' contribuem com a reflexão sobre o tema, indicando o que é o gênero e como podemos, enquanto sociedade, principalmente profissionais da educação, trabalharmos com a desconstrução do gênero binário, o que acaba reconhecendo a relevância do assunto ser tratado no âmbito da educação básica brasileira. Salienta-se que as abordagens dos conceitos de gênero, identidade de gênero, sexualidade e transexualidade não precisam necessariamente serem abordados em uma aula específica da educação básica ou mais especificamente no Ensino Médio – que é a etapa da educação básica que é central nas reflexões desta pesquisa. Pelo contrário, essas abordagens podem surgir durante qualquer aula, com base na necessidade da intervenção para conter uma violência contra a diversidade de gênero e sexualidade e/ou podem aparecer para reforçar o respeito à diversidade de gênero e sexualidade como, por exemplo, o respeito ao nome social da discente

transexual, bem como o respeito e reconhecimento a identidade de gênero transexual que irá indicar se a discente transexual se identifica em ficar na fila dos(as) discentes meninos ou meninas.

Corroborando com a reflexão sobre a compreensão do conceito gênero, ainda foi observada na categoria 'Relevância' (06%) a resposta da Lynn Conway (10 anos ou mais de docência, Professora-Pedagoga) que reconheceu o gênero como "um tema que precisa ser abordado [na educação]" (Lynn Conway, entrevista realizada em 05/02/2024), ratificando o argumento que justifica a realização desta pesquisa, pois as relações de gêneros e sexualidades precisam ser abordadas nos espaços escolares, para que ele não seja invisibilizado pelos(as) profissionais da educação nas escolas.

No tocante a compreensão das pessoas entrevistadas sobre o conceito de identidade de gênero, como pode ser verificado no Gráfico 07, foi possível realizar a categorização em: 'Autoidentificação' (47%), 'Cultura' (24%), 'Gênero binário' (18%) e 'Outros[19]' (11%).

GRÁFICO 07 – CATEGORIZAÇÃO DAS RESPOSTAS SOBRE A COMPREENSÃO DOS(AS) ENTREVISTADOS(AS) SOBRE O CONCEITO IDENTIDADE DE GÊNERO.



FONTE: Entrevistados(as). Elaborado e organizado por Ramon O. Bieco Braga (2024).

[19] As evocações da categoria 'Outros' (11%) não serão analisadas neste texto porque contabilizam 02 evocações com respostas superficiais e desarticuladas entre si.

As evocações da categoria de ‘Autoidentificação’ (47%), demonstraram como os(as) professores(as) compreendem o conceito de identidade de gênero como um processo de autoidentificação da pessoa, a partir dos referenciais de gênero. Nesse sentido, Charlotte von Mahlsdorf (10 anos ou mais de docência, Geografia) afirmou que entende a “[...] identidade de gênero como a forma em que a pessoa se identifica em relação ao gênero/sexo” (Charlotte von Mahlsdorf, entrevista realizada em 04/02/2024) pré-estabelecido pela cultura. Essa compreensão apresenta aderência às reflexões dos ‘Estudos de Gêneros e Sexualidades’ e é compartilhada pela Cláudia Celeste (10 anos ou mais de docência, Pensamento Computacional e Sociologia) que compreende o conceito de identidade de gênero: “[...] como as pessoas se identificam com relação aos gêneros” (Cláudia Celeste, entrevista realizada em 04/02/2024). Corroborando com essa reflexão, Laverne Cox (10 anos ou mais de docência, Arte) afirmou que compreende o conceito de identidade de gênero: “[...] como a pessoa se identifica” (Laverne Cox, entrevista realizada em 05/02/2024) e Marsha P. Johnson (01 ano de docência, Arte) respondeu que compreende o mesmo conceito: “como a pessoa se identifica, se reconhece e vive dentro de uma sociedade” (Marsha P. Johnson, entrevista realizada em 05/02/2024).

As respostas analisadas apresentam aderência aos ‘Estudos de Gêneros e Sexualidades’, pois esses estudos compartilham da compreensão de que a identidade é uma característica singular das pessoas, que é construída e desconstruída ao longo da vida pessoa. Como refletido por Hall (2019), a identidade no mundo pós-moderno é fluída, dinâmica e instável, porque as pessoas transitam durante a vida entre os elementos que compõe a identidade. No caso da transexualidade, Bento (2008) demonstrou que essa identidade de gênero é fluída, dinâmica e instável, porque o corpo transexual não corresponde às expectativas culturais definidas pela cisheteronormatividade, pois corpos com pênis também podem vestir vestidos, usar maquiagem, cabelos compridos e salto alto ou, no caso dos homens transexuais, corpos com vagina também vestem calça, sapatos masculinos, usam cabelos curtos e evitam usar acessórios femininos como bolsas enfeitadas, brincos, pulseiras, etc.

Portanto, com base nas reflexões de Bento (2008), Butler (2016) e Hall (2019), é possível refletir que os corpos transexuais presentes nas salas de aula, colocam em xeque as normas da cisheteronormatividade (Butler, 2016), pois nem

todas as pessoas transexuais fazem uso dos hormônios, bem como nem todas as transexuais desejam realizar as cirurgias de redesignação sexual, o que acaba problematizando o que é o corpo transexual ou em outras palavras, o que define um corpo transexual? Nesse sentido, Bento (2008), ancorada nos 'Estudos de Gêneros e Sexualidades' problematizou como um corpo transexual é ininteligível pela cultura estabelecida pela heterossexualidade compulsória (Rich, 2010), pois a sociedade cisheteronormativa padroniza os corpos em um sistema binário de gênero, identidade de gênero e sexualidade que seja inteligível pela norma hegemônica que é binária. Assim, o corpo transexual é considerado subversivo quando não corresponde as expectativas binárias do corpo generificado e rompendo com as expectativas impostas pela heterossexualidade compulsória (Rich, 2010), pode causar desconforto em outras pessoas que tentam entender o corpo transexual pela perspectiva da heterossexualidade compulsória (Rich, 2010).

No tocante as evocações da categoria 'Cultura' (24%), Daniela Vega (09 anos de docência, Filosofia e História) compreende a identidade de gênero como: "[...] a identificação particular que uma pessoa possui de acordo com as normas e padrões sociais de gênero, independente do elemento biológico" (Daniela Vega, entrevista realizada em 05/02/2024). Para Christine Jorgensen (10 anos ou mais de docência, Geografia), a "identidade de gênero é como a pessoa se identifica quanto ao gênero na sociedade" (Christine Jorgensen, entrevista realizada em 24/02/2024) e para Lili Elbe (03 anos de docência, Geografia e Projeto de Vida) a identidade de gênero "é um processo internalizado de reconhecimento e autoidentificação em relação ao seu gênero, de como uma pessoa se identifica, não sendo imposta (apesar de ser) socialmente" (Lili Elbe, entrevista realizada em 27/02/2024).

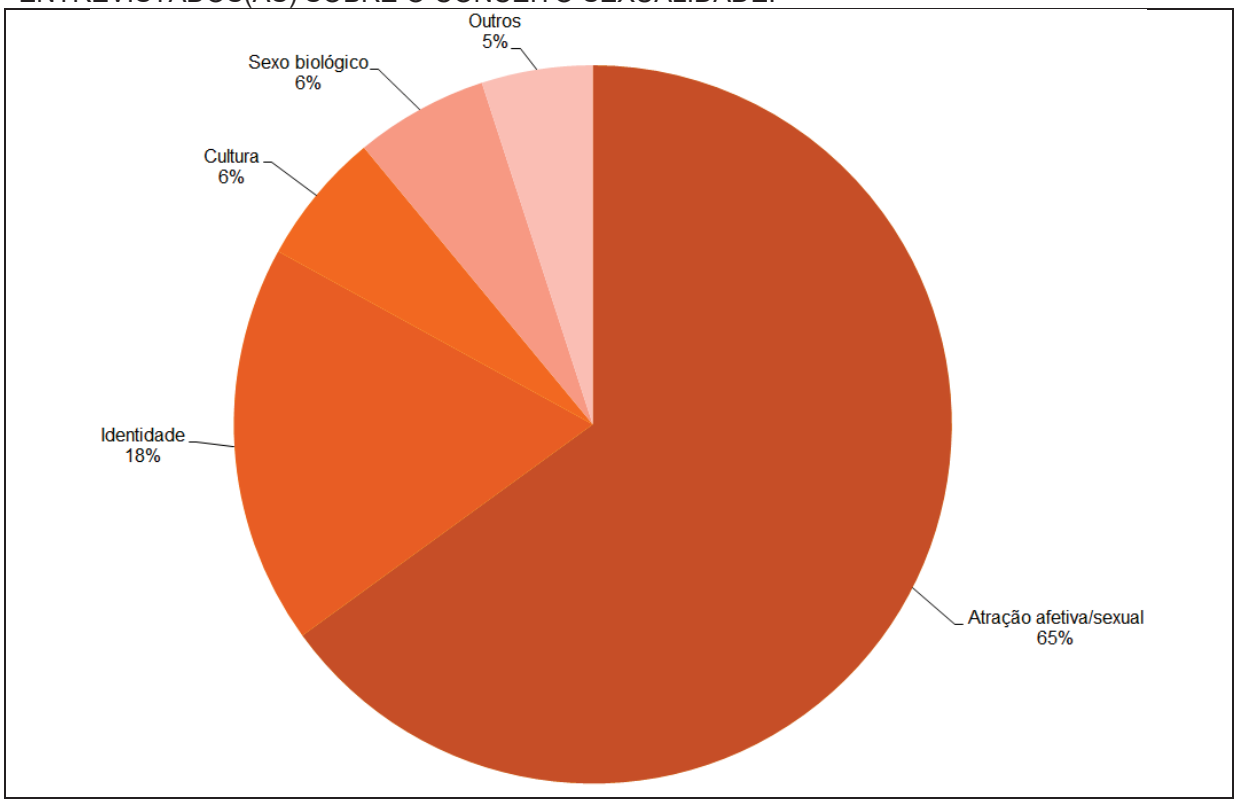
A compreensão do conceito de identidade de gênero pelas entrevistadas também se demonstrou ancorada no 'Gênero binário' (18%). Para Miss Major (10 anos ou mais de docência, Professora-Pedagoga), "a identidade de gênero é aquela assumida pela pessoa, uma identidade feminina ou masculina, independente do seu gênero biológico" (Miss Major, entrevista realizada em 05/02/2024). Segundo Ruddy Pinho (10 anos ou mais de docência, Biologia), a identidade de gênero é: "Como o indivíduo se identifica. Se ele(a), se identifica como homem ou mulher" (Ruddy Pinho, entrevista realizada em 22/02/2024), enquanto que para Wendy Carlos (10 anos ou mais de docência, Arte, Língua Inglesa e Língua Portuguesa), ela indicou

que entende a identidade de gênero como: “Saber ou se identificar se é feminino ou masculino” (Wendy Carlos, entrevista realizada em 23/02/2024).

A análise das respostas indicou que os conceitos de gênero e identidade de gênero possuem compreensões muito próximas pelas pessoas entrevistadas, como de fato realmente são muito próximas porque são complementares. Foi possível verificar nas respostas obtidas que as pessoas entrevistadas compartilharam palavras que se repetiram como é o caso das palavras ‘identidade’, ‘autoidentidade’ e ‘cultura’, além de ser recorrente a compreensão de que o gênero e a identidade de gênero são binárias. O mesmo aconteceu com as respostas sobre a compreensão do conceito de sexualidade, como é analisado na sequência.

O conceito de sexualidade teve as reflexões das entrevistadas categorizadas em ‘Atração sexual/afetiva’ (65%), ‘Identidade’ (18%), ‘Cultura’ (06%), ‘Sexo biológico’ (06%) e ‘Outros[20]’ (05%), como pode ser observado no Gráfico 08.

GRÁFICO 08 – CATEGORIZAÇÃO DAS RESPOSTAS SOBRE A COMPREENSÃO DOS(AS) ENTREVISTADOS(AS) SOBRE O CONCEITO SEXUALIDADE.



FONTE: Entrevistados(as). Elaborado e organizado por Ramon O. Bieco Braga (2024).

[20] A categoria ‘Outros’ (05%) não é analisada no texto porque possui apenas 1 evocação desarticulada com os temas das outras categorias.

A compreensão das profissionais entrevistadas sobre o conceito de sexualidade se demonstrou amplamente ancorada na relação da atratividade sexual e afetiva que, assim como refletido por Roughgarden (2005), é uma compreensão compartilhada pelos ‘Estudos de Gêneros e Sexualidades’ que compreendem a sexualidade também como um elemento identitário que é culturalmente construído, a partir das relações afetivas e sexuais entre os seres humanos.

Nesse sentido, Cecília Chung (10 anos ou mais de docência, Geografia) respondeu que a sexualidade é a “forma como o ser humano se relaciona com o outro e consigo mesmo, objetivando prazer” (Cecília Chung, entrevista realizada em 02/01/2024) e Daniela Vega (09 anos de docência, Filosofia e História) respondeu que a “sexualidade está conectada com a atração sexual e como essa pessoa se relaciona [com outra pessoa]” (Daniela Vega, entrevista realizada em 05/02/2024). Complementando o que Cecília Chung e Daniela Vega responderam, Cláudia Celeste (10 anos ou mais de docência, Pensamento Computacional e Sociologia) indicou que entende que a:

> Sexualidade pode se referir a comportamento, atrações, sentimentos e identidade de um individuo, podendo também estar relacionada à orientação sexual. Se refere à atração romântica ou sexual que um indivíduo sente pelo outro (Cláudia Celeste, entrevista realizada em 04/02/2024).

Corroborando com as reflexões sobre o conceituo de sexualidade, Christine Jorgensen (10 anos ou mais de docência, Geografia) afirmou que a “sexualidade é a orientação sexual de uma pessoa, podendo ser heterossexual, bissexual, homossexual ou assexual” (Christine Jorgensen, entrevista realizada em 24/02/2024), enquanto que Rogéria (10 anos ou mais de docência, Língua Portuguesa) disse que a “sexualidade é como você se comporta ou vive seu desejo sexual, sua atração sexual pelo outro” (Rogéria, entrevista realizada em 06/02/2024).

Nos ‘Estudos de Gêneros e Sexualidades’, como refletido por Butler (2016) e Roughgarden (2005), a sexualidade é compreendia como um elemento identitário do corpo humano, pois um corpo humano é constituído por diversos elementos identitários. Nesse contexto, um corpo humano é constituído por uma identidade de gênero que está circunscrito na inteligibilidade cultural do sistema de gênero, além do corpo humano também ser constituído pela sexualidade que é identificada não

somente pela orientação sexual da pessoa (heterossexual, homossexual, bissexual, pansexual, assexual, etc.), mas também a sexualidade é um elemento cultural definido pelo sistema de gênero. De acordo com as regras impostas pela heterossexualidade compulsória (Rich, 2010), quando um corpo humano nasce com pênis, para ser considerado sadio, ele precisa se identificar com a identidade de gênero masculina, com base nos parâmetros culturais de gênero que definem o que é masculino, bem como ele precisa ter desejo afetivo e sexual heterossexual – desejando o corpo com vagina que também expressa desejo afetivo e sexual heterossexual. Logo, a sexualidade de um corpo transexual é ininteligível pela ótica da heterossexualidade compulsória (Rich, 2010), pois um corpo transexual pode se identificar enquanto heterossexual, bissexual, homossexual, pansexual ou assexual, o que problematiza o elemento da identidade acerca da sexualidade como é analisado na sequência.

Na categoria ‘Identidade’ (18%), foi possível identificar as evocações de Lili Elbe (03 anos de docência, Geografia e Projeto de Vida) que indicou a sexualidade como uma “identidade sexual em que uma pessoa possui” (Lili Elbe, entrevista realizada em 13/02/2024); para Ruddy Pinho (10 anos ou mais de docência, Biologia) a sexualidade é uma “forma de se expressar, vestir, por exemplo” (Ruddy Pinho, entrevista realizada em 22/02/2024); e para Miss Major (10 anos ou mais de docência, Professora-Pedagoga), a “sexualidade é a condição sexual da pessoa, a partir da identidade de gênero dela, são as experiências, modos de se vestir, comportar, sentir, se relacionar” (Miss Major, entrevista realizada em 05/02/2024).

Em relação à categoria ‘Cultura’ (06%), foi possível categorizar a resposta da Reneé Richards (10 anos ou mais de docência, Arte) que compreende a sexualidade, nas palavras dela, como: “é o que nos define para a sociedade” (Reneé Richards, entrevista realizada em 05/02/2024), e em relação a categoria ‘Sexo biológico’ (06%), existiu a reposta da Charlotte von Mahlsdorf (10 anos ou mais de docência, Geografia) que respondeu entender por sexualidade tudo o que “[...] corresponde ao sexo biológico (masculino e feminino) independente de orientação sexual” (Charlotte von Mahlsdorf, entrevista realizada em 04/02/2024).

A análise dessas respostas, assim como ocorrido com os conceitos de gênero e identidade de gênero, demonstra como a binaridade imposta pela heterossexualidade compulsória (Rich, 2010) está presente no vocabulário das entrevistadas, pois elas se remetem a polarização binária ‘masculino e/ou feminino’

para explicar como entendem os conceitos de gênero, identidade de gênero e sexualidade. Essa compreensão por um lado reforça como a cisheteronormatividade (Butler, 2016) é hegemônica e como a heterossexualidade compulsória (Rich, 2010) está presente nas reflexões das(os) profissionais que lecionam na educação básica. Por outro lado, essa compreensão binária, indica que as(os) entrevistadas(os) compõem a cultura da cisheteronormatividade (Butler, 2016), o que reverbera nas suas práticas pedagógicas, na oratória dentro da sala de aula, como abordam os(as) discentes cisgênero e não cisgênero como as transexuais.

Com base nas perguntas acerca da compreensão dos(as) entrevistados(as) sobre os conceitos de gênero, identidade de gênero e sexualidade, tornou-se imperativo questionar sobre como essas pessoas compreendem a transexualidade, tendo em vista que Bento (2008) afirmou: a transexualidade coloca em xeque a cisheteronormatividade (Butler, 2016).

Destarte, as(os) entrevistadas(os) também foram questionadas(os) sobre como compreendem o conceito de transexualidade. Para esse conceito, como é indicado no Gráfico 09 (página 90), as respostas foram categorizadas em ‘Identidade’ (76%), ‘Gênero’ (12%), ‘Sexo’ (06%) e ‘Outros[21]’ (06%).

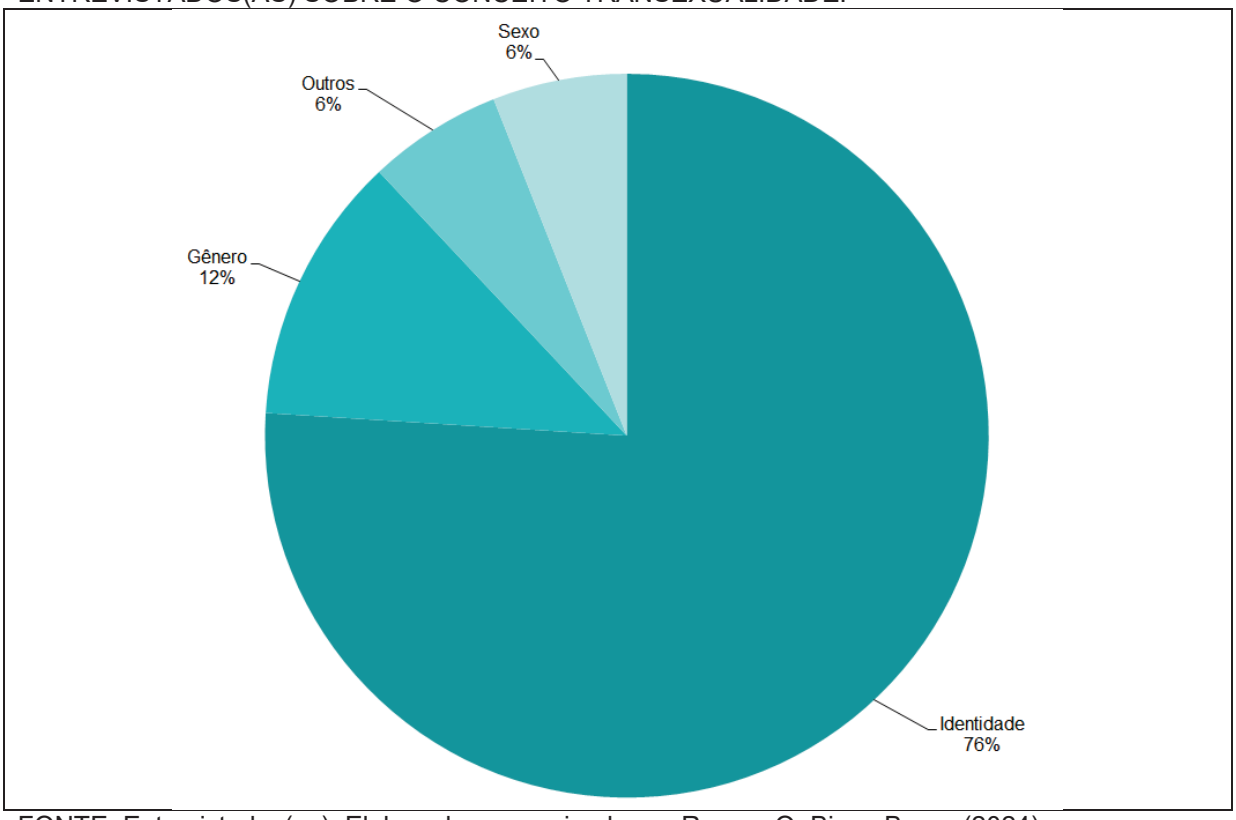
A análise das respostas indicou que a maioria das(os) profissionais entrevistadas(os) responderam que compreendem a transexualidade como um elemento identitário, como pode ser observado nas respostas de Cláudia Celeste (10 anos ou mais de docência, Pensamento Computacional e Sociologia), Marci Bowers (10 anos ou mais de docência, Geografia), Marsha P. Johnson (01 ano de docência, Arte) e Lili Elbe (03 anos de docência, Geografia e Projeto de Vida). Para essas pessoas, a transexualidade é:

> Quando uma pessoa não se identifica com o gênero do qual é ensinado socialmente, e assim, passa a se comportar e por um processo de readequação de gênero (caso essa pessoa queira) para com o gênero do qual se identifica (Cláudia Celeste, entrevista realizada em 04/02/2024).
>
> Quando nasce com um sexo e passa por um processo transicional para outro sexo, por não se reconhecer/identificar com o que nasceu (Marci Bowers, entrevista realizada em 05/02/2024).
>
> Pessoas que não se identificam com o gênero imposto por padrões coletivos sociais ou que possuam o sexo biológico reprodutor diferente de

[21] Na categoria ‘Outros’ (06%), foi verificado a existência de uma evocação que pouco contribui com a reflexão, pois não respondeu a pergunta de como compreende a transexualidade. Por esse motivo, não é realizado a análise da mesma no texto.

> sua identidade de gênero (Marsha P. Johnson, entrevista realizada em 05/02/2024).
>
> Na perspectiva da identidade de gênero, transexualidade refere-se a situação em que uma pessoa difere dos atributos e das expectativas socialmente impostas em relação aos corpos de nascimento, ou seja, significa que a identidade de gênero de alguém não se limitaria apenas às suas características físicas e/ou biológicas, mas sim a forma como essa pessoa se reconhece interiormente (Lili Elbe, entrevista realizada em 27/02/2024).

GRÁFICO 09 – CATEGORIZAÇÃO DAS RESPOSTAS SOBRE A COMPREENSÃO DOS(AS) ENTREVISTADOS(AS) SOBRE O CONCEITO TRANSEXUALIDADE.



FONTE: Entrevistados(as). Elaborado e organizado por Ramon O. Bieco Braga (2024).

Além das respostas assinaladas, foi possível identificar que a transexualidade também é um elemento identitário do corpo humano para Cecília Chung (10 anos ou mais de docência, Geografia) que respondeu: “é a forma como o ser humano se identifica, se sente psiquicamente, ultrapassando a sua fisiologia biológica” (Cecília Chung, entrevista realizada em 02/01/2024), para Charlotte von Mahlsdorf (10 anos ou mais de docência, Geografia): “transexualidade corresponde ao caso da pessoa que não se identifica com o sexo de nascimento” (Charlotte von Mahlsdorf, entrevista realizada em 04/02/2024), para Lana Wachowski (10 anos ou mais de docência, Ensino Religioso, Projeto de Vida e Sociologia): “possui uma identidade de gênero divergente daquela imposta pela heteronormatividade” (Lana

Wachowski, entrevista realizada em 05/02/2024), e para Christine Jorgensen (10 anos ou mais de docência, Geografia): “é quando a pessoa não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer, com base na genitália” (Christine Jorgensen, entrevista realizada em 24/02/2024).

A análise dessas respostas demonstrou como a palavra identidade foi aplicada pelas(os) profissionais que compõe a amostra desta pesquisa. Enquanto parte das respostas sobre gênero, identidade de gênero e sexualidade se apresentaram ancoradas na perspectiva cultural da cisgeneridade binária, para o conceito da transexualidade, a palavra identidade apareceu em um contexto diferenciado, qualificando a transexualidade como uma identidade de gênero que rompe com a binaridade de gênero imposta pela cisheteronormatividade (Butler, 2016).

Nas evocações sobre compreender a transexualidade pela perspectiva do ‘Gênero’ (12%), foram identificadas as respostas de Laverne Cox (10 anos ou mais de docência, Arte) que compreende a transexualidade como uma: “pessoa que atravessou para o outro lado do gênero” (Laverne Cox, entrevista realizada em 05/02/2024) e para Miss Major (10 anos ou mais de docência, Professora-Pedagoga): “é a transição de um gênero ao outro” (Miss Major, entrevista realizada em 05/02/2024). Além dessas respostas, na categoria ‘Sexo’ (06%), Roberta Close (03 anos de docência, Ensino Religioso, Geografia, Língua Inglesa, Língua Portuguesa, Pensamento Computacional e Projeto de Vida) respondeu que entende por transexualidade, nas palavras dela, quando “a pessoa que muda de sexo” (Roberta Close, entrevista realizada em 26/02/2024).

Essas respostas se diferenciam das respostas categorizadas como ‘Identidade’ (76%), pois as evocações das categorias ‘Gênero’ (12%) e ‘Sexo’ (06%), são respostas ancoradas na perspectiva binária, pois foi possível perceber que para Miss Major (10 anos ou mais de docência, Professora-Pedagoga) a transexualidade é quando uma pessoa muda de um gênero para outro, isto é, **a pessoa precisa se encaixar enquanto homem ou mulher**[22]. No caso da Roberta Close (03 anos de docência, Ensino Religioso, Geografia, Língua Inglesa, Língua Portuguesa, Pensamento Computacional e Projeto de Vida), ela usou o termo sexo para se referir à mudança de gênero. Essas respostas demonstram como a cultura da

[22] Destaque realizado para reforçar o pensamento que um corpo transexual PRECISA SE ENCAIXAR como homem ou mulher.

cisheteronormatividade (Butler, 2016) lê os corpos não cisgêneros como os corpos transexuais, pois mesmo a transexualidade sendo uma identidade de gênero diferente da masculina cisgênero e feminina cisgênero, ela ainda precisa se encaixar na binaridade de gênero.

Nesse contexto, Martin Ignacio Torres Rodríguez e Raul Borges Guimarães (2013) refletiram sobre como um corpo transexual é lido pela sociedade cisheteronormativa. Segundo os autores, quando uma pessoa é identificada como transexual, existe uma expectativa cultural de corrigir o corpo considerado anormal pelo processo transexualizador, isto é, existem técnicas médicas que são aplicadas para corrigir o corpo que não é cisgênero com a intencionalidade de torna-lo cisgênero. Portanto, é ininteligível um corpo feminino possuir um pênis, usar vestido, ter cabelos compridos e simultaneamente ter barba, assim como também é ininteligível um corpo masculino com cabelo curto, barba, pelos nos braços, pernas e axilas, vivenciar o processo de gestar um bebê[23].

As compreensões analisadas sobre os conceitos de gênero, identidade de gênero, sexualidade e transexualidade, compõe o trabalho da docência dessas pessoas, pois o trabalho é realizado com corpos humanos que são generificados e sexualizados. Portanto, a compreensão desses conceitos científicos, intermediam as abordagens de gênero e sexualidade, como será analisado na sequência.

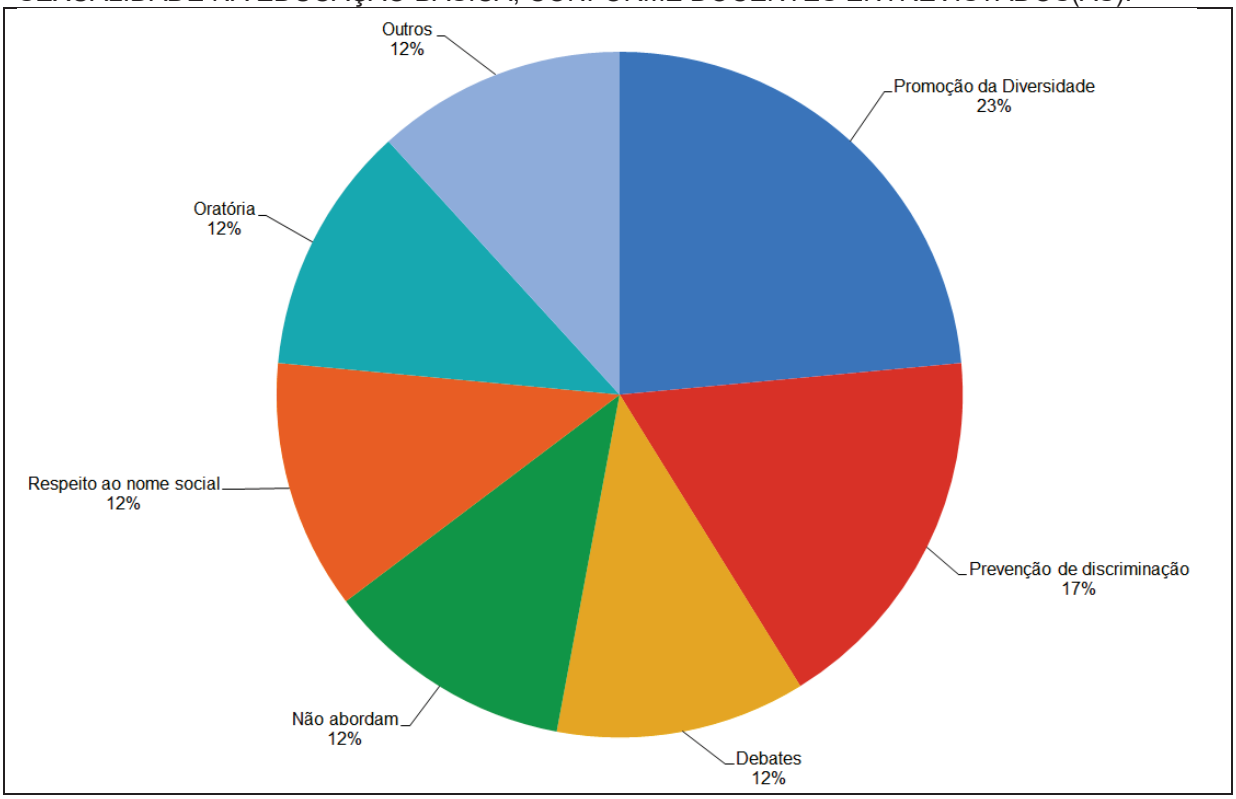
Nesta pesquisa, a intenção das perguntas sobre como cada docente compreende os conceitos de gênero, identidade de gênero, sexualidade e transexualidade, se deve a intenção de refletir sobre como as abordagens de gênero ocorrem na sala de aula. Portanto, com base nas respostas obtidas que foram analisadas, foi possível perceber que as abordagens de gêneros e sexualidades ocorrem em sua maioria, pela perspectiva binária, reforçando a binaridade de gênero e sexualidade nos espaços escolares. Contudo, além dessas compreensões, tornou-se imperativo questionar diretamente os(as) profissionais da educação sobre

[23] Considerando essa perspectiva, convido o(a) leitor(a) a retornar ao início desta dissertação, na página 03 – logo após a folha de rosto, quando apresento a figura de Joel Maldonado que foi publicada por Berenice Alves de Melo Bento (2008, p. 63). Reflita como as relações de gêneros e sexualidades são impostas pela heterossexualidade compulsória (Rich, 2010), pois se uma criança lida como um menino manifesta desejo por brincar com bonecas, vem uma outra pessoa (talvez adulta) oferecer uma bola de futebol porque existe a expectativa cultural de que toda criança lida como um menino (precisa) gosta(r) de futebol. Na figura, quando a criança vê a bola, fica entusiasmada com a ideia de um dia ser mãe e usa a bola para brincar de que está grávida. Essa figura é bem provocativa porque subsidia a reflexão sobre o que é ser transexual na cultura da cisheteronormatividade (Butler, 2016).

como ocorrem as abordagens de gêneros e sexualidades nas turmas do Ensino Médio que possuem discentes transexuais matriculadas, na rede de ensino estadual de Curitiba, Paraná.

Destarte, a reflexão das(os) entrevistadas(os) sobre as abordagens de gênero e sexualidade demonstraram-se sob diferentes perspectivas. Com base na categorização das respostas, apresentada no Gráfico 10, foi possível identificar que essas abordagens ocorrem via a perspectiva da 'Promoção da Diversidade' (24%), 'Prevenção de discriminação' (18%), 'Debates' (12%), 'Respeito ao nome social' (12%), 'Oratória' (12%), 'Não abordam' (12%) e 'Outros[24]' (12%).

GRÁFICO 10 – CATEGORIZAÇÃO DAS RESPOSTAS SOBRE AS ABORDAGENS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA, CONFORME DOCENTES ENTREVISTADOS(AS).



FONTE: Entrevistados(as). Elaborado e organizado por Ramon O. Bieco Braga (2024).

As evocações sobre a categoria 'Promoção da Diversidade' (24%), demonstram como os(as) professores(as) entrevistados(as) reconhecem que a abordagem de gênero e sexualidade na sala de aula deve ocorrer mediante a promoção da diversidade de gênero e sexualidade. Nesse sentido, Reneé Richards (10 anos ou mais de docência, Arte) afirmou que o respeito ocorre a partir do

[24] A categoria 'Outros' (12%) não é analisada nesta dissertação de mestrado, pois as evocações são desarticuladas, superficiais e não apresentam aderência a proposta desta pesquisa.

tratamento igual para todas as pessoas e Rogéria (10 anos ou mais de docência, Língua Portuguesa) disse que, na sala de aula, procura “[...] ser bem natural, fazendo uma abordagem sem preconceitos ou estigmas religiosos” (Rogéria, entrevista realizada em 06/02/2024). Assim como Reneé Richards (10 anos ou mais de docência, Arte) e Rogéria (10 anos ou mais de docência, Língua Portuguesa), Cláudia Celeste (10 anos ou mais de docência, Pensamento Computacional e Sociologia) respondeu que:

> [...] a abordagem deve ser como normalmente ocorre, de forma a esclarecer a diversidade, claro que se o[a] discente em questão se sentir a vontade em falar e participar, deve lhe ser dado o direto de fala (Cláudia Celeste, entrevista realizada em 04/02/2024).

Cláudia Celeste (10 anos ou mais de docência, Pensamento Computacional e Sociologia) indicou que reconhece a importância do direito de fala para as pessoas que se sentirem a vontade em falar sobre gênero, identidade de gênero, sexualidade e transexualidade. Esse espaço cedido pela(o) profissional da educação é muito importante, para que não ocorra o silenciamento de determinadas expressões de gênero e sexualidade.

Assim como feito por Cláudia Celeste em relação à promoção da diversidade, Miss Major (10 anos ou mais de docência, Professora-Pedagoga) respondeu que:

> Todos os(as) estudantes são igualmente atendidos[as] na escola pública que visa garantir direitos educacionais. A diversidade faz parte das abordagens dos componentes curriculares. No âmbito pedagógico, diante da necessidade de atendimento da questão, por exemplo, diante de conflitos, intolerâncias, preconceitos, discriminações, é realizado atendimento individualizado e conscientização entre os envolvidos. Também [são] realizados projetos específicos com a turma (Miss Major, entrevista realizada em 05/02/2024).

Além da promoção da diversidade de gênero e sexualidade, assegurando o respeito a diversidade a partir do reconhecimento das identidades de gênero não cisgênero e orientações sexuais não heterossexuais, também foi possível identificar as evocações que demonstram a realização da ‘Prevenção de discriminação’ (18%). Nessa categoria, foi possível compreender que o respeito à diversidade previne episódios de discriminação, como pode ser constatado na fala de Cecília Chung (10 anos ou mais de docência, Geografia) que ao se referir ao atender discentes com o

gênero não cisgênero: “não diferencio e exijo respeito no momento de qualquer tipo de discriminação” (Cecília Chung, entrevista realizada em 02/01/2024). A expressão em que a(o) profissional afirma exigir respeito, é uma afirmação que indica como ela previne a discriminação, isto é, exigindo o respeito, para que não ocorra o desrespeito.

No caso de Daniela Vega (09 anos de docência, Filosofia e História), assim como realizado por Cecília Chung (10 anos ou mais de docência, Geografia), ela indicou que realiza a prevenção da discriminação a partir da ideia de igualdade, reconhecendo que todas as pessoas são iguais no sistema educacional brasileiro. A mesma ainda acrescentou que realiza um trabalho de “[...] conscientização para preconceitos e ações que possam combater esses preconceitos” (Daniela Vega, entrevista realizada em 05/02/2024). As ações citadas pela Daniela Vega (09 anos de docência, Filosofia e História), podem ser, por exemplo, falar sobre sexualidade e identidade de gênero na sala de aula como pode ser analisado no seguinte trecho da resposta da Marci Bowers (10 anos ou mais de docência, Geografia):

> Em alguns casos falo quando a pessoa [transexual] abre o assunto [sobre gênero e sexualidade]. Sempre com respeito. Mas costumo falar sempre [na sala de aula] sobre sexualidade e identidade de gênero, de forma aberta e natural, enfatizando a tolerância e o respeito. Às vezes, quando ocorrem situações de intolerância sou mais enfática (Marci Bowers, entrevista realizada em 05/02/2024).

A resposta de Marci Bowers (10 anos ou mais de docência, Geografia) reforça a importância da(o) profissional da educação falar abertamente e naturalmente sobre gênero e sexualidade na sala de aula, desmistificando os estigmas que incidem sobre esse temário. Assim como feito por Marci Bowers, existem outras pessoas que responderam realizar ‘Debates’ (12%) na sala de aula sobre gênero e sexualidade, como é o caso da Charlotte von Mahlsdorf (10 anos ou mais de docência, Geografia) que respondeu:

> Independente de ter ou não discentes transexuais nas turmas, procuro contemplar de alguma forma questões de gêneros e sexualidade por meio de debates, seminários, análise de dados (estatística) por meio de gráficos e mapas, etc. (Charlotte von Mahlsdorf, entrevista realizada em 04/02/2024).

A resposta da Charlotte von Mahlsdorf indicou uma perspectiva das abordagens de gêneros e sexualidades na sala de aula bem coerente, porque ela

não planeja aulas específicas para abordar a diversidade de gênero e sexualidade. Pelo contrário, ela inclui a diversidade de gênero e sexualidade em todas as aulas, independentemente se tem ou não discente transexual matriculada.

Compartilhando da mesma intenção de Charlotte von Mahlsdorf (10 anos ou mais de docência, Geografia), segundo Lana Wachowski (10 anos ou mais de docência, Ensino Religioso, Projeto de Vida e Sociologia), sempre que possível ela busca “trazer a discussão fundamentada em teorias e conhecimentos científicos sobre o tema” (Lana Wachowski, entrevista realizada em 05/02/2024), nesse caso, estudos fundamentados nos ‘Estudos de Gêneros e Sexualidades’, como é o que esta dissertação de mestrado realiza.

As abordagens de gêneros e sexualidades também foram observadas em relação ao ‘Respeito ao nome social’ (12%). Nessa categoria, Christine Jorgensen (10 anos ou mais de docência, Geografia) e Lili Elbe (03 anos de docência, Geografia e Projeto de Vida) responderam que respeitam o nome social das(os) discentes transexuais. Nas palavras delas:

> Eu respeito o nome do social da pessoa, sempre a chamando pelo nome que ela se identifica. Quando na chamada não existe a retificação do nome, mesmo assim eu sempre busco chamar pelo nome que a pessoa me disse que se identifica. Além do nome social, sempre quando eu vou me referir às pessoas da turma, eu digo alunos e alunas, para não naturalizar que todos são alunos masculinos (Christine Jorgensen, entrevista realizada em 24/02/2024).

> Devido às questões de gêneros e sexualidades serem extremamente supervisionadas em escolas/colégios, busco trabalhar como uma construção nas turmas. Para que colegas entendam que existem situações que são impostas, mas que parte de ações individuais a ruptura de certos padrões. A principal coisa que faço é de utilizar o nome social do/a discente, quando pedem para que eu o faça no primeiro dia - até hoje não tive ninguém com o nome social oficializado, devido as famílias não permitirem (Lili Elbe, entrevista realizada em 27/02/2024).

Lili Elbe compartilhou que possui o posicionamento de respeitar o nome social quando reivindicado pela(o) discente transexual, mesmo que os responsáveis legais pela(o) discente não tenham realizado o processo jurídico de retificar o nome na matrícula do(a) discente transexual. Esse posicionamento faz com que a(o) discente transexual se sinta bem recebida(o) pelo(a) docente e reforça a promoção da diversidade de gênero e sexualidade que compõe as salas de aula do sistema educacional de ensino.

Além do respeito ao nome social indicado por Christine Jorgensen (10 anos ou mais de docência, Geografia) e Lili Elbe (03 anos de docência, Geografia e Projeto de Vida), também se apresentaram evocações sobre o uso da ‘Oratória’ (12%) nas abordagens de gêneros e sexualidades na sala de aula. Nessa perspectiva, Wendy Carlos (10 anos ou mais de docência, Arte, Língua Inglesa e Língua Portuguesa) respondeu que aborda esse tema em sala com cautela, escolhendo bem as palavras que usa para evitar constrangimento de alguma pessoa na sala de aula. Corroborando com essa reflexão, Roberta Close (03 anos de docência, Ensino Religioso, Geografia, Língua Inglesa, Língua Portuguesa, Pensamento Computacional e Projeto de Vida) disse que: “[...] Meu discurso é sempre baseado em uma fala que cada um tem sua individualidade e deve ser respeitada” (Roberta Close, entrevista realizada em 26/02/2024).

Contudo, também existiram evocações que refletiram sobre a não abordagem das relações de gêneros e sexualidades na sala de aula. Para tanto, na categoria ‘Não abordam’ (12%), foi possível identificar a reflexão da Marsha P. Johnson (01 ano de docência, Arte) que respondeu:

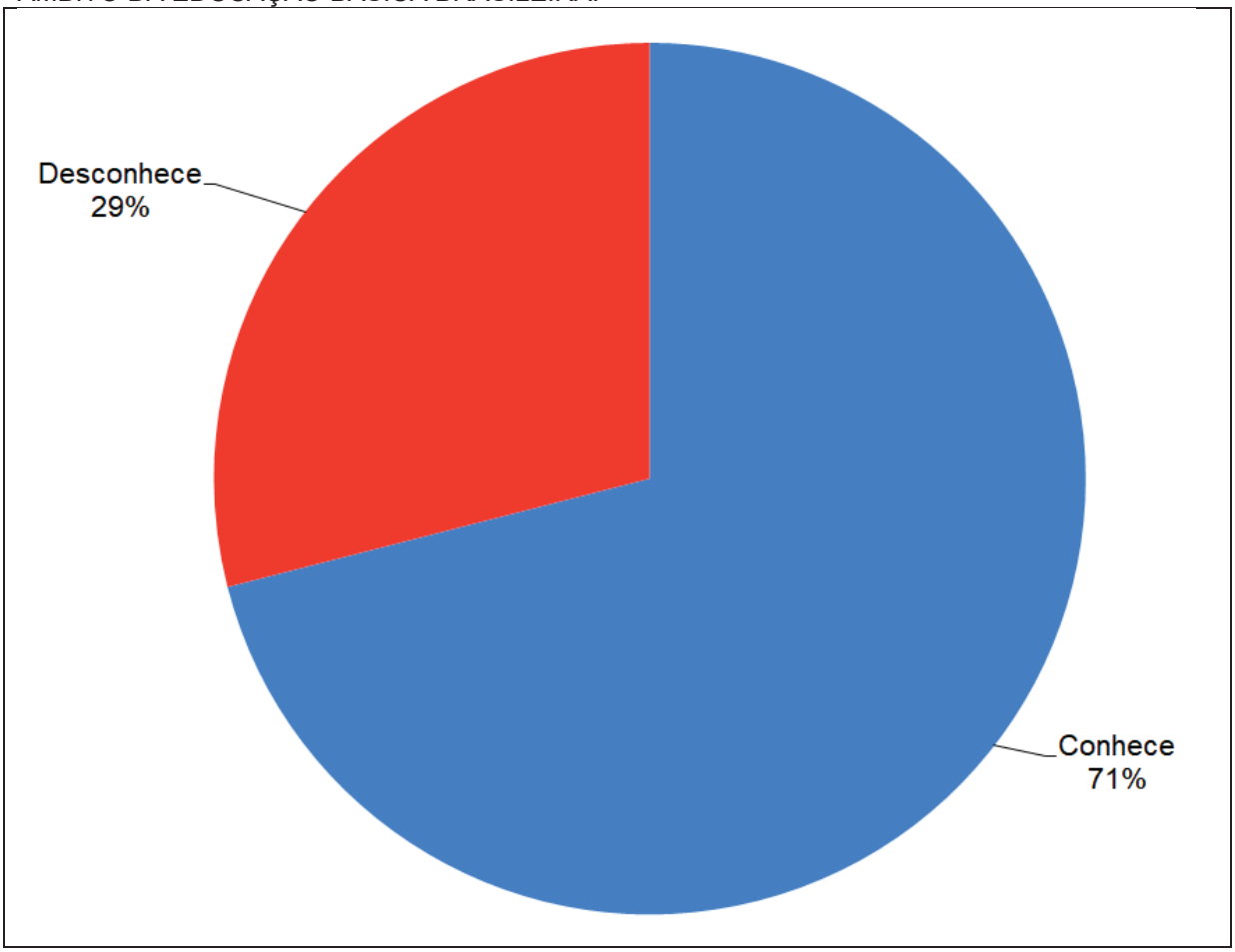
> Sou docente transgênero não-binário. Não há abordagem por parte dos demais docentes e nem interesse sobre debater o assunto. É ignorada a questão e falar sobre [o tema], causa desconforto nos outros professores, [pois] há muito medo e preconceito de falar sobre a transexualidade e sexualidade em sala de aula. A postura adotada e recomendada é de ignorar e fingir que não existe (Marsha P. Johnson, entrevista realizada em 05/02/2024).

A análise dessa resposta indicou por um lado que a Marsha P. Johnson não respondeu a pergunta, pois a pergunta era: ‘De que forma o(a) docente aborda as relações de gênero e sexualidade na sala de aula?’. Logo, a resposta dela não respondeu o que foi perguntado. Contudo, a análise do conteúdo da resposta não foi ignorada nesta dissertação, pois a reflexão que ela traz sobre as abordagens não é isolada. Pelo contrário, embora esta pesquisa realize o movimento de mostrar com argumentos científicos de que é necessário abordar as relações de gêneros e sexualidades na sala de aula, bem como compartilha casos em que essas abordagens de fato são realizadas, existem também profissionais da educação que assim como refletido por Marsha P. Johnson, que possui 01 ano de experiência como docente de Arte, possuem o receio e medo em abordar esses temas na sala de aula.

Nesse sentido, Rogério Diniz Junqueira (2019) indicou que o medo sobre abordar gênero e sexualidade na sala de aula é devido a diferentes contextos políticos, econômicos e culturais que circunscrevem o espaço escolar. O autor desenvolveu uma reflexão sobre como o termo ‘ideologia de gênero’ foi concebido no âmbito religioso com impactos políticos da ala conservadora de direita. Para Junqueira (2019), muitos profissionais da educação desconhecem o que é a 'ideologia de gênero’, isto é, como esse termo foi concebido, porém, temem ter que responder um processo administrativo indisciplinar caso abordem o tema gênero e sexualidade nas suas aulas. Logo, assumem o posicionamento de silenciar esse debate.

Entretanto, para combater o movimento político que afirma existir uma ‘ideologia de gênero’ no âmbito escolar, torna-se imperativo que os(as) profissionais da educação conheçam a legislação vigente que ampara a abordagem das relações de gêneros e sexualidades na escola, como já foi demonstrado anteriormente nesta dissertação de mestrado. Desse modo, os(as) profissionais entrevistados(as) foram questionados(as) se conhecem políticas públicas (programas, decretos, resoluções, portarias, legislações, etc.) que amparam essas abordagens. Como indicado no Gráfico 11 (página 99), o resultado foi que 71% conhecem políticas públicas que amparam essas abordagens, enquanto que 29% desconhecem.

GRÁFICO 11 – DOCENTES ENTREVISTADOS(AS) QUE CONHECEM E DESCONHECEM POLÍTICAS PÚBLICAS QUE PROMOVAM A DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA.



FONTE: Entrevistados(as). Elaborado e organizado por Ramon O. Bieco Braga (2024).

Dos que responderam conhecer algumas políticas públicas que amparam as abordagens de gêneros e sexualidades na sala de aula, foi possível identificar as seguintes políticas públicas:

- Nome Social (Brasil, 2017; Brasil, 2018) (conhecido por: Cláudia Celeste, Marci Bowers, Marsha P. Johnson, Wendy Carlos e Christine Jorgensen);
- Criminalização da Homofobia (Brasil, 1989) (conhecido por: Cláudia Celeste, Daniela Vega e Rogéria);
- Processo Transexualizador do Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 2008) (conhecido por: Marsha P. Johnson e Christine Jorgensen);
- Guia da SEEDPR (Paraná, 2023a) sobre como agir em situações de violência de gênero e sexualidade (conhecido por: Miss Major);

- Inclusão Social da população Travesti e Transexual no mercado de trabalho (Brasil, 2009) (conhecido por: Charlotte von Mahlsdorf); e
- Direitos Humanos – direito a educação, saúde e trabalho independentemente do gênero e da sexualidade (Brasil, 2009) (conhecido por: Lana Wachowski, Laverne Cox e Lynn Conway).

A compreensão da existência das políticas públicas é essencial para que o(a) profissional da educação possa intermediar os tensionamentos provocados pela diversidade de gênero e sexualidade na sala de aula. Nesse contexto, Charlotte von Mahlsdorf (10 anos ou mais de docência, Geografia) compartilhou que prefere sempre promover o diálogo para assegurar o respeito da diversidade de gênero e sexualidade na sala de aula. Nas palavras dela, intermediar os tensionamentos:

> É difícil e complexo, porém, como professor[a]/educador[a], entendo que esta é uma temática que deve ser contemplada em sala de aula apesar das tensões e das inseguranças. Tenho apostado no diálogo com estudantes, pois, a violência é uma consequência do preconceito e da ignorância, e esses só podem ser combatidos com conhecimento e respeito (Charlotte von Mahlsdorf, entrevista realizada em 04/02/2024).

Assim como feito por Charlotte von Mahlsdorf (10 anos ou mais de docência, Geografia), Cláudia Celeste (10 anos ou mais de docência, Pensamento Computacional e Sociologia) acrescentou que também promove o diálogo entre os(as) envolvidos(as), buscando sempre acolher a vítima da violência física ou psicológica. Para Lana Wachowski (10 anos ou mais de docência, Ensino Religioso, Projeto de Vida e Sociologia):

> É necessário identificar tais tensionamentos, buscar fundamentação teórica sobre o assunto e realizar uma transposição didática visando desmistificar, desnaturalizar e romper ações e intenções de preconceito, homofobia, transfobia, entre outros (Lana Wachowski, entrevista realizada em 05/02/2024).

A expressão ‘transposição didática’ (sic.) refere-se à própria abordagem do tema durante as aulas, para que a diversidade de gênero e sexualidade apareça não somente em uma aula específica, mas sempre que possível lembrar os(as) discentes de que existem pessoas cisgênero e não cisgênero na sociedade como, por exemplo, pessoas transexuais, bem como existem pessoas heterossexuais e

não heterossexuais como, por exemplo, transexuais heterossexuais ou transexuais não heterossexuais.

No âmbito das instituições estaduais paranaenses de ensino, Miss Major (10 anos ou mais de docência, Professora-Pedagoga) relatou que segue as orientações da SEEDPR (Paraná, 2023a) nos casos de desrespeito ao nome social, identidade de gênero e violência contra a diversidade sexual. Segundo Christine Jorgensen (10 anos ou mais de docência, Geografia):

> Eu demonstro para as pessoas envolvidas que o que elas acham que é brincadeira, na realidade é homofobia, transfobia, lesbofobia, etc. Vivemos em uma sociedade que certas brincadeiras foram naturalizadas e precisamos combater isso (Christine Jorgensen, entrevista realizada em 24/02/2024).

A análise do trecho da entrevista da Christine Jorgensen (10 anos ou mais de docência, Geografia), demonstra que ela se apresenta sensível as brincadeiras ofensivas que deixam de ser brincadeiras e passam a ser nominadas como formas de violência a diversidade de gênero e sexualidade como, por exemplo, a homofobia, a transfobia e a lesbofobia. Nesse sentido, também com o objetivo de abordar as relações de gêneros e sexualidades, Lili Elbe (03 anos de docência, Geografia e Projeto de Vida) compartilhou que possui o seguinte encaminhamento:

> Pego casos próximos à realidade da maior parte da turma para contextualizar, geralmente usando a violência de gênero contra as mulheres e depois apontando algo mais pontual, de forma sutil, como que no Brasil é o lugar que mais se matam pessoas da comunidade LGBTQIA[P]+ ou sobre o recorte que esta sendo discutido. Nas salas de aula em que estive, as turmas se interessaram pelas temáticas, não tive problemas em apresentar essas abordagens (Lili Elbe, entrevista realizada em 24/02/2024).

No caso de Marsha P. Johnson (01 ano de docência, Arte), ela possui uma outra estratégia para lidar com os tensionamentos na sala de aula. Nas palavras dela:

> Quando presencio alguma situação de violência de gênero, bem como assédio, *bullyng*, racismo, preconceito, discurso de ódio e outros temas, chamo os envolvidos e me posiciono em defesa da vítima intervindo na situação, falo sobre a constituição, código penal e consequências de tais ações, sobre o respeito que deve existir e que não aceitarei tal conduta, me disponibilizo para a vítima me procurar a qualquer momento em que eu esteja presente dentro do ambiente escolar se a situação voltar a ocorrer, advirto os agressores que tomarei as providências necessárias como convocar os pais, acionar a patrulha escolar e conselho tutelar caso

> insistam com tal comportamento, comunico a pedagoga sobre o ocorrido e a julgar a intensidade do evento registro no sistema do RCO [Registro de Classe Online] a ocorrência, em situações mais graves acompanho a vítima até a coordenação para apresentar a situação, após encaminho e acompanho os agressores para que seja realizado a advertência formal no livro de registros e notificação aos pais do ocorrido, bem como registro de ocorrência detalhado no sistema do RCO (Marsha P. Johnson, entrevista realizada em 05/02/2024).

O posicionamento relatado por Marsha P. Johnson (01 ano de docência, Arte) é um posicionamento mais incisivo, pois enquanto outros(as) profissionais optam por intermediar os tensionamentos com base no diálogo, Marsha P. Johnson também dialoga mas também toma atitudes que não foram relatadas pelas outras entrevistadas como, por exemplo, encaminhar a situação para o(a) Professor(a)-Pedagogo(a), indicar a possibilidade de acionar a Patrulha Escolar e lembrar o(a) agressor(a) de que existe a legislação para proteger a diversidade de gênero e sexualidade, bem como assegurar que a vítima tenha a sua identidade de gênero e sexualidade respeitada.

A análise realizada das entrevistas demonstrou como as abordagens são plurais, dinâmicas e orgânicas as realidades de cada sala de aula. Embora nem todas as pessoas entrevistadas relataram conhecer a legislação vigente que ampara essas abordagens em sala de aula, foi possível identificar que os(as) profissionais da educação possuem uma compreensão científica dos conceitos de gênero, identidade de gênero, sexualidade e transexualidade, que compõem as abordagens de gêneros e sexualidades nas turmas de Ensino Médio que possuem discentes transexuais matriculadas, no âmbito do município de Curitiba, Paraná.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a questão central desta pesquisa: ‘Como as relações de gêneros e sexualidades são compreendidas e abordadas por docentes que lecionam para turmas do Ensino Médio com discentes transexuais, na rede pública estadual em Curitiba, Paraná?’, foi possível realizar uma análise das compreensões e abordagens a partir da formação inicial e/ou continuada nas trajetórias acadêmicas e profissionais dos(as) docentes entrevistados(as), pois a qualificação científica intermedia o exercício da docência no Ensino Médio, bem como intermedia a compreensão dos conceitos científicos de gênero, identidade de gênero, sexualidade e transexualidade, impactando nas abordagens das relações de gêneros e sexualidades nas salas de aula com discentes transexuais matriculadas.

Nesse sentido, é importante reforçar que compreendeu-se que parte do conhecimento que cada profissional da educação possui sobre as políticas públicas que promovem a diversidade de gênero e sexualidade, bem como o que essas pessoas compreendem dos conceitos dos ‘Estudos de Gêneros e Sexualidades’, decorre da formação inicial e/ou continuada. Embora tenha sido percebido que alguns docentes experienciaram esses temas nas suas trajetórias acadêmicas e profissionais, é importante destacar que foram exceções os(as) docentes entrevistados(as) que indicaram possuir Pós-Graduação *lato sensu* na área dos ‘Estudos de Gêneros e Sexualidades’, pois a análise dos dados indicou que existe uma ausência das abordagens dos ‘Estudos de Gêneros e Sexualidades’ na formação inicial e/ou continuada de muitos(as) docentes.

Portanto, torna-se imperativo reconhecer que existe uma carência no investimento das políticas públicas na área da formação continuada dos(as) profissionais da educação, sobre cursos dos ‘Estudos de Gêneros e Sexualidades’, que precisa ocorrer com a intencionalidade de qualificar os(as) profissionais da educação para realizarem as abordagens adequadas das relações de gêneros e sexualidades no âmbito da educação básica, sobretudo durante o Ensino Médio que é a fase do desenvolvimento humano da adolescência bem sensível da vida humana, quando se desperta com intensidade as questões identitárias de gênero e sexualidade, em decorrência da puberdade e a manifestação dos desejos afetivos amorosos e sexuais.

No tocante as abordagens das relações de gêneros e sexualidades nas salas de aula, foi possível notar que a maioria das(os) profissionais entrevistadas(os) que lecionam para turmas do Ensino Médio com discentes transexuais matriculadas, conhecem a legislação vigente e respeitam o nome social, o que é um posicionamento essencial para assegurar a humanidade para as(os) discentes transexuais, pois o nome da pessoa é um elemento identitário muito importante e não pode ser desrespeitado. Os(as) profissionais entrevistados(as) também responderam conhecer os direitos humanos, o programa de inclusão social da população transexual no mercado de trabalho e o processo transexualizador. O conhecimento do corpo docente sobre essas políticas é extremamente relevante, pois reconhece o(a) discente transexual como portador(a) de direitos sociais em uma sociedade cisheteronormativa.

Além do reconhecimento do nome social, também foi possível refletir que o diálogo foi uma prática pedagógica que se demonstrou com frequência nas respostas das(os) profissionais entrevistadas(os), assegurando o direito de fala e questionamento para os(as) discentes, bem como percebeu-se a sensibilidade de parte das(os) profissionais entrevistadas(os) em ter contato com os 'Estudos de Gênero e Sexualidade'.

Desse modo, compreendendo que toda pesquisa é situada em um contexto histórico, geográfico, político e cultural, bem como considerando que a análise dos dados ocorreu com base nos dados que foram possíveis de serem acessados, em outras palavras, a análise dos dados ocorreu com base nas entrevistadas que foram cedidas pelas pessoas, foi possível refletir que os(as) profissionais que foram entrevistados(as) compuseram uma amostra que possui contato com os conceitos de gênero, identidade de gênero, sexualidade e transexualidade. Portanto, se os(as) entrevistados(as) que concederam entrevistas tivessem respondido de outra forma as perguntas, seguramente os resultados seriam diferentes. Refletindo sobre isso, percebi que com base na técnica de amostragem que foi adotada, a *Snowball*, a amostra desta pesquisa ocorreu com base na rede social de um grupo de profissionais que trabalharam voluntariamente em uma ONG de Curitiba voltada para a população transexual. Assim, foram grandes as possibilidades dessas pessoas conhecerem os conceitos dos 'Estudos de Gêneros e Sexualidades' e conhecerem outros(as) profissionais da educação que também conhecem esses conceitos, ratificando o potencial de pesquisa com a metodologia desenhada no

projeto de pesquisa, pois as pesquisas científicas que obtém êxito, ocorrem em um contexto frutífero com elevado potencial de ser realizada, caso contrário, a coleta de dados pode não ocorrer devido a rejeição dos potenciais entrevistados(as) em aceitar participar da pesquisa, o que não foi o ocorrido nesta pesquisa, pois a maioria das pessoas convidadas a responderem o questionário, aceitaram participar desta investigação científica.

Destarte, também foi possível perceber que com o uso da técnica da amostragem *Snowball*, foi possível atingir uma amostra de profissionais da educação das Ciências Humanas, Biológicas e Linguagens, sendo notada a ausência de profissionais das Ciências Exatas. Se por um lado a amostragem obtida foi concebida pelo encaminhamento metodológico adotado, por outro lado a ausência desses(as) profissionais ocorreu porque nenhum(a) docente de Ciências Exatas aceitou participar desta pesquisa. Logo, como toda pesquisa é situada no tempo e espaço, mediante os recursos disponíveis e pessoas que aceitam participar da pesquisa, esta investigação científica não contou com profissionais da educação das áreas das Ciências Exatas.

Para finalizar, estima-se ainda que os resultados obtidos nesta pesquisa possam contribuir com os ‘Estudos de Gêneros e Sexualidades’, sobretudo com as pesquisas que investem em formação continuada, reforçando a relevância científica e cultural de se investir em cursos sobre gênero e sexualidades na educação para docentes da educação básica.

REFERÊNCIAS

ACORDA RAIMUNDO, ACORDA! Direção Alfredo Alves. 22 min. 1990. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=snLsvVfF9X8 > Acesso em: 13/03/2024.

ALEGRIA, Paula. "Vai ter viado se beijando, sim!": gênero, sexualidade e juventude entre alunos do movimento estudantil secundsarista de uma escola pública federal do Rio de Janeiro. **Teoria e Cultura**, v. 13, n. 01, p. 36-50, 2018. DOI: https://doi.org/10.34019/2318-101X.2018.v13.12395

ALEXANDRE, Bruno do Prado; SALGADO, Raquel Gonçalves. Memórias de infância na escola pelo avesso do tracejado das normativas de gênero, sexualidade e desenvolvimento. **Série-estudos**, v. 20, n. 52, p.31-47, 2019. DOI: https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v20i52.1344

ALMEIDA, Kaciane Daniella de. **Não se abre à força um botão de rosa, e sobretudo, com as mãos sujas**: agruras da educação sexual no ambiente escolar e os desafios atuais frente à ideologia de gênero. 150 f. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2018.

ALMEIDA, Maria da Conceição Chagas de; AQUINO, Estela Maria Leão de; GAFFIKIN, Lynne; ROBERT J; Magnani. Uso de contracepção por adolescentes de escolas públicas na Bahia. **Revista de Saúde Pública**, v.37, n. 05, p.566-575, 2003. DOI: https://doi.org/10.1590/S0034-89102003000500004

ALTMANN, Helena. Educação sexual e primeira relação sexual: entre perspectivas e prescrições. **Estudos feministas**, v. 15, n. 02, p.333-356, 2007. https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000200004

ALTMANN, Helena. Orientação sexual em uma escola: recortes de corpos e de gênero. **Cadernos Pagu**, v. 21, p.281-315, 2003. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-83332003000200012

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Estudos feministas**, v. 09, n. 02, p.575-585, 2001. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200014

ALVARADO-PRADA, Luis Eduardo; FREITAS, Thaís Campos; FREITAS, Cinara Aline. Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba/PR, v. 10, n. 30, p. 367-387, maio/ago. 2010.

AMARO, Ivan. Para discutir (ainda mais) gênero e sexualidade na escola: políticas e práticas de resistências. **Periferia**, v. 09, n. 02, p . 5-15, jul./dez. 2017. DOI: https://doi.org/10.12957/periferia.2017.31277

ANTUNES, Maria Cristina; PERES, Camila Alves; PAIVA, Vera; STALL, Ron; HEARST, Norman. Diferenças na prevenção da Aids entre homens e mulheres jovens de escolas públicas em São Paulo, SP. **Revista de Saúde Pública**, v. 36, n. 04, p. 88-95, 2002. DOI: https://doi.org/10.1590/S0034-89102002000500013

ARAUJO, Denise Bastos de. **Olhares e vozes da escola**: elementos para a formação de políticas públicas para o respeito a diversidade sexual e de gênero. 196 f. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade), Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2016.

ARAÚJO, Denise Bastos de. Outras falas sobre gênero e sexualidade na escola. **Revista Periódicus**, v.01, n. 02, p.01-09, 2014. DOI: https://doi.org/10.9771/peri.v1i2.12874

ARAÚJO, Rubenilson Pereira de. **Gênero, diversidade sexual e currículo**: um estudo de caso de práticas discursivas e de (não) subjetivação no ambiente Escolar. 151 f. Dissertação (Mestrado em Letras: ensino de Língua e Literatura), Universidade Federal do Tocantins, Araguaína/TO, 2011.

ARREGUY, Agnes Vasconcelos. **Gênero e sexualidade na educação física escolar**: discussões presentes nas produções científicas do período de 2015 a 2019. 76 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana/MG, 2021.

ÁVILA, Dina Maria Vital. **Escola, gênero e sexualidade**: olhares que precisam se encontrar. **Diversitas Journal**, v. 06, n. 01, p.926-944, 2021. DOI: https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v6i1-1548

BARBOSA, Luana Pires. **Gênero e Sexualidade em uma escola pública do município de São Paulo**: entre desafios, dificuldades e motivações. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** 1ª edição. São Paulo: Edições 70, [1977] 2016.

BARROS, Suzana da Conceição de. **Corpos, gêneros e sexualidades**: um estudo com as equipes pedagógica e diretiva das escolas da região sul do RS. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde), Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande/RS, 2010.

BARROSO, Ramon Roberto de Jesus; SILVA, Lana Claudia Macedo da. Gênero e sexualidade na educação brasileira em tempos de movimento Escola Sem Partido. **Diversidade e Educação**, v. 08, n. 01, p.427-451, 2020.

BARROSO, Tânia Silva Neumann; BELLI, Jurema Iara Reis. Questões de gênero e sexualidade em xeque e famílias em choque. O que a Escola tem a Ver com Isso? **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v. 17, n. 01, p.97-103, 2016. DOI: https://doi.org/10.17921/2447-8733.2016v17n1p97-103

BARZANO, Marco; OLIVEIRA, Vanessa. Corpo, gênero e sexualidade no currículo das Escolas Família Agrícola: um olhar sobre escolas baianas. **Revista Entreideias**, v. 04, n. 02, p. 65-81, 2015. DOI: https://doi.org/10.9771/2317-1219rf.v4i2.10158

BASTOS, Felipe. **Somos pessoas como as outras**: preconceito contra a diversidade sexual e de gênero e variações no clima escolar. 240 f. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2020.

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. 2023. Disponível em: < https://bdtd.ibict.br/vufind/ > Acesso em: 06/07/2023.

BELARMINO, Natália Machado. **Os Cadernos Escolares que "Falam"**: Artefato de Subjetivação de Gênero e Sexualidade. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, 2015.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA Sayonara Naider Bonfim. Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais, no Brasil, em 2018. 2019. Disponível em: < https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf > Acesso em: 13/03/2024.

BENTO, Berenice Alves de Melo. Cuerpo, performance y género en la experiencia transexual. **Anuario de Hojas de Warmi**, Barcelona, v. 13, p. 69-93, 2002.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade?** São Paulo/SP: Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **Transviad@s**: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador/BA: EDUFBA, 2017.

BINS, Gabriela Nobre; MEIRELLES, Helena. O que pode um corpo? Discutindo gênero, sexualidade e questões étnico-raciais através do corpo em uma Escola Municipal de Porto Alegre. **Revista Diversidade & Educação**, v. 04, n. 07, p.44-47, 2016.

BITTENCOURT, Rosania Maria Silvano. Relações de gênero e sexualidade na infância: a escola como espaço de (des)construção das diferenças. **Roteiro**, Joaçaba/SC, v. 01, p. 145-164, 2014.

BLANKENHEIM, Thaís; RAMOS, Natacha Fuhr; PIZZINATO, Adolfo; COSTA, Angelo Brandelli. A escola de educação infantil rumo a formação em sexualidade e gênero: explorando as motivações de profissionais do Rio Grande do Sul. **Diversidade e Educação**, v. 08, n. 02, p.527-544, 2021. DOI: https://doi.org/10.14295/de.v8i2.11603

BORGES, Rafaela Oliveira; BORGES, Zulmira Newlands. Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p. 01-23, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230039

BORGES, Zulmira Newlands; MEYER, Dagmar Estermann. Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. **Ensaio**: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v.16, n. 58, p.59-76, 2008. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-40362008000100005

BRAGA, Ramon de Oliveira Bieco. **A Geografia da Saúde na Geografia Escolar do Ensino Médio, no contexto dos colégios estaduais de Curitiba/PR**: uma análise crítica. 133 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2015.

BRAGA, Ramon de Oliveira Bieco. **Espaço e as práticas do cuidado de si, na relação saúde/doença do corpo das travestis e mulheres transexuais em Curitiba e Ponta Grossa, Paraná**. 438 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa/PR, 2020.

BRAGA, Ramon de Oliveira Bieco. **Gêneros e sexualidades no ensino de Geografia**: uma análise do currículo prescritivo do Novo Ensino Médio no Paraná. 75 f. Monografia (Graduação em Pedagogia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2022.

BRAGA, Ramon de Oliveira Bieco; BENATO, Ana Paula. Diálogos sobre a saúde e o corpo das travestis e transexuais nas três primeiras edições do Seminário Internacional Desfazendo Gênero. In: **Anais do IV Simpósio Internacional Desfazendo Gênero**: corpos dissidentes, corpos resistentes: do caos à lama. Recife/PE: Realize, 2019. p. 01-10.

BRAGA, Ramon de Oliveira Bieco; BENATO, Ana Paula. Saúde e doença do corpo das travestis e mulheres transexuais: análise das dissertações e teses brasileiras nas ciências da saúde entre 1992-2019. **Revista Periódicus**, v. 01, p. 372-352, 2021. DOI: https://doi.org/10.9771/peri.v1i16.33372

BRAGA, Ramon de Oliveira Bieco; MURATORI, Ana Maria; DUTRA, Denecir de Almeida. Docência em Geografia da Saúde no Ensino Médio dos Colégios Estaduais de Curitiba/PR: Características, Análise e Proposições. **Revista Brasileira de Educação em Geografia,** v. 08, p. 312-323, 2018.

BRAGA, Ramon de Oliveira Bieco; ORNAT, Marcio José. Relações entre saúde e doença nas espacialidades discursivas das mulheres trans e travestis em Ponta Grossa, Paraná. **Terr@ Plural** (UEPG. ONLINE), v. 13, p. 189-207, 2019. DOI: http://dx.doi.org/10.5212/TerraPlural.v.13i1.0012

BRAGA, Ramon de Oliveira Bieco; ORNAT, Marcio José. Práticas do cuidado de si na prevenção das IST realizadas por travestis e mulheres transexuais, em Curitiba e Ponta Grossa, Paraná. **Hygeia**. Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, v. 17, p. 23-33, 2022. DOI: https://doi.org/10.14393/Hygeia64019

BRASIL. CNE – Conselho Nacional de Educação. Parecer n. 14. 2017. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=72921-pcp014-17-pdf&category_slug=setembro-2017-pdf&Itemid=30192 > Acesso em: 13/03/2024.

BRASIL. CNE – Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 01. 2018. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=81001-rcp001-18-pdf&category_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192 > Acesso em: 13/03/2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html > Acesso em: 13/03/2024.

BRASIL. Decreto n. 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. 2009. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm > Acesso em: 16/03/2024.

BRASIL. Lei n. 12.852, de 05 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. 2013. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm > Acesso em: 13/03/2024.

BRASIL. Lei n. 7.716, de 05 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. 1989. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm > Acesso em: 13/03/2024.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm > Acesso em: 17/10/2022.

BRASIL. MEC – Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Temas Transversais: Orientação Sexual. Brasília/DF: MEC/ SEF, 1998.

BRASIL. Portaria n. 457, de 19 de agosto de 2008. Diretrizes Nacionais para o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde – SUS. 2008. Disponível

em: < https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html > Acesso em: 16/03/2024.

BRUNETO, Eliane Salete. Do discurso a prática: a condição da mulher e as questões de gênero e sexualidade nas escolas do município de Getúlio Vargas/RS. **Mosaico**, Rio de Janeiro/RJ, v.12, n. 19, p.207-218, 2020.

BUTLER, Judith. Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2ª edição. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2000. p.151-166.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 11ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CAFe – Comunidade Acadêmica Federada. 2023. Disponível em: < https://www-periodicos-capes-gov-br.ez22.periodicos.capes.gov.br/index.php? > Acesso em: 06/07/2023.

CARDOSO, Helma de Melo. Gênero, Sexualidade e Escola: contribuições da teorização de Foucault. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 11, n. 01, p.319-332, 2019. DOI: https://doi.org/10.20952/revtee.v11i01.9652

CARNIEL, Alexandra; PONTE, Lucas; LONGO, Silvia; LINDO, Paula Vanessa de Faria. As relações de espaço, gênero e poder na construção de uma educação geográfica: relato de experiência nos anos finais do ensino fundamental. **Anais do II Seminário Institucional PIBID/UNISINOS, II PIBID/SUL e II Encontro das Licenciaturas da região sul**: Práticas de Iniciação à Docência na Região Sul: enfoques, avaliação e perspectivas. São Leopoldo/RS, 2017. p. 01-05.

CARRIAS, Eleazar Venancio. Currículo, identidade e relações de gênero. **#Tear**: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia, Canoas/RS, v. 02, n. 01, p. 01-11, 2013.

CARVALHO, Alysson Massote; RODRIGUES, Cristiano Santos; MEDRADO, Kelma Soares. Oficinas em sexualidade humana com adolescentes. **Estudos de Psicologia**, Natal/RN, v. 10, n. 03, p. 377-384, 2005. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-294X2005000300006

CARVALHO, Fabiana. Quando a exceção se torna regra totalitária: o cruzamento do movimento escola sem partido com a persecução aos estudos de gênero e à educação para as sexualidades. **Revista Educação e Linguagens**, v. 09, n. 17, p.154-179, 2020. DOI: https://doi.org/10.33871/22386084.2020.9.17.154-179

CARVALHO, Rodrigo Saballa de; GUIZZO, Bianca Salazar. Políticas Curriculares de Educação Infantil: um olhar para as interfaces entre gênero, sexualidade e escola. **Revista da FAEEBA**, v. 25, n. 45, p. 191-201, 2016. DOI: https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.v25.n45

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Marcas de gênero na escola - sexualidade, violência e discriminações: representações de alunos e professores. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v.14, n. 02, p. 237-238, 2020. DOI: https://doi.org/10.35919/rbsh.v14i2.567

CASTRO, Roney Polato de; COURA, Ana Carolina Mercês. Em tempos de conservadorismo: pensar relações entre o “Escola Sem Partido” e as questões de gênero e sexualidade nas escolas. **Horizontes**, Bragança Paulista/SP, v. 40, n. 01, 2022. DOI: https://doi.org/10.24933/horizontes.v40i1.1320

CASTRO, Roney Polato de; SILVA, Michele Gomes da. Relações de gênero, sexualidades e militarização das escolas públicas: disciplina, vigilância e silenciamento. **Instrumento**, v. 23, n. 02, p.258-277, 2021. DOI: https://doi.org/10.34019/1984-5499.2021.v23.33355

CATHARINO, Tania Ribeiro. Gênero e sexualidade no espaço escolar - uma proposta de educação e saúde. **Revista Ártemis**, João Pessoa/PB, v. 05, 2006.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Gênero e sexualidade na escola: notas para uma 'epistemologia'. **Educar em Revista**, v. 35, p. 37-51, 2009. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-40602009000300004

CÓLIS, Eduardo Benedito; SOUZA, Leonardo Lemos de. Infâncias, Gênero e Sexualidades: Uma investigação-intervenção com professores de Educação Infantil. **Revista Latinoamericana de Educación Inclusiva**, v. 14, n. 01, p. 53-68, 2020. DOI: http://dx.doi.org/10.4067/S0718-73782020000100053

COMISSO, Raphaela Secco. **Verdade e normalidade nos discursos sobre sexualidade e gênero na escola**. 264 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais), Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2018.

COSTA, Benhur Pinós da. A escola como espaço: identidades de gêneros e sexualidades e suas hierarquias. **Revista da Anpege**, v. 12, n. 19, p.204-225, 2016. DOI: https://doi.org/10.5418/RA2016.1219.0009

COSTA, Hugo Heleno Camilo; RODRIGUES, Phelipe Florez; STRIBEL, Guilherme Pereira. Teoria curricular e Geografia: convites à reflexão sobre a BNCC. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas/SP, v. 09, n. 17, p. 86-108, jan./jun., 2019. DOI: https://doi.org/10.46789/edugeo.v9i17.578

COSTA, Regina Rodrigues; SILVA, Ainda Monteiro. Abordagens de gênero e sexualidade: um contraponto ao Escola Sem Partido. **Retratos da escola**, v.13, n. 26, p.499, 2019. DOI: https://doi.org/10.22420/rde.v13i26.936

COURA, Ana Carolina Mercês. **Pensando gênero, sexualidade e juventude em tempos de "escola sem partido"**. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal Juiz de Fora, Juiz de Fora/MG, 2019.

COUTO, Luan Felipe Alves; DRESCH, Jaime Farias; GRAUPE, Mareli Eliane. Gênero, sexualidades e educação: discussão e análise dos projetos de lei do programa "Escola Sem Partido". **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 15, n. 04, p.997-1020, 2020. DOI: http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2020v15n4p997-1020

CUSTÓDIO, Diane Ângela Cunha. **Corporeidade, gênero e diversidade sexual na escola sob a perspectiva docente**. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia/GO, 2020.

DANNER, Fernando; DANNER, Leno Francisco. **Ensino de Filosofia, gênero e diversidade**: pensando o Ensino de Filosofia na escola. Porto Alegre/RS: Editora Fi, 2014.

DANTAS, Monica Lucia Gomes. **Mediações sobre gênero, sexualidade e violências**: caminho metodológico para a elaboração de uma proposta de curso EaD no âmbito do Programa Saúde na Escola para o Plano Brasil sem Miséria. 215 f. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Saúde), Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro/RJ, 2018.

DUARTE, Gustavo de Oliveira; CASTRO, Felipe Barroso de Castro; NASCIMENTO, Thaiane Bonaldo do. Gênero, sexualidade e formação em Educação Física: percepções de professores e alunos em um projeto na escola. **Educación Física y Ciencia**, v. 23, n. 01, p. 01-11, 2021. DOI: https://doi.org/10.24215/23142561e161

DUARTE, Maria Leuca Teixeira. **Escola**: lugar político da diversidade sexual e de gênero. 231 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2015.

DUQUE, Tiago. O sexo-currículo de Lourival na era digital. In: RODRIGUES, Alexsandro; CAETANO, Marcio; SOARES, Maria da Conceição Silva. (Org.). **Queer(i)zando currículos e educação**: narrativas do encontro. Salvador/BA: Devires, 2020. p. 93-108.

DURGANTE, Flavia Rubiane. **A produção do espaço escolar pelos discursos de um grupo de docentes sobre as relações de gênero e sexualidade em Chapecó, Santa Catarina**. 206 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2018.

ESCOUTO, Claudia Maliszewski. **A Geografia já saiu do armário?** diálogos sobre gênero, sexualidades e escola. 111 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2019.

ESCOUTO, Cláudia Maliszewski; TONINI, Ivaine Maria. Gênero e sexualidade: onde estão essas questões no currículo da licenciatura em Geografia da UFRGS? **ParaOnde!?**, Porto Alegre/RS, v. 10, n. 02, p. 186-190, 2018. DOI: https://doi.org/10.22456/1982-0003.85858

FABRÍCIO, Branca Falabella; MOITA-LOPES, Luiz Paulo. Hibridismo TV-escola em práticas de letramento como lógica possível: contraste de vozes na produção de trans-experiências de gênero e sexualidade. **Cadernos de linguagem e sociedade**, v.16, n. 02, p.12-32, 2015. DOI: https://doi.org/10.26512/les.v16i2.7476

FARIA, Ruan Pinheiro do Nascimento. **Concepções de gênero e sexualidade no ensino de geografia em escolas públicas de Goiânia, Goiás**. 137 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Goiânia/GO, 2018.

FERNANDES, Aleksandra Nogueira de; FREITAS, Eliemary Aparecida Cordeiro de; ESTEVÃO, Ady Canário de Souza; FERNANDES, Stenio de Brito. Relações de gênero e sexualidade na escola: uma análise discurssiva em narrativas de professoras. **Diversidade e Educação**, v. 08, n. 02, p.558-575, 2021. DOI: https://doi.org/10.14295/de.v8i2.12052

FERNANDES, Robson Ferreira. Gênero, Sexualidade e Ensino de História sob ataques a falácia da "ideologia de gênero" em espaços democráticos. **Fronteiras**: Revista Catarinense de História, n. 40, p. 337-352, 2022. DOI: https://doi.org/10.36661/2238-9717.2022n40.12763

FERRARI, Anderson; GOMES, Claudete Imaculada de Souza Gomes; BERTO, Cláudio Magno Gomes. "Trabalho gênero e sexualidade quando o assunto chega nas minhas aulas": a escola nas discussões de gênero e sexualidades a partir da demanda dos/as alunos/as. **La Salle**, Canoas/RS, v. 24, n. 03, p.19-31, 2019. DOI: http://dx.doi.org/10.18316/recc.v24i3.5442

FERREIRA, Lana de Cássia; LINEIRO, Suelen Colaço. **Diversidade de gêneros e sexualidades em questão**: diagnóstico do conhecimento dos docentes de ensino fundamental em Ponta Grossa. 41 f. Monografia (Graduação em Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa/PR, 2018.

FERREIRA, Petronio Alves. **Coreografias juvenis**: gêneros e sexualidades na cena escolar. 215 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Docência Instituição de Ensino), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2019.

FIGUEIREDO, Roniel Santos; SOUZA, Marcos Lopes de; BARBOSA, Ana Angélica Leal. Gênero e sexualidade na escola: uma experiência com o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docêmncia (PIBID). **Revista da SBEnBIO**, v. 12, n. 02, p.168-187, 2019. DOI: https://doi.org/10.46667/renbio.v12i2.250

FONSECA, Murilo Noli da; NAZÁRIO, Daiane. A abordagem de gênero e sexualidade por docentes de Geografia na educação básica em Curitiba (Paraná). **Revista de Geografia**, Recife/PE, v. 38, n. 03, p. 501-514, 2021. DOI: https://doi.org/10.51359/2238-6211.2021.250983

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro/RJ: Graal, 1988.

FREIRE, Eleta de Carvalho. Relações entre gêneros na teorização curricular tradicional, crítica e pós-crítica. **Roteiro**, Joaçaba/SC, v. 44, n. 02, p. 01-26, maio/ago. 2019. DOI: https://doi.org/10.18593/r.v44i2.16505

FURLANI, Jimena. Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da Educação Sexual. **Educação em Revista**, v. 46, p.269-285, 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-46982007000200011

GALLO, Silvio Donizetti de Oliveira. Em torno de uma educação menor. **Educação & Realidade**, v. 27, n. 2, p. 169-178, 2002.

GARCIA, Osmar Arruda. **Marcas da experiência na formação docente em gênero e diversidade sexual**: um olhar sobre o curso "Gênero e diversidade na escola" (GDE). 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2015.

GGB – Grupo Gay da Bahia. **Relatório Anual das mortes violentas LGBT+ no Brasil**: relatório 2021. 2022. Disponível em: < https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/03/mortes-violentas-de-lgbt-2021-versao-final.pdf > Acesso em: 13/03/2024.

GIROTTO, Eduardo Donizeti. Pode a política pública mentir? A Base Nacional Comum Curricular e a disputa da qualidade educacional. **Educ. Soc.**, Campinas/SP, v. 40, p. 01-21, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019207906

GOULART, Rafael Rangel. Currículo: uma questão de sexo e sexualidade? **Cadernos de História**, v. 01, p. 01-10, 2012.

GREGORIO, Maria de Fátima Di; SILVA, Karine Nascimento. Gênero e sexualidade no lócus família/escola: incursões deflagradas a não heterossexualidade e os desafios para a cidadania reconhecida. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 07, n. 12, p.79-90, 2014. DOI: https://doi.org/10.20952/revtee.v0i0.2954

GUERRA, Judite. **Dos "segredos sagrados"**: gênero e sexualidade no cotidiano de uma escola infantil. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2005.

GUIDETTI, Natália Goldschidt; CARVALHO, Maria Bernadete Sarti da Silva. A Geografia discutindo gênero e sexualidade na escola: experiência em uma unidade da rede pública de ensino paulista. **Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**, Vitória/ES, 2014. p. 01-08.

GUIMARÃES, Iara Vieira. Ensinar e aprender Geografia na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Ensino Em Re-Vista**, Uberlândia/MG, v.25, n. Especial, p. 1036-1055, 2018. DOI: https://doi.org/10.14393/ER-v25n3e2018-11

GUIZZO, Bianca Salazar. Identidades de gênero masculinas na infância e as regulações produzidas na educação infantil. **Revista Ártemis**, João Pessoa/PB, v. 06, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12ª edição. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro/RJ: Lamparina, 2019.

HOJE NÃO QUERO VOLTAR SOZINHO. Direção Daniel Ribeiro. 96 min. 2014. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=FKQSSfJZQ4o > Acesso em: 13/03/2024.

JACOB, Maria Julieta Correia. **"Somos todos e todas diferentes numa sociedade de iguais"**: um estado de caso sobre práticas pedagógicas de gênero e sexualidade em uma escola pública de Pernambuco. 159 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos), Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, 2017.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Cronos**, v. 11, n. 02, p. 08-19, 2010.

JESUS, Railda Maria Bispo de. Revisando concepções: as interfaces entre gênero, sexualidade e a escola. **Revista Temas em Educação**: RTM, João Pessoa/PB, v. 20/21, n. 01/02, p. 48-66, 2011.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A 'ideologia de gênero' existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In: CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie** - por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo/SP: Boitempo, 2019. p. 135-140.

LEONARDO, Rafaela Cotta. **Gênero e sexualidade em disputa no cotidiano escolar**: tecendo problematizações com docentes da educação básica e pública do

município do Rio de Janeiro e do município de Nova Iguaçu. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2018.

LIMA, Cláudia Araújo de. Gênero e sexualidade na escola em tempos de globalização: perspectivas e culturas adolescentes no Pantanal de Mato Grosso do Sul. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 15, n. 03, p.2490-2503, 2020. DOI: https://doi.org/10.21723/riaee.v15iesp3.14453

LIMA, Eduardo; FERREIRA, Ewerton da Silva; QUADRADO, Jaqueline Carvalho; SANTOS, Tiara Cristina Pimentel dos. Gênero, sexualidade e currículo: problematizando a permanência de alunos LGBTTIQ na escola. **RELACult**, v. 05, n. 04, 2019. DOI: https://doi.org/10.23899/relacult.v5i4.1314

LIMOEIRO, Beatrice Cavalcante. Gênero e sexualidade como temas da Sociologia Escolar: uma comparação entre livros didáticos (PNLD 2012 e 2015). **Revista Perspectiva Sociológica**, n. 19, p. 53-65, 2017. DOI: http://dx.doi.org/10.33025/rps.v0i19.1175

LIRA, Alline Lemos. **Gênero no ensino de Geografia em escolas estaduais do Tocantins**. 84 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional/TO, 2019.

LOURENÇO, Silmara Silveira. **Sexualidade e gênero segundo educadoras de ciências e biologia**: limites, resistências e possibilidades da educação sexual na escola. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba/SP, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. São Paulo/SP: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 2ª edição. Belo Horizonte/MG: Autêntica, [2004] 2016.

LUZ, Luiz Otavio Ferreira da. **Os saberes docentes sobre gêneros e sexualidades presentes nas práticas das professoras de uma escola de educação infantil**. 154 f. Dissertação (Mestrado em Processos Formativos e Desigualdades Sociais), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo/RJ, 2016.

MACEDO, Renata Guedes Mourão; TOLEDO, Gabriel Delatin de; SILVA, Vivian Batista da. Memórias do debate sobre gênero e sexualidades da Escola de Aplicação da FEUSP (1990-2020). **Fronteiras**, Florianópolis/SC, v. 01, n. 38, p.243-258, 2021. DOI: https://doi.org/10.29327/253484.1.38-14

MADUREIRA, Ana Flávia A. Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 03, p.577-591, 2015. DOI: http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-05

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral. **Gênero, sexualidade e diversidade na escola**: a construção de uma cultura democrática. 429 f. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2007.

MAIO, Eliane Rose; OLIVEIRA, Márcio; PEIXOTO, Reginaldo. Formação em gênero e educação para a sexualidade: considerações acerca do papel da escola. **Revista NUPEM**, v.10, n. 20, p.51-62, 2018. DOI: https://doi.org/10.33871/nupem.v10i20.353

MENESES, Roberta Caldas Domingues de. **Entre muros da escola**: posicionamentos de estudantes sobre sexualidade e gênero. 102 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), Pontifícia Universidade Católica do Pernambuco, Recife/PE, 2015.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte/MG: Autêntica Editora, 2012.

MORAIS, Jacqueline de Fatima dos Santos; BAIÃO, Jonê Carla; FREITAS, Claudia Jorge de. Questões de gênero e sexualidade na escola: narrativas docentes. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 13, n. 32, p. 01-15, 2020. DOI: https://doi.org/10.20952/revtee.v13i32.11565

MOREIRA, Carlos André Gayer. **Espaço escolar, geografia e homofobia**: um diálogo entre educação, gênero e diversidade sexual. 97 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS, 2016.

MOREIRA, Carlos André Gayer; DIAS, Liz Cristiane. Livros didáticos de Geografia e homofobia: uma possibilidade de análise sobre o ensino e diversidade sexual. **Anais XI Encontro Nacional da ANPEGE**: a diversidade da Geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação. 2015. p. 3.879-3.890.

MORESCO, Marcielly Cristina. **Primavera secundarista feminista**: corporalidades, gêneros e sexualidades dissidentes nas ocupações escolares do Paraná (2016/2). 221 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2020.

MOTA, Mauro Palmeira; DUQUE, Tiago. Corpo e questões de gênero e sexualidade nas atividades circenses em uma escola de Corumbá-MS, Brasil. **Educação on-line**, v.13, n. 28, p.39-59, 2018. DOI: https://doi.org/10.36556/eol.v13i28.395

MULLER, Márcia Beatriz Cerutti. **Surdez, gênero e sexualidade**: um estudo sobre o imaginário social em uma escola de ensino fundamental bilíngue no Sul do Brasil. 182 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade La Salle, Canoas/RS, 2017.

NABHAN, Natália; FARIAS, Alice Martins de; MOREIRA, Cainã Crepaldi; JOSÉ, Gabriela Ribeiro de São; MELO, Mariane Vilas-Boas; NASCIMENTO, Rafael Silva Rocha do; SANTOS, Willian da Silva. Geografia, sexualidade e gênero: desafios da formação discente e docente. Relatos das intervenções do coletivo indaca no município de Ourinhos – SP. **Anais do VII Encontro Nacional de Ensino de Geografia**: Fala professor (qual) é o fim do ensino de Geografia? Catalão/GO, 2015. p. 01-08.

NASCIMENTO, Márcio Alessandro Neman do. Quando as sexualidades e os gêneros se encontram no âmbito educacional: relato de intervenção com professores de escolas públicas do município de Londrina-PR. **Revista brasileira de**

sexualidade humana, v. 22, n. 02, p. 115-123, 2020. DOI: https://doi.org/10.35919/rbsh.v22i2.227

NOGUEIRA, Conceição; SAAVEDRA, Luisa; COSTA, Cecília. (In)visibilidade do gênero na sexualidade juvenil: propostas para uma nova concepção sobre a educação sexual e a prevenção de comportamentos sexuais de risco. **Proposições**, v.19, n. 02, p.59-79, 2008. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-73072008000200006

NOGUEIRA, Keysy S. C.; ORLANDI, Renata; CERQUEIRA, Bruno R. S. Estado da arte: gênero e sexualidade no contexto do Ensino de Química. **Química nova na escola**, v. 43, n. 03, p. 01-11, 2021.

NUNES, Maria Dolores de Figueiredo. **Relações de gênero e sexualidade no cotidiano escolar**: concepções de duas professoras do ensino fundamental. 221 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2002.

NUNES, Priscila Spindler Corrêa. **Gênero e sexualidade nas aulas de História**: composições para um currículo antinormativo. 183 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2020.

OLIVEIRA, Aurenéa Maria de; MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves de; SILVA, Maria Amanda Micaely Pinheiro da. Questões de gênero, sexualidade e laicidade no ensino público tendo como eixo de debate a disciplina de Ensino Religioso em escolas de Recife. **Educação temática digital**, v. 20, n. 04, p.864-886, 2018. DOI: https://doi.org/10.20396/etd.v20i4.8647418

OLIVEIRA, Cleide Pereira. Sexualidade em casa, na escola e na vida. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 05, n. 02, p.73-82, 2014. DOI: 10.5212/Rlagg.v.5.i2.0008

OLIVEIRA, Cristiano José de. **Escola religiosa e produções de subjetividades**: relações de gênero e sexualidade em um currículo escolar. 140 f. Dissertação

(Mestrado em Educação), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2016.

OLIVEIRA, Lohan Galvão de; ALMEIDA NETO, Joel; THIENGO, Edmar Reis. **Gênero, sexualidade e currículo oculto em disputa**: reflexões sobre a denúncia sofrida pelo NGS do Ifes - Vitória. Retratos da Escola, v. 15, n. 32, p.599-616, 2021. DOI: https://doi.org/10.22420/rde.v15i32.1202

OLIVEIRA, Melissa Barbieri; GROSSI, Miriam Pillar. A invenção das categorias travesti e transexual no discurso científico. **Estudos Feministas**, Florianópolis/SC, n.22, v.02, p. 687-702, 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000200025

OLIVEIRA, Pedro Mendonça de; AQUILANTE, Aline Guerra; MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio; SAMPAIO, Sueli Fátima. Gênero, sexualidade e educação médica: vivências em uma escola federal que utiliza metodologias ativas de aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 45, n. 04, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/1981-5271v45.4-20200219

OLIVEIRA, Rosana Medeiros de. **Gênero e sexualidade na TV Escola**: cartografias de um currículo. 278 f. Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2011.

PARAÍSO, Marlucy Alves. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. **Currículo sem Fronteiras**, v. 16, n. 03, p. 388-415, set./dez. 2016.

PARANÁ. SEEDPR – Secretaria de Estado de Educação do Paraná. Currículo para o Ensino Médio da Rede Estadual do Paraná. 2022. Disponível em: < https://professor.escoladigital.pr.gov.br/sites/professores/arquivos_restritos/files/documento/2021-12/ensino_medio_curriculo_geral.pdf > Acesso em: 13/03/2024.

PARANÁ. SEEDPR – Secretaria de Estado de Educação do Paraná. Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual da Secretaria de Estado de Educação do Paraná. Curitiba/PR: SEEDPR, 2010. Disponível em: <

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/dce_diversidade.pdf > Acesso em: 13/03/2024.

PARANÁ. SEEDPR – Secretaria de Estado de Educação do Paraná. Guia de orientação às equipes diretivas e pedagógicas dos protocolos de situações de violência intra e extraescolar. 2023a. Disponível em: < https://professor.escoladigital.pr.gov.br/sites/professores/arquivos_restritos/files/documento/2022-10/guia_orientacao_protocolo_situacao_violencia.pdf > Acesso em: 13/03/2024.

PARANÁ. SEEDPR – Secretaria de Estado de Educação do Paraná. Instrução Normativa Conjunta n. 008. Dispõe sobre a Matriz Curricular do novo modelo de oferta para o Ensino Médio na rede pública estadual de ensino do Paraná a partir do ano letivo de 2022. 2021a. Disponível em: < https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-01/instrucao_normativa_conjunta_0082021_deducdpgeseed_retificada.pdf > Acesso em: 03/03/2024.

PARANÁ. SEEDPR – Secretaria de Estado de Educação do Paraná. Lei Complementar n. 103, 15 de Março de 2004. Institui e dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná e adota outras providências. 2004. Disponível em: < https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=7470&codItemAto=63745 > Acesso em: 03/03/2024.

PARANÁ. SEEDPR – Secretaria de Estado de Educação do Paraná. Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná 2021. 2021b. Disponível em: < https://professor.escoladigital.pr.gov.br/sites/professores/arquivos_restritos/files/documento/2022-02/ensino_medio_referencial_curricular_vol1_vf.pdf > Acesso em: 13/03/2024.

PARANÁ. SEEDPR – Secretaria de Estado de Educação do Paraná. Resolução n. 8.633. Regulamenta a distribuição de aulas e funções aos professores do Quadro Próprio do Magistério – QPM, do Quadro Único de Pessoal – QUP e aos professores

contratados em Regime Especial nas instituições estaduais de ensino do Paraná, para o ano letivo de 2024. 2023b. Disponível em: < https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2023-12/resolucao86332023_gsseed.pdf > Acesso em: 03/03/2024.

PEREIRA, Isabella Bruna Lemes. **As identidades de gênero e sexualidade na visão dos parlamentares da Câmara Federal**: uma análise do discurso a partir dos projetos "escola sem partido". 238 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos), Universidade Federal de Goiás, Goiânia/GO, 2017.

PEREIRA, Jose Rodolfo do Nascimento. **Escola do corpo**: currículo e implicações de gênero e sexualidades na educação de corpos de bailarinos(as). 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2020.

PEREIRA, Lara; RIBEIRO, Paula Regina Costa; RIZZA, Juliana Lapa. Investividades criativas de gênero e sexualidade em uma escola de Educação Infantil: espaços de resistência a partir de uma educação menor. **Instrumento**, v. 23, n. 02, p.362-381, 2021. DOI: https://doi.org/10.34019/1984-5499.2021.v23.33830

PETRENAS, Rita de Cássia. Artefatos culturais e a abordagem sobre gênero e sexualidade: a revista Nova Escola. **Ensino em re-vista**, Uberlândia/MG, v. 26, p.1238-1260, 2019. DOI: https://doi.org/10.14393/ER-v26nEa2019-13

PICCHETTI, Yara de Paula. Sexualidade e relações de gênero na escola: um diálogo com a ori-entação à queixa escolar. **Estação científica**, v. 12, n. 01, p. 69-79, 2012.

PINHEIRO, Geslani Cristina Grzyb. Teoria curricular crítica e pós-crítica: uma perspectiva para a formação inicial de professores para a educação básica. **ANALECTA**, Guarapuava/PR, v.10, n. 02, p. 11-25, jul./dez. 2009.

PORTO, Juliane dos Santos. Currículo, gênero e sexualidade: uma análise sobre as práticas discursivas e não-discursivas que reforçam posições de gênero e

sexualidade na escola. **RELACult**, v. 05, n. 04, p. 01-10, 2019. DOI: https://doi.org/10.23899/relacult.v5i4.1264

PORTELA, Mugiany Oliveira Brito. A BNCC para o ensino de Geografia: a proposta das Ciências Humanas e da interdisciplinaridade. **Revista OKARA**: Geografia em debate, v. 12, n. 01, p. 48-68, 2018. DOI: https://doi.org/10.22478/ufpb.1982-3878.2018v12n1.38216

PÖTTKER, Érico Sartori. **A orientação educacional e os territórios narrativos de gênero e sexualidade na escola**. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2013.

PRADO, Vagner Matias do. **Entre ditos e não ditos**: a marcação social de diferenças de gênero e sexualidade por intermédio das práticas escolares da Educação Física. 258 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente/SP, 2014.

PROBST, Melissa; KRAEMER, Celso. Gênero, afetividade e sexualidade: o que dizem os adolescentes das escolas públicas do Vale do Itajaí (SC) sobre isso? **Revista Prâksis**, v. 01, p.156-172, 2020. DOI: https://doi.org/10.25112/rpr.v1i0.1962

QUADRADO, Raquel P.; RIBEIRO, Paula Regina C. O corpo na escola: alguns olhares sobre o currículo. **Enseñanza de las ciencias**, n. 01, p. 01-04, 2005.

RABELLO, Sylvia Helena dos Santos. **Sexualidade, gênero e pedagogias culturais**: representações e problematizações em contexto escolar. 270 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual Paulista, Bauru/SP, 2012.

RAIMONDI, Gustavo Antonio; ABREU, Yahn Rezende de; BORGES, Isadora Meirelles; SILVA, Gabriel Benjamin Macedo da; HATTORI, Wallisen Tadashi; PAULINO, Danilo Borges. Gênero e Sexualidade nas Escolas Médicas Federais do Brasil: uma Análise de Projetos Pedagógicos Curriculares. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, n. 02, p. 01-10, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.2-20190050

RAIMONDI, Gustavo Antonio; MOREIRA, Claudio; BARROS, Nelson Filice de. Gêneros e sexualidades na educação médica: entre o currículo oculto e a integralidade do cuidado. **Saúde e Sociedade**, v. 28, n. 03, p. 198-209, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-12902019180722

REIS, Carla Freitas dos. **Crianças dissidentes e as milícias de gênero e sexualidade**. Um estudo de caso em uma escola pró-diversidade de Salvador/BA. 116 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade), Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2017.

RIBEIRO, Gabriela Chicuta. **Corpo, gênero e sexualidade na Educação Física escolar**: uma cartografia das práticas discursivas em escolas do Paraná. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2012.

RIBEIRO, Jucélia Santos Bispo. "Brincar de osadia": sexualidade e socialização infanto-juvenil no universo de classes populares. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, p. 345-353, 2003. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-311X2003000800016

RIBEIRO, Karen. **Sexualidade e gênero**: estudo das relações afetivas de jovens surdas de uma escola municipal de educação especial de São Paulo. 210 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade São Paulo, São Paulo/SP, 2011.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**, n. 05, p. 17-44, 2010.

ROCHA, Natalia Hosana Nunes. **Questões de gênero e sexualidade na escola**: discutindo políticas públicas e formação pedagógica. 60 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2015.

RODRÍGUEZ, Martin Ignacio Torres; GUIMARÃES, Raul Borges. Prácticas subversivas en espacios interdictos, en las experiencias múltiples y cotidianas de Santiago de Chile. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR,

Alides Baptista. (org.). **Geografias malditas**: corpos, sexualidades e espaços. Ponta Grossa/PR: Toda Palavra, 2013. p.357-394.

ROSSI, Jean Pablo Guimarães; PÁTARO, Ricardo Fernandes. Educação e Democracia: gênero e sexualidade em tempos de "Escola Sem Partido". Entrevista com Fernando Seffner. **Revista Educação e Linguagens**, p.07-23, 2020.

ROUGHGARDEN, Joan. **Evolução do gênero e da sexualidade**. 1ª edição. Londrina/PR: Planta, 2005.

SALES, Adriana; SOUZA, Leonardo Lemos de; PERES, Wiliam Siqueira. Travestis brasileiras e escola: problematizações sobre processos temporais em gêneros, sexualidades e corporalidades nômades. **Fractal**: Revista de Psicologia, v. 29, n. 01, p.71-80, 2017. DOI: https://doi.org/10.22409/1984-0292/v29i1/1530

SANTANA, Hiller Soares. **Questões de gênero e sexualidade no currículo escolar**. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2014.

SANTANA, João Rogério Menezes de. **Sexualidade e gênero**: percepções de estudantes e professoras do 5º ano do ensino fundamental de uma escola pública de Itabaiana. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências Naturais e Matemática), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2013.

SANTOS, Beatriz Rodrigues Lino dos; SOUZA, Marcos Lopes de. Novos olhares sobre gênero e sexualidade: transformações advindas de um curso de formação docente. **Retratos da escola**, v. 14, n. 28, p.159-176, 2020. DOI: https://doi.org/10.22420/rde.v14i28.1105

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin; MOTTIN, Karina Veiga; SILVA, Amanda. As cruzadas antigênero, antifeminismo, resistências e a disputa pela educação. **Dialogia**, São Paulo/SP, n. 41, p. 01-15, maio/ago. 2022. DOI: https://doi.org/10.5585/41.2022.22300

SANTOS, Émerson Silva. **(Des)respeito à diversidade sexual e à identidade de gênero em escolas de Caruaru – PE**: a questão da LGBTfobia e os enfrentamentos e/ou silenciamentos da gestão escolar. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea), Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru/PE, 2018a.

SANTOS, Fernanda Figueredo dos; SOUZA, Marcos Lopes de. **Corpo, gênero e sexualidade na escola**: sob um fio de malabarismo em sala de aula. Tecne, episteme y didaxis, p. 192-199, 2015. DOI: https://doi.org/10.17227/01203916.3208

SANTOS, Jacquelane Bezerra dos. **O discurso velado e a liberdade de expressão sobre religião e sexualidade na adolescência**: a importância dos núcleos de estudos de gênero e sexualidade nas escolas de referência em ensino médio no Recife. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), Universidade Católica de Pernambuco, Recife/PE, 2017.

SANTOS, Júlio César de Oliveira. Das diferenças às desigualdades: reflexões em torno das relações de gênero e sexualidade na escola. **Revista Educação e Emancipação**, v. 10, n. 04, p.256-278, 2018b. DOI: https://doi.org/10.18764/2358-4319.v10n4especialp256-278

SANTOS, Marcia Cunha dos. **Os discursos de gênero e diversidade sexual nas escolas estaduais da região de Mogi das Cruzes (SP)**. 254 f. Dissertação (Mestrado em Ensino e História das Ciências e da Matemática), Universidade Federal do ABC, Santo André/SP, 2014.

SANTOS, Maria José Pinheiro dos. **Sexualidade, gênero e saúde**: um estudo qualitativo sobre a iniciação da vida afetivo-sexual de adolescentes e jovens de uma escola pública em Cuiabá, MT. 268 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva), Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá/MT, 2011.

SANTOS, Marina Silveira Bonacazara; MIESSE, Maria Carolina; CARVALHO, Fabiana Aparecida de; QUEIROZ, Leonardo Cordeiro de; SOUZA, Vânia de Fátima

Matias de. Escola Sem Partido e as discussões de gênero e sexualidade. **Linhas críticas**, v. 27, p. 01-22, 2021. DOI: https://doi.org/10.26512/lc27202135543

SANTOS, Marina Silveira Bonacazata; MIESSE, Maria Carolina; CARVALHO, Fabiana Aparecida de. As questões de gênero e sexualidade e o movimento Escola Sem Partido: Qual o impacto para a Base Nacional Comum Curricular? **Diversidade e Educação**, v. 09, n. Especial, p.509-531, 2021. DOI: https://doi.org/10.14295/de.v9iEspecial.12588

SARAIVA, Izabella Marina Martinho. **Gênero e sexualidades no cotidiano escolar**: olhar de docentes. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana/MG, 2019.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre/RS, v.20, n.2, jul./dez., p.71-99, 1995.

SHOR, Ira; FREIRE, Paulo. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1986.

SCIELO – Scientific Electronic Library Online. 2023. Disponível em: < https://scielo.org/ > Acesso em: 06/07/2023.

SEFFNER, Fernando. Cultura escolar e questões em gênero e sexualidade: o delicado equilíbrio entre cumprir, transgredir e resistir. **Retratos da escola**, v.14, n. 28, p.75-90, 2020. DOI: https://doi.org/10.22420/rde.v14i28.1095

SEFFNER, Fernando; FIGLIUZZI, Adriza. Na Escola e nas Revistas: reconhecendo Pedagogias do Gênero, da Sexualidade e do Corpo. **Revista Entreideias**, n. 19, p. 45-59, 2012. DOI: https://doi.org/10.9771/2317-1219rf.v0i19.5228

SEFTON, Ana Paula. **Prática docente e socialização escolar para as diferenças**: um estudo sobre estratégias de transformação da ordem em gênero e sexualidade. 195 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2013.

SEPULVEDA, Denize; CÔRREA, Renan. Importância das discussões sobre gêneros e sexualidades nas escolas: combatendo práticas conservadoras misóginas e LGBTIfóbicas. **Instrumento**, v. 23, n. 02, p.278-296, 2021. DOI: https://doi.org/10.34019/1984-5499.2021.v23.33967

SEPULVEDA, Denize; SEPULVEDA, José Antonio. Laicidade do Estado e da educação: valorizando as discussões sobre gêneros e sexualidades nas escolas públicas. **Retratos da escola**, v. 14, n. 28, p.91-105, 2020. DOI: https://doi.org/10.22420/rde.v14i28.1107

SIERRA, Jamil Cabral; CÉSAR, Maria Rita de Assis. A criança *queer* no cinema e as subversões das normas de gênero e sexualidade na escola. **Reflexão e ação**, v. 24, n. 01, p.47-60, 2016. DOI: https://doi.org/10.17058/rea.v24i1.7036

SILVA JUNIOR, Jonas Alves da; SILVA, Leandro Rodrigues Nascimento da. Imagens do cotidiano escolar: gênero e sexualidades nos desenhos de estudantes de uma escola pública. **Retratos da escola**, v. 14, n. 28, p.177-192, 2020. DOI: https://doi.org/10.22420/rde.v14i28.1104

SILVA, Adjefferson Vieira Alves da. **Nas margens, currículos com gêneros e sexualidades**: uma leitura a partir dos anos finais do ensino fundamental em escolas estaduais de Campina Grande - PB. 235 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2021.

SILVA, Aline Ferraz da. Visibilidade gay na escola: estudantes *queer*. **Reflexão e ação**, v. 15, n. 01, p.134-141, 2007. DOI: https://doi.org/10.17058/rea.v15i1.227

SILVA, Cristiane Gonçalves da; BORBA, Patrícia Leme de Oliveira. Encontros com a diferença na formação de profissionais de saúde: juventudes, sexualidades e gêneros na escola. **Saúde e Sociedade**, v. 27, n. 04, p. 1134-1146, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-12902018170274

SILVA, Jansen Carlos Vieira da. **Embates sobre questões de gênero e sexualidade no Plano Municipal de Educação de Santa Maria/RN**: o fruto proibido na educação escolar. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2018.

SILVA, Jesualdo da. **Gênero e sexualidade no ambiente escolar**: concepções das diretoras frente a preconceitos e discriminações com estudantes LGBTT. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão/SC, 2015a.

SILVA, Luan Layzon Souza; LEITE JUNIOR, Francisco Francinete. Homofobia na Escola: problematizando gênero e sexualidade entre estudantes do Ensino Médio. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 02, n. 02, p. 30-37, 2016. DOI: https://doi.org/10.9771/cgd.v2i2.16638

SILVA, Luciane Olegario da. **Gênero e sexualidade como dimensões da formação humana na Escola Estadual do Campo José Martí, Assentamento Oito de Abril, Jardim Alegre-PR**. 224 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2019a.

SILVA, Luciane Olegario da; SCHWENDLER, Sonia Fatima. Gênero e sexualidade no contexto da escola do campo: limites e possibilidades. **Revista Periódicus**, v. 02, n. 14, p.15-40, 2021. DOI: https://doi.org/10.9771/peri.v2i14.30420

SILVA, Luciane Olegario da; SCHWENDLER, Sônia Fátima. Gênero e sexualidade na escola do campo: desafios e possibilidades da prática docente. **Horizontes**, Bragança Paulista/SP, v. 40, n. 01, 2022. DOI: https://doi.org/10.24933/horizontes.v40i1.1349

SILVA, Patrick dos Santos. Gênero e sexualidade nas redees vivenciadas no cotidiano das escolas. **Diversidade e Educação**, v. 07, n. 01, p.260-276, 2019b. DOI: https://doi.org/10.14295/de.v7i1.9006

SILVA, Patrícya Karla Ferreira e. **Educação escolar indígena**: uma análise a partir da perspectiva da sexualidade e gênero no município indígena de Baía da Traição/PB. 95 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2010.

SILVA, Rafaella de Sousa. **Gênero e sexualidades em intersecção e mo(vi)mento no cenário escolar Cubatiense**. 175 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande/PB, 2014.

SILVA, Sirlene Mota Pinheirinho da. **Decifra-me! Não me devore! Gênero e Sexualidade nas tramas das lembranças e nas práticas escolares**. 333 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2015b.

SILVA, Thiffany Odara Lima da. **Pedagogia da Desobediência**: Travestilizando a Educação. Salvador/BA: Devires, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3ª edição. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2010.

SMYL, Elaine Beatriz de Oliveira. **Manda nudes, bebê**: relações de gêneros e sexualidades na prática do sexting entre adolescentes no ambiente escolar. 179 f. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2020.

SOARES, Felipe Furini; CHAVES, Gabrielle; FÉLIX, Jeane. O que querem ensinar do nosso sexo?: a influência do Congresso Nacional sobre gênero e sexualidade nas escolas. **Revista Educação e Emancipação**, v.12, n. 01, p.94-117, 2019. DOI: https://doi.org/10.18764/2358-4319.v12n1p94-117

SOUSA, Victor Pereira de. Reflexões da Geografia do oprimido em educação, gênero e sexualidade. In: SILVA, Ivamauro Ailton de Sousa; FERREIRA, Evaldo; FERREIRA, Ana Rosa (org.). **Geografia**: contextos e interfaces, coletânea da XVII Semana de Geografia - UNEMAT. Ananindeua/PA: Itacaiúnas, 2018. p. 538-547.

SOUSA NETO, Miguel Rodrigues de; GOMES, Aguinaldo Rodrigues. (Org.). **História e Teoria Queer**. Salvador/BA: Devires, 2018.

SOUZA, Elaine de Jesus; SANTOS, Claudiene; SILVA, Joilson Pereira da. Educação Sexual na Escola: concepções e modalidades didáticas de docentes sobre sexualidade, gênero e diversidade sexual. **Interfaces Científicas** - Humanas e Sociais, v. 03, n. 03, p.51-62, 2015. DOI: https://doi.org/10.17564/2316-3801.2015v3n3p51-62

SOUZA, Érica Renataa de. Marcadores sociais da diferença e infânica: relações de poder no contexto escolar. **Cadernos Pagu**, v. 26, p.169-199, 2006. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000100008

SOUZA, Gabriel de. Ensino de Geografia nas questões de gênero e sexualidade/orientação sexual - Escola Padre José Theisen. **Diversitas Journal**, v. 06, n. 01, p.1499-1518, 2021. DOI: https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v6i1-1539

SOUZA, Homero Henrique de. **A política pública de educação do Estado do Ceará para gênero e sexualidade na escola**. 154 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza/CE, 2019.

SOUZA, Karina Valdestilhas Leme de. **A prática da leitura na escola e as relações de gênero e sexualidade**: subsídios para reflexão sobre formação inicial e contínua de professores(as). 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2014.

SOUZA, Leonardo Lemes de; COLIS, Eduardo Benedito; FERREIRA, José Augusto Geronimo. Gêneros e Sexualidades na Escola. **Educação em Revista**, Marília/SP, v. 20, p.35-50, 2019. DOI: https://doi.org/10.36311/236-5192.2019.v20esp.04.p35

SOUZA, Leonardo Lemos de; ARAUJO, Ulisses Ferreira. Educação moral e diversidade nas escolas: problematizações sobre gênero e sexualidades. **Revista**

Iberoamericana de Educación, v. 59, n. 04, p. 01-12, 2012. DOI: https://doi.org/10.35362/rie5941346

SOUZA, Ravelli Henrique; OLIVEIRA, Marta Regina Furlan de; OLIVEIRA JUNIOR, Isaias Batista de. Gênero, sexualidade e escola: por uma educação plural. **Revista Inter Ação**, v. 45, n. 02, p.463-476, 2020. DOI: https://doi.org/10.5216/ia.v45i2.48935

STORINO, André; AMARO, Ivan. Desneho animado, gênero e sexualidades: "A hora da aventura" e as narrativas dissidentes na escola. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, v. 02, n. 06, p.596-614, 2017. DOI: 10.31892/rbpab2525-426X.2017.v2.n6.p596-614

TAVANO, Vinicius; LEÃO, Andreza. O positivismo e a forka do conservadorismo na abordagem das relações de gênero e sexualidade na escola. **Revista Ensino & Pesquisa**, v. 19, n. 02, p.60-77, 2021. DOI: https://doi.org/10.33871/23594381.2021.19.2.60-77

TEIXEIRA, Fabiane Lopes. **Gênero e diversidade na escola - GDE**: investigando narrativas de profissionais da educação sobre diversidade sexual e de gênero no espaço escolar. 154 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS, 2014.

TGEU – Transgender Europe. Trans Day of Remembrance (TDoR) 2018. Press Release. 2018. Disponível em: < https://transrespect.org/en/tmm-update-trans-day-of-remembrance-2018/ > Acesso em: 13/03/2024.

TIBURI, Marcia Angelita. Aborto como Metáfora. In: BORGES, Maria de Lourdes; TIBURI, Marcia. (Org.). **Filosofia**: Machismos e Feminismos. Florianópolis/SC: UFSC, 2014, p. 163-176.

TORRES, Raimundo Augusto Martins. **Sexualidade e relações de gênero na escola**: uma cartografia dos saberes, práticas e discursos dos/das docentes. 228 f.

Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2009.

TRENTIM, Raynan Henrique Silva; VIEIRA, Tereza Rodrigues. Educação Inclusiva pela igualdade de oportunidades: debate sobre gênero e sexualidade na escola. **Akrópolis**, Umuarama/PR, v. 27, n. 02, p. 205-215, 2019. DOI: https://doi.org/10.25110/akropolis.v27i2.7636

VANCE, Carole S. A Antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. **Physis** – Revista de Saúde Coletiva, v. 05, n. 01, p. 07-31, 1995. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-73311995000100001

VETORAZO, Francisca Helena Gonçalves. **Gênero e sexualidade na escola**: arenas de enfrentamento e negociação. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2016.

VIGANO, Samira de Moraes Maia; LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. Artefatos político-pedagógicos de combate à desigualdade de gênero e sexualidade nos processos educativos. **Retratos da Escola**, v. 15, n. 32, p.409-428, 2021. DOI: https://doi.org/10.22420/rde.v15i32.1301

VILAÇA, Teresa. Percepções de professores/as sobre as diferenças de género na educação em sexualidade em esolas portuguesas. **Educação**: teoria e prática, v. 24, n. 45, p.23-39, 2014. DOI: https://doi.org/10.18675/1981-8106.vol24.n45.p23-39

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas/SP, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago/dez. 2014.

WELTER, Tania; GROSSI, Mirian Pillar. É possível ensinar gênero na escola? Análise de experiências de formação em gênero, sexualidade e diversidades em Santa Catarina. **Linhas**, Florianópolis/SC, v. 19, n. 39, p.123-145, 2018.

WENETZ, Ileana. **Presentes na escola e ausentes na rua**: brincadeiras de crianças marcadas pelo gênero e pela sexualidade. 231 f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2012.

WENETZ, Ileana; STIGGER, Marco Paulo. A construção do gênero no espaço escolar. **Movimento**, Porto Alegre/RS, v.12, n. 01, p. 59-80, 2007. DOI: https://doi.org/10.22456/1982-8918.2891

ZANETTE, Marcos Suel. Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba/PR, n. 65, p. 149-166, jul./set. 2017. DOI: https://doi.org/10.1590/0104-4060.47454

APÊNDICE I – Questionário

1. Quais são os cursos de graduação e pós-graduação que compõe a sua formação acadêmica?
2. Durante a sua graduação, foram promovidas reflexões sobre gênero e sexualidades na escola? Se sim, quais reflexões foram desenvolvidas?
3. Durante a sua pós-graduação (caso já tenha cursado), foram promovidas reflexões sobre gênero e sexualidades na escola? Se sim, quais reflexões foram desenvolvidas?
4. Você já realizou algum curso de formação complementar com a abordagem de gênero e sexualidades no âmbito escolar? Se sim, quais foram esses cursos e o que você aprendeu?
5. Qual é a disciplina que você ministra na instituição? Se existir mais de uma, quais são?
6. Quantos anos você leciona na educação básica?
7. Com suas palavras, explique o que você entende por:
    a. Gênero
    b. Identidade de Gênero
    c. Sexualidade
    d. Transexualidade
8. Nas turmas que existem discentes transexuais matriculados(as), como você aborda as questões de gêneros e sexualidades?
9. Quais políticas públicas (programas, planos, leis, resoluções, deliberações, etc.) você conhece sobre os direitos de pessoas transexuais?
10. Como você lida com os tensionamentos de violência de gênero e sexualidades em sala de aula?

APÊNDICE II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido[25]

Nós, **Araci Asinelli-Luz** e **Ramon de Oliveira Bieco Braga**, respectivamente, docente e discente do Programa de Pós-Graduação em Educação: Teoria e Prática, da Universidade Federal do Paraná, lhe convidamos a participar de um estudo intitulado “Não tem como ignorar a transexualidade na sala de aula: abordagens sobre gêneros e sexualidades no ensino médio”.

a) O objetivo desta pesquisa é analisar como as relações de gênero e sexualidade são abordadas por docentes que lecionam para turmas com discentes transexuais, na rede estadual no município de Curitiba, Paraná.
b) Nesta pesquisa, é possível que algumas perguntas gerem desconforto e/ou constrangimento.
c) É assegurada a desistência na participação desta pesquisa em todas as etapas, a saber: coleta de dados, análise de dados e/ou defesa pública da pesquisa.
d) É assegurado o anonimato dos(as) participantes, que nunca terão a sua identidade revelada durante a pesquisa e em possíveis comunicações científicas como, por exemplo, apresentação de trabalho em eventos científicos e/ou publicação de textos acadêmicos.
e) Caso você concorde em participar desta pesquisa, será necessário aceitar o presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.
f) Para tanto você deverá responder o presente questionário, o que levará aproximadamente 10 minutos, podendo ser respondido com o uso de um aparelho eletrônico conectado na internet.
g) O benefício esperado com essa pesquisa é a contribuição teórica com os ‘Estudos de Gêneros e Sexualidades’ no âmbito educacional, afim de produzir dados para formação continuada de professores no Brasil, para fomentar a elaboração e/ou manutenção de políticas públicas de inclusão social a luz da diversidade de gênero e sexualidades.
h) Caso seja necessário, para fins de esclarecimento de eventuais dúvidas sobre essa pesquisa, a pesquisadora **Araci Asinelli-Luz** e o pesquisador **Ramon de Oliveira Bieco Braga**, poderão ser localizados nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Educação: Teoria e Prática, na Universidade Federal do Paraná, situada na Av. Sete de Setembro, n. 2645, bairro Rebouças, município Curitiba, unidade federativa Paraná, CEP: 80230-085, ou pelo e-mail ramonbieco@hotmail.com .
i) A sua participação nessa pesquisa é voluntária e caso manifeste interesse em não continuar participando dessa pesquisa, poderá desistir a qualquer momento e solicitar a exclusão dos dados informados neste questionário.

[25] Em conformidade com o modelo disponibilizado pelo Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais do Setor de Ciências Humanas (CEP/CHS) da Universidade Federal do Paraná, disponível no sítio: http://www.humanas.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2023/05/CEP_CHS_TCLE_atualizado.docx

j) As respostas obtidas neste questionário, serão utilizados exclusivamente para essa pesquisa e serão armazenados digitalmente por um período de 05 (cinco) anos após a conclusão da pesquisa, conforme é determinado pelas Resoluções n. 441/2011, n. 466/2012 e n. 510/2016. Posteriormente serão excluídos.

k) Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, poderá contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais do Setor de Ciências Humanas (CEP/CHS) da Universidade Federal do Paraná, rua General Carneiro, 460 – Edifício D. Pedro I – 11º andar, sala 1121, Curitiba – Paraná, Telefone: (41) 3360 – 5094 ou pelo e-mail cep_chs@ufpr.br. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão colegiado multi e transdisciplinar, independente, que existe nas instituições que realizam pesquisa envolvendo seres humanos e foi criado com o objetivo de proteger os participantes de pesquisa, em sua integridade e dignidade, e assegurar que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões éticos, em conformidade com as Resoluções n. 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

No dia _____, do mês _____, do ano 2024, eu, _____, li esse **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido** e compreendi a natureza e o objetivo do estudo do qual **CONCORDEI** em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim. Eu concordo, voluntariamente, em participar deste estudo.

Eu, **Ramon de Oliveira Bieco Braga**, declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

_____
Participante Voluntário(a) da Pesquisa

_____
Ramon de Oliveira Bieco Braga
Programa de Pós-Graduação em Educação: Teoria e Prática